

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

**A Sociologia no Decorrer da Crise:
A contribuição técnico-científica da Sociologia à eficácia do *lockdown*
durante a pandemia de Covid-19 no Brasil**

Luã Rodrigues Silveira

Pelotas, 2023

Luã Rodrigues Silveira

A Sociologia no Decorrer da Crise:

A contribuição técnico-científica da Sociologia à eficácia do *lockdown* durante a
pandemia de Covid-19 no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia,
Sociologia e Política, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111s Silveira, Luã Rodrigues

A sociologia no decorrer da crise : a contribuição técnico-científica da sociologia à eficácia do lockdown durante a pandemia de Covid-19 no Brasil / Luã Rodrigues Silveira ; Léo Peixoto Rodrigues, orientador. — Pelotas, 2023.

137 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Pandemia de Covid-19. 2. Isolamento social. 3. Ciência e ideologia. 4. Lockdown. 5. Sociologia. I. Rodrigues, Léo Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 301

Luã Rodrigues Silveira

A Sociologia no Decorrer da Crise: A contribuição técnico-científica da Sociologia à eficácia do lockdown durante a pandemia de Covid-19 no Brasil

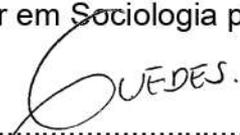
Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 22 de agosto de 2023.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues (Orientador). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 

.....
Prof. Dr. Fabricio Monteiro Neves. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

.....
Prof. Dr. Eduardo Rosa Guedes. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). 

.....
Prof. Dr. Marcos Aurélio Lacerda da Silva. Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 

Dedico esta dissertação à minha avó, Neli da Silva Silveira, falecida devido infecção pelo SARS-CoV-2. Minha tia, Nice Helena Chagas Silveira, demitida do seu serviço após contrair Covid-19 e Valdenir da Silva Silveira, meu tio, que omitiu possível infecção com receio de perder seu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à mulher que trabalhou em dois empregos para me dar as condições mínimas de estudo, além de ensinar o valor da empatia e do comprometimento, minha mãe, fonte de todo meu amor, Luciana da Silva Rodrigues. Agradeço-a, também, por ter me ensinado a ser um homem de fé, por dar graças a Deus, carregar minha cruz, sorrir nas tristezas sem esquecer de chorar durante minhas orações.

Agradeço de modo tão especial, também, à minha irmã, Jennifer Rodrigues Silveira, por ser a minha grande fonte de inspiração, meu grande espelho, fonte do ânimo para meus estudos. Sem minha irmã, não saberia que poderia fazer uma graduação, não acharia possível realizar uma dissertação de mestrado e não sonharia em um dia ser Doutor como ela é.

Agradeço ao meu grande orientador, Professor Léo Peixoto Rodrigues, que esteve comigo desde o início da minha graduação em Ciências Sociais no projeto PIBID, me mostrou que, sim, era possível alcançar um patamar de escrita e de contribuição científica de excelência. Obrigado ter incentivado a minha primeira publicação em 2015, tornar-se meu orientador científico e, muitas vezes, conselheiro de vida.

Agradeço à Vitória de Oliveira Ximendes, minha companheira nesse processo árduo e cansativo, me apoiando, me auxiliando e me fazendo sorrir em momentos difíceis. Única pessoa que viu minha fragilidade, transparecidas em stress e em lágrimas. Os tantos conselhos de preocupação hoje são respondidos nesta dissertação, que foi também um trabalho por nós e nosso.

Agradeço aos meus demais familiares, em especial ao meu pai, Vanderlei da Silva Silveira, que mesmo não estando mais entre nós, me inspira a aproveitar as oportunidades e a ter carinho e cuidado com cada pessoa ao meu redor. Aos meus amigos, que graças a Deus são muitos, que a cada publicação, dificuldade e, principalmente, ausência nesses dois anos, não se afastaram e me apoiaram mesmo de longe, observando meu processo como pessoa e cientista.

Agradeço ao povo trabalhador brasileiro pelo fato de financiar com seu suor as instituições que garantiram essa dissertação. De modo especial, a cada trabalhador da Universidade Federal de Pelotas, sobretudo aos meus professores, mestres e doutores que muito contribuíram para minha formação da graduação até o mestrado.

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado, tomando por base aportes teóricos da Sociologia da Ciência e do Conhecimento Científico, investigar parte das contribuições técnico-científicas da Sociologia durante a crise sanitária, recentemente ocorrida no mundo e no Brasil, a pandemia de Covid-19. A pesquisa, ao mesmo tempo em que fez uma discussão do desenvolvimento específico da pandemia no Brasil, buscou conhecer, destacar e apresentar o modo como a Sociologia atuou, se fez presente, como disciplina do conhecimento científico que de fato é, em termos de uma efetiva contribuição técnico-científica com relação à questão específica do *distanciamento social* ou *lockdown*, proposto pelas Ciências Biomédicas. Ao se considerar que o distanciamento social, ou seja, que o isolamento de pessoas de seu convívio social mútuo também é questão pertinente à ciência da sociedade, buscou-se verificar, através da produção científica sociológica durante o período pandêmico, quais foram os artigos publicados que efetivamente tratavam do tema e/ou indicavam possíveis soluções. O recorte empírico desta pesquisa está centrado em artigos científicos publicados em periódicos de Sociologia considerados de excelência pela CAPES (Qualis A1) durante o período de 03 de fevereiro de 2020 a 22 de abril de 2022.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; Isolamento social (*Lockdown*); Estudos Sociais da Ciência; Sociologia, ciência e ideologia.

ABSTRACT

This Master's Dissertation, under the lens of the social studies of science, aims to carry out a research related to the scientific contributions of Sociology, in the period in which the international and Brazilian health crisis, known as the Covid-19 pandemic, has been developed. This research, when discussing the characteristics of the pandemic in Brazil, wants to know and present how Sociology acted, made itself present, as a discipline of scientific knowledge, with regard to an effective contribution in scientific terms to the specific issue of social distancing or lockdown, proposed by Biomedical Sciences. When social distancing is considered, that is, the isolation of people from their mutual social life, this is certainly also a pertinent issue for the science of society. Therefore, it is necessary to know, to investigate, based on scientific production, which were the published articles that effectively dealt with the theme concerning lockdown or indicated possible solutions. The empirical approach of this dissertation is based on scientific articles published in Sociology journals considered of excellence by CAPES (Qualis A1) during the period from February 3, 2020 to April 22, 2022.

Keywords: Covid-19 pandemic; Social isolation (Lockdown); Social Studies of Science; sociology, science and ideology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Linha do Tempo dos acontecimentos e recordes relacionados a Covid-19 no Brasil.....	25
Figura 2 — Etapas de consolidação de paradigmas científicos no modelo kuhniano.....	59
Figura 3 — As perspectivas sobre o sociólogo defensor da ciência.....	70
Figura 4 — Fluxograma da metodologia e de análise de dados.....	85
Figura 5 — Números de artigos pesquisados em periódicos de Ciências Sociais e Sociologia CAPES A1, entre o período de fevereiro de 2020 a abril de 2022, e a ocorrência de termos-chave.....	94
Gráfico 1 — Mortes confirmadas de COVID-19 acumuladas pelos 6 países com maior número de mortes, de 29 de fevereiro de 2020 a 30 de abril de 2022.....	22
Gráfico 2 — Contágios confirmados por COVID-19 acumulados pelos continentes, de janeiro de 2020 a maio de 2022.....	23
Gráfico 3 — Mortes confirmadas geradas devido à infecção de COVID-19 acumuladas pelos continentes, de janeiro de 2020 a maio de 2022.....	23
Gráfico 4 — Crescimento populacional de 10000 a.C. a 3000 a.C.....	45
Gráfico 5 — Crescimento populacional de 1600 a 2021.....	46
Gráfico 6 — Proporcionalidade entre os periódicos quanto aos artigos encontrados que citam os termos selecionados sobre a Covid-19 (n=154).....	91
Gráfico 7 — Distribuição percentual por ano considerando os anos da pesquisa (2020, 2021, 2022), da publicação dos 154 artigos que apresentaram pelo menos um dos termos-chave pesquisados.....	92
Gráfico 8 — Distribuição dos termos referentes às políticas sanitárias de isolamento nos artigos que falam sobre a Covid-19.....	93
Quadro 1 — Medidas individuais, coletivas e estruturais de proteção e mitigação contra a Covid-19.....	27
Quadro 2 — Paradigma para a Sociologia do Conhecimento de Merton.....	55
Quadro 3 — Periódicos de Sociologia e de Ciências Sociais de Qualis A1 de fevereiro de 2020 a abril de 2022.....	88

Quadro 4 — Termos-chave buscados nos 788 artigos referentes à pandemia de Covid-19 como um segundo refinamento para a posterior análise qualitativa dos dados.....	89
Quadro 5 — Artigos selecionados para Análise de Conteúdo, após a aplicação do critério qualitativo no universo de 75 artigos.....	97
Quadro 6 — Categorias analíticas <i>a priori</i> quanto aos conteúdos, informações, indicações ou temas, presentes nos artigos analisados e vinculados à questão central de pesquisa.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Incidência diária de casos confirmados de Covid-19 (por milhão de habitantes) a partir do início da implementação do <i>lockdown</i> , por países.....	30
Tabela 2 — Respostas à conclusão da frase “Quando penso em um cientista, penso em...” por estudantes de Sociologia em 1998 (n=143).....	64
Tabela 3 — Prevalência de artigos que continham os termos pesquisados sobre a Covid-19 nos periódicos selecionados (n=788).....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAPS	<i>Assessment Capacities Project</i>
Beta-CoV	Betacoronavírus
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ESC&T	Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
IFN	Intervenções Não-Farmacológicas
IGS	Índice Global de Segurança em Saúde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERS	<i>Middle East respiratory syndrome</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
SARS-CoV-2	<i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A PANDEMIA DE SARS-COV-2 NO BRASIL E A NECESSIDADE DO DISTANCIAMENTO SOCIAL (LOCKDOWN): UM PROBLEMA TRANSDISCIPLINAR DE ELEVADA COMPLEXIDADE.....	18
1.1 INTRODUÇÃO.....	18
1.2 A PANDEMIA DE SARS-COV-2, O COMEÇO DE UM PROBLEMA PROFUNDO.....	19
1.3 A NECESSÁRIA CONTENÇÃO DO VÍRUS E O LOCKDOWN, O COMEÇO DE UM PROBLEMA TRANSDISCIPLINAR DE ELEVADA COMPLEXIDADE.....	26
1.4 DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS SANITÁRIAS CONTRA A COVID-19: ASPECTOS DO DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE AS CONTROVÉRSIAS DURANTE A PANDEMIA E O LOCKDOWN.....	32
2 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO OBJETO LEGÍTIMO DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA.....	41
2.1 INTRODUÇÃO.....	41
2.2 O CONHECIMENTO E SUAS DIMENSÕES DE VALIDAÇÃO: OS LIMITES INDIVIDUAIS DO CONHECER AO IMPACTO SOCIAL DA CIÊNCIA.....	42
2.3 KARL MANNHEIM: OS PRIMEIROS PASSOS INSTITUCIONAIS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.....	48
2.4 DO CONHECIMENTO SOCIAL AO CONHECIMENTO DA CIÊNCIA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	53
3 UMA REFLEXÃO SOBRE OS PROBLEMAS ENDÓGENOS DA SOCIOLOGIA E OS LIMITES DA SUA “EFETIVA” PRÁTICA.....	62
3.1 INTRODUÇÃO.....	62
3.2 UMA CIÊNCIA EM “CRISE”: ASPECTOS DA PROBLEMÁTICA DA CIENTIFICIDADE DA SOCIOLOGIA.....	63
3.3 HÁ LIMITES ENTRE CIENTIFICIDADE “PURA” A CRÍTICA DE “OCASIÃO” DENTRO DO CAMPO SOCIOLÓGICO?.....	72
3.4 A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS EM DEBATES INTERDISCIPLINARES.....	78
3.5 CIÊNCIA NA CRISE: REFLEXÕES DE UMA EFETIVA PRÁXIS SOCIOLÓGICA.....	80
4 METODOLOGIAS E ANÁLISE DE DADOS.....	83

4.1 INTRODUÇÃO.....	83
4.2 AS PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA: IMPORTÂNCIA E APLICAÇÃO NESTA INVESTIGAÇÃO.....	84
4.3 O MÉTODO QUANTITATIVO: PERTINÊNCIA, ANÁLISE E RESULTADOS.....	86
4.3.1 O universo e o recorte empírico dos dados quantitativos utilizados.....	87
4.3.2 Resultados Quantitativos.....	90
4.4 A PESQUISA QUALITATIVA: USO, FERRAMENTAS E RESULTADOS..	94
4.4.1 As Especificidades do Método de Análise de Conteúdo a ser empregado.....	95
4.4.2 Recorte Empírico Qualitativo e Critérios de Inclusão e de Exclusão de Dados e efetiva análise de conteúdo.....	96
4.4.3 Análise dos Dados Qualitativos dos 9 (nove) artigos selecionados à Análise de Conteúdo.....	98
4.5 CONSIDERAÇÕES À ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	118
CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

Talvez, dadas incertezas, uma das poucas afirmações que podemos fazer sobre a recente pandemia de Covid-19 é que ela entrará para a história como um acontecimento que desafiou os indivíduos, os diferentes diversos sistemas sociais e as instituições em geral. Já é indiscutível que a pandemia causou inúmeras consequências nas esferas da vida social e uma série de debates de ordens moral, ideológica, política, cultural e, claro, científica. Esse tensionamento foi impulsionado (e marcado) pelo debate entre as ideias de coletividade e de liberdade individual. Um dos aspectos centrais dessa calamidade sanitária parece-nos que foi a (re)valorização da ciência e do método científico que permitiu o desenvolvimento de respostas – em se tratando de um advento de proporções internacional – mais ou menos rápidas às demandas da pandemia, com o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e estratégias de prevenção e outras ações importantes.

Os direcionamentos dados pelas ciências biomédicas para o combate à pandemia enfatizavam a eficiência do “isolamento social”, tendo em vista o *modus operandi* do vírus SARS-CoV-2, que se propaga com o contato interpessoal. Essas especificidades com maior ou menor adesão ao protocolo de isolamento proposto pelas autoridades no começo da pandemia geraram situações antagônicas por parte da população: alguns, chegaram a animar esse momento de dificuldade propondo praticas lúdicas, tocando músicas nas varandas de seus apartamentos; outros, aflitos pelo momento, preocupavam-se em estocar suprimentos, por vezes em uma corrida frenética aos supermercados e outros estabelecimentos, em um jogo de “aceitação e medo”, “glamourização e desespero”. Porém, o momento já delicado de estresse coletivo e de tensão natural, advindo do próprio período pandêmico, intensificou-se quando os protocolos e orientações, indicados para durarem alguns meses, foram estendendo-se ao longo do tempo, por mais de dois anos – considerando que a indicação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o uso de máscaras iniciou em março de 2020 e, posteriormente, junto ao isolamento social ficaram vigentes, na maioria das capitais do país, até abril de 2022. Sendo assim, o período prolongado da pandemia intensificou outras tribulações ligadas ao “ser social”, ao “coletivo”, e ao “ser individual”.

A crise gerada pela Covid-19, que era particularmente ligada à área biomédica, tornou-se uma crise interdisciplinar, multifacetada. A economia, a cultura, o lazer, o estudo, o trabalho e a vida em sociedade, em geral, foram afetados. Isto gerou um problema complexo a uma questão que inicialmente parecia muito simples, ou seja, a do *isolamento social* como modo

eficaz e rápido de contenção ao agravamento da pandemia. Apesar de haver setores da sociedade, como o mercado financeiro, profissionais de *telemarketing*, professores universitários, dentre outros que se adaptaram à modalidade de *home office*, grande parte da população, levando em consideração as características da maioria dos serviços formais, não tiveram a mesma oportunidade. Categorias de profissionais pertinentes ao comércio, à reparação de veículos automotores, à indústria de transformação, a serviços de construção, saúde humana, etc. não puderam ficar (ou permanecer) em isolamento (nem parcial, nem total, o *lockdown*) decorrente das peculiaridades técnicas dessas atividades. Sendo, assim, foi possível observar que boa parte da população, dada as características do seu trabalho, tiveram dificuldade em atender o protocolo de *isolamento social*. Uma das medidas de proteção mais eficazes ao contágio, defendida pelas ciências biomédicas.

Ao pensarmos na sociologia e em toda sua história, sobretudo no esforço para se tornar, ou melhor, para conquistar um lugar entre as disciplinas do conhecimento científico, não podemos deixar de constatar, que no âmbito da pandemia ela teve uma importante oportunidade – considerando todos seus instrumentos teóricos e metodológicos – de dar contribuição para mitigar os efeitos desse flagelo que assolou o mundo todo, e, em particular, também o Brasil. Este aspecto foi, certamente, um dos motes que nos conduziu ‘a formulação da nossa proposta de investigação.

Esta pesquisa de mestrado, à luz do próprio conhecimento sociológico, especialmente a partir de aportes teóricos da Sociologia do Conhecimento Científico (dos Estudos Sociais da Ciência em geral), tem como problema central de pesquisa conhecer em que medida, e de que forma a Sociologia “percebeu-se” e atuou como uma disciplina coprotagonista, em termos de contribuição técnico-científica para tornar mais eficiente, mais efetivo o *distanciamento social* ou *lockdown*, proposto pelas Ciências Biomédicas, e anuído por diversos setores da sociedade civil, incluindo da própria Sociologia, por meio de suas entidades classistas (?). Por certo que o isolamento de pessoas de seus mútuos convívio social, mesmo em se tratando de uma necessidade biomédica, é também uma medida que “invade”, que concerne às competências de uma “Ciência do Social”. Sendo assim, alguns questionamentos se fazem necessários: quais foram as contribuições técnico-científicas propostas pela Sociologia para auxiliar na maior eficácia das políticas de “contenção social” durante pandemia e a crise social gerada pela Covid-19? Em um momento de valorização da Ciência, como forma concreta, justificada de produção de conhecimento, há de se considerar que a sociologia tenha trazido contribuições efetivas, *através de sua produção científica*, para superar, entender ou mesmo minimizar as dificuldades relacionadas às políticas voltadas a “comportamentos de massas”?

Uma hipótese geral que orientou esta pesquisa foi a de que a Sociologia brasileira, mesmo em se tratando de uma disciplina do conhecimento científico que apresenta suficiente competência teórico-metodológica, portanto expertise técnico-científica para auxiliar, coparticipar na solução de problemas que requerem abordagens, intervenções interdisciplinares – a despeito de se tratar de uma situação de crise que envolve diretamente o social – não contribuirá, ou o fará de forma muito acanhada, inobstante a sua perícia, para que fosse logrado um maior êxito na implementação das políticas “contenção social”, mesmo tendo se colocado claramente a favor delas, e, inevitavelmente, contra a retórica negacionista do então presidente em exercício no Brasil.

O Objetivo geral que norteou essa pesquisa, pode ser resumido como a importância de se conhecer e de se discutir, à luz dos ESC&T, a atuação da Sociologia como disciplina do conhecimento científico, durante o período pandêmico (já mencionado) de Covid-19, no que concerne à sua participação, contribuição técnico-científica, através de publicações especializadas, no que diz respeito à implementação de políticas de “contenção comunitária” ou *lockdown*.

A dimensão empírica da pesquisa, ou seja, o objeto do nosso conhecimento pode ser considerado como teórico, uma vez que se constitui no conhecimento da produção quantitativa e qualitativa de artigos científicos (Qualis Superiores-A1, segundo a CAPES) produzidos por cientistas sociais e publicados em periódicos científicos de Sociologia durante o período pandêmico. O período adotado foi o mesmo estabelecido como o de “Emergência Sanitária gerada pela Covid-19”, decretado pelo Ministério da Saúde, que foi de 03 de fevereiro de 2020 a 22 de abril de 2022, quando da assinatura da Portaria nº 913 de encerramento da mesma.

No que se refere aos procedimentos metódicos utilizados nesta dissertação para a obtenção e problematização dos resultados da nossa investigação, servimo-nos de dois tipos de abordagens metódicas: a quantitativa e a qualitativa. Primeiramente, apresentamos o universo (número total de artigos) selecionado para a nossa análise, cuja intenção foi a de tornar mais evidente, numericamente, os artigos que foram publicados em um determinado extrato de periódicos (CAPES A1) durante todo o período da pandemia. Visamos conhecer de modo mais amplo o nosso objeto de estudo, ou seja, o número de contribuição técnico-científicas da Sociologia referente à pandemia da Covid-19 e as possíveis contribuições para as medidas de *lockdown*. A partir de então, conforme detalhado no Capítulo Metodológico, procedeu-se uma etapa qualitativa em que os artigos “filtrados”, a partir da abordagem quantitativa foram submetidos ao método de “Análise de conteúdo”. Foi realizada uma pesquisa detalhada do

conteúdo dos artigos para identificar as efetivas proposições técnico-científicas da Sociologia e poder avaliá-las em termos substantivos, valendo-nos de alguns parâmetros pré-determinados.

Esta dissertação, em sua organização conta com quatro capítulos, sendo que três deles são capítulos de caráter histórico-teórico, cujos temas são estritamente pertinentes à nossa pesquisa, e um capítulo metodológico, como detalhamento do recorte empírico, análise dos dados e apresentação dos resultados. Faz parte ainda, esta Introdução e as Considerações finais.

O Primeiro Capítulo, intitulado “A pandemia de Sars-cov-2 no Brasil e a necessidade do distanciamento social (*lockdown*): um problema transdisciplinar de elevada complexidade” aborda o impacto do “novo Coronavírus” e sua disseminação global, incluindo uma comparação entre países e continentes, culminando na realidade brasileira, que deteve o segundo maior número de óbitos relacionados à doença em todo o mundo. O intuito, nesse Capítulo é o de destacar a complexidade da elaboração de políticas preventivas no Brasil, de modo especial, os problemas gerados pelas políticas de “isolamento social”.

O Segundo Capítulo, intitulado “O Conhecimento científico como objeto legítimo dos Estudos Sociais da Ciência”, inicia discutindo a Ciência, como uma das formas de produção de conhecimento, ainda (ou cada vez mais) pujante, não obstante seus mais de 300 anos, mesmo porque no período dessa crise sanitária – e em períodos de crise em geral – ela é lembrada, e muito valorizada por diversos setores da sociedade, como foi no recente advento pandêmico. O Capítulo salienta dados estatísticos que demonstram como as descobertas científicas geraram um crescimento na perspectiva de vida e nos avanços tecnológicos. Todavia, enfatiza o caráter indissociável da ciência com o seu meio social, apresentando o surgimento dos Estudos Sociais da Ciência, os quais guiam este trabalho. Nesse Capítulo, são apresentadas as principais características que marcaram o surgimento da Sociologia do Conhecimento, na primeira metade do século XX, como uma subdisciplina do campo da Sociologia, especialmente com base nos fundamentos teóricos de Karl Mannheim e da Sociologia da Ciência de Robert Merton, destacando suas principais características. Por fim, abrange os Estudos Sociais da Ciência contemporâneos, também conhecidos como *Social Science Studies*.

O Terceiro Capítulo intitula-se “Uma reflexão sobre os problemas epistemológicos da sociologia e os limites para uma ‘efetiva’ prática sociológica” Busca fazer o debate sobre diversos problemas envolvendo a prática sociológica como Ciência. Nele, debatemos os dilemas relacionados à baixa legitimidade da Sociologia perante o imaginário popular, enfatizando os efeitos “colaterais” desse fato nos ambientes políticos de tomada de decisão. Ainda, enfatizamos os limites de uso do conceito de paradigma de Thomas Kuhn na Sociologia. Além disso, debatemos os dilemas internos da Ciência do Social, que cresceram a partir de

meados do século XX, e sua importância como disciplina em um ambiente científico naturalmente interdisciplinar. Por fim, propomos uma reflexão sobre os limites da prática sociológica ao relacioná-la aos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. Nesse ponto, ressaltamos a importância da contribuição da Sociologia frente a determinados desafios que envolvem o conjunto da sociedade.

O Quarto e último Capítulo – de caráter metodológico – versa sobre as metodologias utilizadas e sobre a análise de dados encontrados no decorrer da pesquisa. Nele, são apresentadas as abordagens quantitativas e qualitativas da nossa pesquisa que se constitui de forma mista. Nesse Capítulo encontram-se, também, a formulação dos passos metódicos tanto para a análise quantitativa, como a construção de “categorias analítica” à fase qualitativa, que contou com a utilização do método de Análise de Conteúdo, foi realizada a partir das publicações técnico-científicas, publicadas em periódicos Qualis A1 de Sociologia ou de Ciências Sociais.

Parte dos resultados foi apresentada tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa no Capítulo Metodológico, mas também nas Considerações finais desta Dissertação.

1 A PANDEMIA DE SARS-COV-2 NO BRASIL E A NECESSIDADE DO DISTANCIAMENTO SOCIAL (*LOCKDOWN*): UM PROBLEMA TRANSDISCIPLINAR DE ELEVADA COMPLEXIDADE

1.1 INTRODUÇÃO

O SARS-CoV-2, vírus causador da doença comumente chamada de Covid-19, percorreu o mundo de forma acelerada, conduzindo continentes, países e pessoas a uma situação de anomia social, trazendo grandes desafios para todo o campo científico. Ao longo da pandemia o arcabouço teórico sobre medidas não farmacológicas enriqueceu-se, alguns países apoiaram-se, integralmente, nos direcionamentos dado pelas ciências biomédicas e realizaram políticas de distanciamento social e *lockdown*; outros, não, já que os problemas gerados pelo melhor método científico para impedir o contágio (que é a contenção comunitária) trazia consigo efeitos colaterais que não podiam ser meramente ignorados. O Brasil, por exemplo, vivenciou crises severas em caráter institucional e político, além da já “inevitável” crise sanitária. As desigualdades latentes do Brasil recrudesceram, enquanto algumas pessoas podiam escolher entre se isolar/não-isolar, outras foram deixadas ao léu da doença.

O presente Capítulo busca discutir e situar as disputas agônicas e antagônicas políticas interdisciplinares da pandemia de Covid-19, enfocando o período de emergência sanitária no Brasil entre fevereiro de 2020 a abril de 2022. O novo coronavírus, o “inimigo invisível” (como frequentemente era referido pela mídia), adentrou nossas casas, adoeceu nossos familiares e, nos casos mais graves, levou mais de 600 mil brasileiros a óbito; número, esse, considerado exorbitante em comparação ao resto do mundo. O Capítulo também busca apresentar os problemas causados pelo contágio e pelas posturas governamentais usadas para evitar a crise sanitária – que foi, em caráter internacionalmente, a maior em um século. Nele, comparamos e problematizamos as medidas de enfrentamento à pandemia e as peculiaridades do nosso país quanto ao enfrentamento dessa drástica questão epidemiológica.

O capítulo está organizado em três subitens. O primeiro versa sobre a devastadora doença Covid-19 e seus dados estatísticos pelo mundo, comparando países e continentes, até chegar na realidade brasileira, país com o segundo maior número de óbitos pela doença no mundo. Nele, buscamos discutir as nuances internacionais ligadas aos números de contágio e de óbitos. O segundo subitem refere-se às medidas de prevenção à transmissibilidade do SARS-CoV-2, mais detalhadamente ao *lockdown* ou “distanciamento social”, como uma resposta que, em síntese, parecia simples, mas se mostrou mais complexa do que o esperado; o subitem,

cremos, é essencial para situar o contexto de pandemia em termos de medidas de prevenção no Brasil. A terceira e última parte do capítulo, por sua vez, propõe-se a pensar os distintos obstáculos individuais, sociais e institucionais que embaraçaram a realização de contenções comunitárias no Brasil, apresentando os debates como: inflação *versus* precarização da subsistência, falta de fiscalização estatal *versus* número de mortes nas periferias, exposição diária do trabalho *versus* marginalização do lazer.

1.2 A PANDEMIA DE SARS-COV-2, O COMEÇO DE UM PROBLEMA PROFUNDO

Refletir sobre as relações pessoais e bagagens adquiridas ao longo da vida é um exercício fundamental na experiência humana. As nossas decisões, atitudes e gostos são, de certo modo, reflexo do que chamamos de experiência, do conhecimento obtido pelos nossos sentidos. Na ciência não é diferente, todo conhecimento científico segue um percurso, quase que “natural”, do acúmulo – embora, sabemos, nem sempre linear – de conhecimento adquirido, desenvolvido no decorrer dos anos. Entretanto, essa “lógica natural” e contínua do conhecimento científico (e pessoal) é confrontada com o “novo”, algo diferente do que já foi vivenciado, ou como podemos chamar dentro do campo científico: uma crise paradigmática.

O novo coronavírus têm aspectos semelhantes às crises supramencionadas do “novo” – já demonstrado no próprio nome –, devido ao fato de que em comparação às demais enfermidades geradas por vírus de vasto conhecimento científico, o vírus SARS-CoV-2 tem diferenças consideráveis aos demais. No Brasil, foi em março de 2020, momento em que se iniciou um enfrentamento mais direto ao contágio e com a adoção de políticas “mais radicais” de isolamento social, que se tornou perceptível parte dos desafios de como agir contra uma doença desconhecida. Jean Segata (2020) destaca uma fala emblemática do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que, de certo modo, ainda se faz presente nos debates sobre o futuro do SARS-CoV-2 e no receio de surgimento de novas variantes e de novas ondas da doença: “Tudo está acontecendo dentro do que imaginamos, mas não temos uma bola de cristal. Estamos trabalhando com as informações mais recentes” (SEGATA, 2020, p. 289). De fato, até o momento, a indisponibilidade da famosa “bola de cristal” faz com que o futuro, envolvendo as sequelas da pandemia, ainda seja inusitado. A inquietude pessoal gerada pela incerteza dos males da doença e a incerteza se posteriormente os infectados irão desenvolver alguma nova doença ou serem mais propensos a outras, atormenta a boa parte da população.

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre uma nova doença respiratória em Wuhan, capital da província de Hubei, na China. Foi

relatado 27 casos de pessoas internadas, identificadas com uma pneumonia de etiologia desconhecida (SANTOS-PINTO; MIRANDA; OSORIO-DE-CASTRO, 2021). O aumento súbito e as características observadas nos primeiros quadros clínicos dos infectados apontou para a possibilidade que a causa da enfermidade fosse em decorrência de um vírus¹ da família coronavírus, responsáveis por epidemias recentes na China (*Severe Acute Respiratory Syndrome - SARS*) e na Península Arábica (*Middle East respiratory syndrome - MERS*). Devido a essa semelhança viral, clínica e genética, a doença gerada pelo patógeno foi denominada como “COVID-19” e o vírus de “SARS-CoV-2” (SILVA, 2022 NAS REFER).

Em janeiro de 2020 foi devidamente identificada a nova cepa SARS-CoV-2 (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*), nunca vista em humanos. Algumas questões sobre a origem genética e as proximidades hereditárias do agente com os demais vírus da família *Coronaviridae* e do seu gênero Betacoronavírus (Beta-CoV) foram essenciais para tentar prever os desdobramentos deste novo Beta-CoVs. Essa tipologia de vírus pode causar desde distúrbios respiratórios simples, como resfriados comuns (HCoV-OC43), até síndromes respiratórias agudas graves (como o caso do SARS-CoV, MERS-CoV e, atualmente, o SARS-CoV-2). Embora ainda existam muitas dúvidas relacionadas à COVID-19 e suas frequentes mutações, o primeiro sequenciamento do genoma do SARS-CoV-2 representou um marco essencial para um aprofundamento do entendimento do vírus, do risco que ele representava para a saúde pública, e, conseqüentemente, contribuiu para um melhor enfrentamento da epidemia (BENAVIDES-ROSETO, 2020).

A então epidemia do novo coronavírus começou a ganhar seu caráter internacional no dia 13 de janeiro, com a confirmação do primeiro caso registrado fora da China, em Bangkok, Tailândia. Em 30 de janeiro, a OMS declarou o surto da doença e classificou como emergência de saúde pública de interesse internacional, alertando sobre o alto risco de a doença prejudicar sistemas de saúde vulneráveis do mundo (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021), já que o controle de novas doenças virais está estritamente ligado ao processo de transmissão, ao hospedeiro e ao ambiente em que se instaura o surto, aspectos prejudicados por um sistema de

¹ Neste caso, o vírus como agente infeccioso deve ser compreendido na sua singularidade, que traz questões na simples definição de ser classificado como ser vivo ou não. Deve-se entender, primeiro, que há múltiplas definições de vida, e que na biologia uma definição muito utilizada é a vida definida como um processo complexo decorrente da ação de proteínas que são “codificadas” por ácidos nucleicos, ou seja, os ácidos nucleicos são traduzidos em proteínas que realizam as funções do organismo. Neste caso do vírus, eles se tornam inertes fora das células vivas de seu hospedeiro, não sendo neste momento considerados organismos vivos. Já no instante em que um vírus adentra o ser humano, ele utiliza os mecanismos da célula hospedeira para que o ácido nucleico viral torne-se ativo, possibilitando a sua multiplicação viral (TORTORA; FUNKE; CASE, 2017).

saúde mais frágil ou sociedades demasiadamente desiguais (BONITA; BEAGLEHOLE; KJELLSTRÖM, 2010).

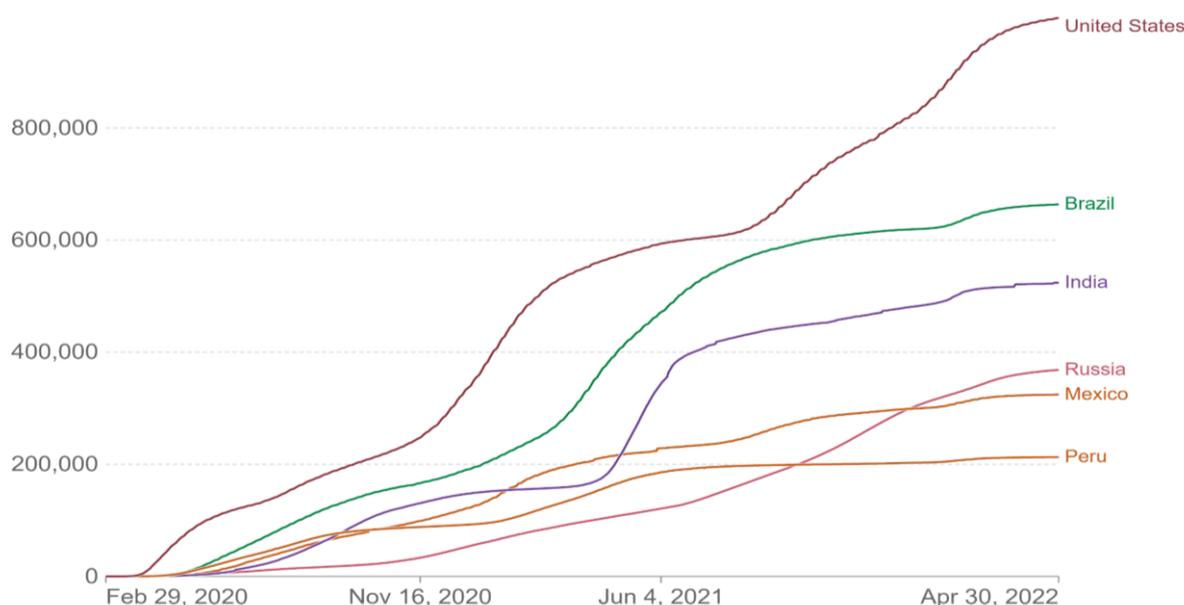
Em menos de três meses da notificação do surto da doença na China, foi declarado o estado de pandemia de COVID-19, em 11 de março de 2020. O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, na ocasião, relatou: “Atualmente, existem mais de 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil pessoas perderam a vida. Outras milhares estão lutando por suas vidas em hospitais” (OPAS, 2020c, p. 1). Ainda, em um mundo globalizado, de comércio latente entre os países, com o desenvolvimento de meios de transporte internacionais, cada vez mais acessíveis para a população, os problemas também se tornaram compartilhados em múltiplos aspectos, como os dilemas sobre imigração ou preocupações com a disseminação de infecções virais. Sendo assim, com o número alto e rápido da disseminação do vírus entre os países, o diretor-geral anunciava a triste, e evidente, realidade do aumento da proporção do problema de saúde pública global (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021). “Nos próximos dias e semanas, esperamos ver o número de casos, o número de mortes e o número de países afetados aumentar ainda mais” (OPAS, 2020c, p. 1). No primeiro período da pandemia, de março até maio de 2020 (MONIZ, 2021), vivenciamos o maior desafio internacional de saúde pública já declarada.

Da Ásia para a Europa, da Europa para o mundo, assim aconteceu a disseminação da doença. A China foi o primeiro epicentro da pandemia, porém, sua forma de governo autoritária realizou medidas de isolamento rígidas e eficazes – até aquele momento –, a chamada política sanitária de “Covid Zero”, mas de difícil execução no mundo ocidental. Logo, a Itália demonstrou como poderia ser a experiência de uma crise de saúde pública em decorrência da disseminação do vírus no mundo ocidental. Com *slogans* “Milão não pode parar” enaltecendo a importância da economia, do trabalho e da liberdade, logo se deparou como a consequência disso: o contágio, a internação, o óbito. A crise na Itália alertou o mundo sobre a dimensão real do problema. Giordano (2020) argumenta que houve um preconceito na Europa, devido à ideia equivocada de que o ocorrido na China não aconteceria no velho continente da mesma forma. O “choque da Covid-19” na Europa foi grande, a Itália, a Espanha, a Rússia e o Reino Unido tiveram os maiores problemas no enfrentamento à doença. Na política, houve um receio mútuo, ao mesmo tempo em que políticas rígidas eram necessárias, os parlamentos davam muito poder para potenciais ditadores, como na Hungria, na Turquia, na Polônia e na Rússia (THORPE *et al.*, 2020).

Entre os continentes, foram as Américas que protagonizaram os piores números e exemplos de enfrentamento à COVID-19. Os Estados Unidos (América do Norte), Brasil

(América do Sul) e México (América do Norte) ocupam primeiro, segundo e quinto lugar no número de mortes por COVID-19, respectivamente. Ainda, o Peru ocupa a sexta colocação no mesmo *ranking*, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Mortes confirmadas por COVID-19 acumuladas pelos seis países com maior número de mortes, de 29 de fevereiro de 2020 a 30 de abril de 2022

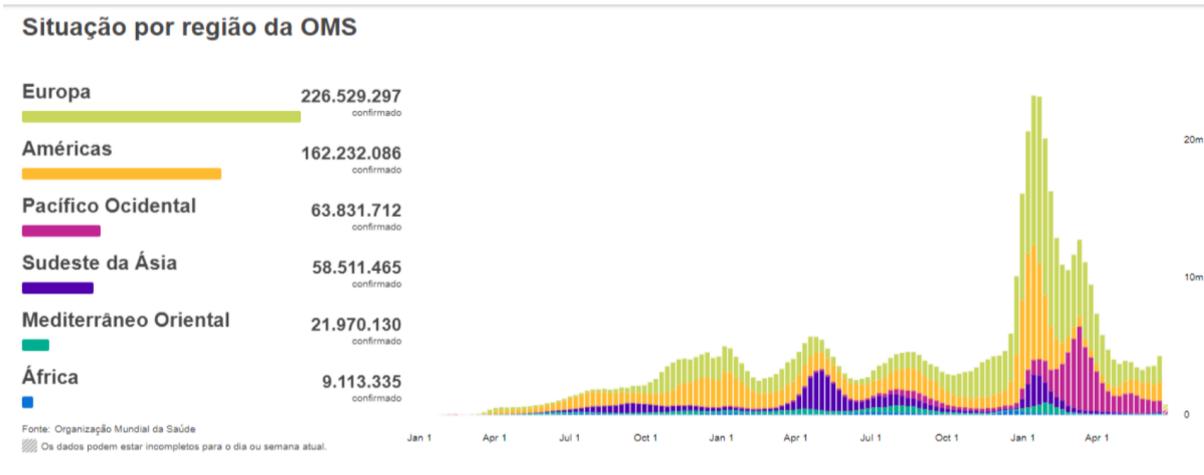


Fonte: Our World in Data² (acesso em 2022).

Curiosamente, os Estados Unidos da América (EUA), que eram considerados pelo Índice Global de Segurança em Saúde (IGS) o país mais preparado para o enfrentamento de epidemias, foi o mais atingido, considerando números de contágio e de óbitos gerados pela doença, sendo o que pior enfrentou a pandemia (GHS, 2021). Nos Gráficos 2 e 3 podemos conferir a situação em cada continente ao longo da pandemia, apresentando o número de contágio e o de mortes, respectivamente. Comparando os dados, é possível constatar que não é adequado afirmar que o número de contágio equivalerá, proporcionalmente, ao número de óbitos, já que a Europa foi o continente com maior nível de pessoas infectadas pelo vírus, mas foi nas Américas que se encontram os maiores números de mortes, corroborando as preocupações da OMS com sistemas vulneráveis, como Brasil, México e Peru, porém, desafiando a ciência para uma investigação sobre a situação dos EUA, considerando o apresentado sobre sua posição no índice IGS.

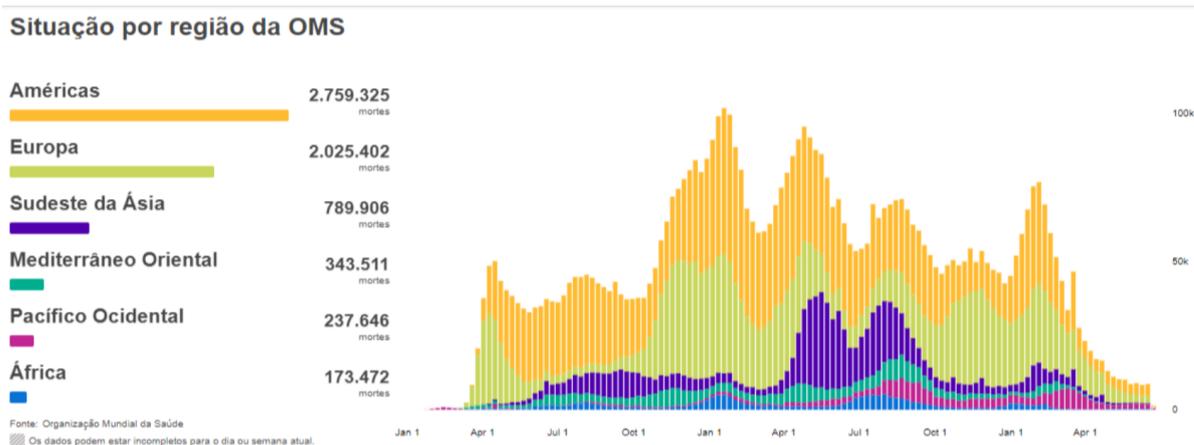
Gráfico 2 - Contágios confirmados por COVID-19 acumulados pelos continentes, de janeiro de 2020 a maio de 2022

² Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>.



Fonte: Painel do Coronavírus (COVID-19) da OMS (acesso em 2022).

Gráfico 3 - Mortes confirmadas geradas devido à infecção por COVID-19 acumuladas pelos continentes, de janeiro de 2020 a maio de 2022



Fonte: Painel do Corona vírus (COVID-19) da OMS (acesso em 2022).

Com os avanços dos estudos na área da epidemiologia, cresceu a capacidade do controle da dispersão de vírus, com o uso de medidas de prevenção, de vigilância, de quarentena e de tratamento. O enfrentamento às doenças, como Hanseníase, Peste Bubônica, Gripe Espanhola e Gripe Suína (H1N1), auxiliaram nesse processo de desenvolvimento do sistema de saúde³ para o amadurecimento de como enfrentar doenças de transmissão por contato. Apesar disso, as doenças transmissíveis ainda são a principal causa de sobrecarga no sistema de saúde, responsáveis por 39% da carga global de incapacidade da rede de saúde, onde as infecções respiratórias agudas, como COVID-19, influências, entre outras, estão no topo das causas responsáveis, junto ao seu alto índice de letalidade (BONITA; BEAGLEHOLE;

³ Utilizamos aqui, nas entre linhas, o conceito luhmanniano de evolução de sistema no seu processo autopoietico, nesse caso, sistema de saúde.

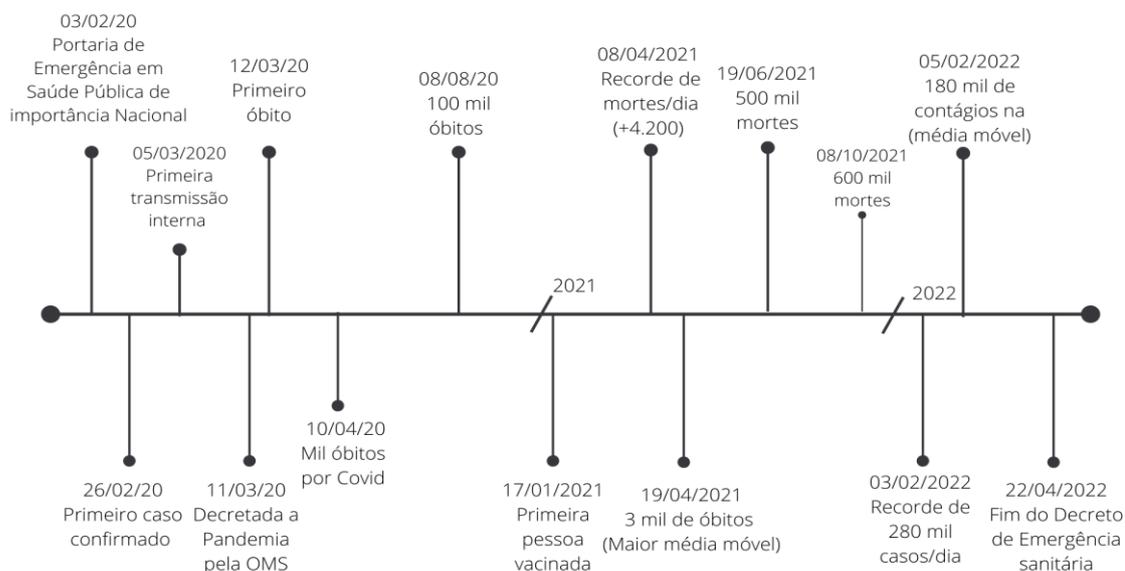
KJELLSTRÖM, 2010). Logo, a capacidade do sistema de saúde de cada país assistir aos doentes influenciará diretamente no número de recuperados da doença, diminuindo o número de óbitos em relação aos infectados.

Já no Brasil, a doença, que chegou pelos aeroportos, advinda de viagens internacionais, adentrou as periferias, fazendo com que uma das primeiras vítimas fatais da COVID-19 fosse uma empregada doméstica, dando indícios de como seria a realidade pandêmica no país (VALERIANO; TOSTA, 2021). No dia 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, um homem que retornou da Itália, região da Lombardia. Após 15 dias, no dia 12 de março de 2020, foi registrada a primeira morte por COVID-19 no Brasil. Nesse período, os contágios alastraram-se exponencialmente, como era esperado; até o dia 17 de maio de 2020 já haviam sido confirmados 241.080 casos no país. As hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave chegaram a 139.622, um aumento de 637% se comparado com o mesmo período no ano de 2019. Do total de casos da doença, 16.118 (6,7%) foram a óbito (BRASIL, 2020c). As medidas tomadas na época não foram eficazes para, de algum modo, evitar que o Brasil alcançasse mais de 31 milhões de casos, ficando em terceiro no painel de contágio da OMS do Coronavírus até junho de 2022 e segundo no de mortes (OMS, 2022).

Os acontecimentos envolvendo a COVID-19 no Brasil, relacionados a números abruptos de contágio e mortes, estenderam-se ao longo dos mais de dois anos de pandemia⁴. Os recordes envolvendo óbitos dos infectados aconteceram em 2021. A diferença entre os números de mil mortes para 100 mil mortes foi de quatro meses. Entretanto, o tempo que levou para que o número de óbitos saltasse de 200 mil mortes para 400 mil levou igual período, chegando em 8 de outubro de 2021 na marca dos 600 mil mortos. Já os maiores índices de contágio da doença não ocorreram no inverno, como pode ser verificado na Figura 1, diferentemente do esperado devido à relação inversa entre temperatura e o registro de casos de COVID-19, visto que temperaturas baixas estão, na literatura, associadas ao aumento de casos (KRÜGER, 2020.). Esse fato pode demonstrar a relevância dos aspectos culturais do Brasil, de contatos interpessoais aumentado durante os períodos quentes do ano, devido ao seu vasto litoral e festividades, como o próprio carnaval.

⁴ É evidente que não consideramos que a pandemia acabou, estamos cientes do aumento nos níveis de contágio em 2022/2023 e dos acontecimentos envolvendo novas ondas da doença e os surtos de COVID-19 em Xangai, China. O uso de termos no passado são devido ao fato de que a presente dissertação se propõe a investigar as políticas de lockdown em relação à sociologia, política sanitária mais frequente nos primeiros meses de pandemia.

Figura 1 - Linha do Tempo dos acontecimentos e recordes relacionados à COVID-19 no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2022) e Painel Coronavírus (OMS, 2022)

Entretanto, seria de certo modo simplista desconsiderar, nos estudos sobre a pandemia no Brasil, o seu vasto território nacional, número de habitantes e a diferença socioeconômica entre as regiões, estados e cidades, fatores relevantes para o estudo sobre a pandemia. Por exemplo, em relação ao número de habitantes, no cálculo de mortes por 100 mil habitantes, Peru, Bulgária e Bósnia e Herzegovina são os países com os maiores índices de letalidade em decorrência da COVID-19. Ainda, outras questões preocupantes, como o acesso a escolas, à informação e as discrepâncias referentes à desigualdade de oportunidade e de resultado, conduzem a pandemia para os aspectos sociológicos de pesquisa.

Como já mencionado anteriormente, o Brasil e o mundo conviveram com grandes epidemias nos últimos dois séculos. Surtos de doenças infecciosas, como gripe aviária e suína, Ebola, MERS e SARS, foram problemas, emergentes e (re)emergentes, nos últimos anos. As preocupações epidemiológicas não são novas, a OMS já alertava sobre o risco de uma pandemia, causada por um patógeno viral, enfatizando a importância dos preparativos para minimizar uma futura, e inevitável, doença viral. Sendo assim, dentro das discussões epidemiológicas, os questionamentos não eram mais em questões sobre o vírus específico, em que país aconteceria, mas quando e como os países estavam preparados (FERNANDES, 2020). No entanto, restam inúmeras dúvidas de que modo essas experiências no enfrentamento a outras doenças garantem um melhor desempenho nos desafios gerados pela COVID-19, já que atualmente o Brasil está em segundo lugar no número

de mortes em decorrência da doença, e a China, que enfrentou o SARS-CoV em 2002, está com seus crematórios lotados no final de 2022.

A temporalidade dos estudos sobre a pandemia também diz muito sobre as medidas de prevenção, o fim da medida de *Covid Zero* na China, em dezembro de 2022, e o atual caos no sistema de saúde e crematório, mesmo após o desenvolvimento de vacinas, demonstra como a COVID-19 é um frequente risco ao mundo, ainda podendo esconder inesperados capítulos, mesmo três anos após seu primeiro caso. A China, que foi muito elogiada por suas medidas de prevenção, atualmente é criticada por não realizar publicações diárias sobre casos e mortes pela doença. No final de 2022, o mais populoso do mundo vive o momento mais delicado de infecções. Já o Brasil, frequentemente criticado, atualmente é um exemplo de vacinação da população.

1.3 A NECESSÁRIA CONTENÇÃO DO VÍRUS E O *LOCKDOWN*, O COMEÇO DE UM PROBLEMA TRANSDISCIPLINAR DE ELEVADA COMPLEXIDADE

Durante o momento inicial da pandemia, as principais recomendações realizadas pela ciência biomédica, baseando-se em comportamentos de epidemias anteriores da SARS e influenzas (GHANI *et al.*, 2005), foram as de intervenções não-farmacológicas (IFNs), como o uso de máscaras e o distanciamento social, com o intuito de “achatamento da curva” dos casos de COVID-19. Os esforços para alcançar esse “achatamento” eram necessários, uma vez que a capacidade da rede de saúde, quando totalmente ocupada, têm significativa taxa de letalidade causada pela doença. A tentativa de mitigar os níveis de internações considerava o limitado número de profissionais da saúde e de unidades de terapia intensiva (UTI) no Brasil, essenciais para o atendimento de casos graves da doença (OPAS, 2020b). Essas medidas não farmacológicas, que vão desde lavagem de mãos a uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), foram muito utilizadas para diminuir números de contágio de outras epidemias, reduzindo o pico dos casos (OPAS, 2020a).

A pandemia universalizou algumas noções epidemiológicas, que anteriormente já foram vistas de formas muito fechadas, ligadas apenas ao estudo biológico de doenças na área da saúde. Entretanto, o movimento da transdisciplinaridade da área epidemiológica já vem há algum tempo abrangendo praticamente todos os eventos ligados às saúdes humanas (PEREIRA, 2008). Atualmente, o conceito abrange o entendimento mais amplo do conceito de saúde, ligando-se à definição que envolve como qualidade de vida, afastando-se das discussões limitantes das antigas discussões da área sobre saúde/doença. Atualmente as áreas da saúde e

da epidemiologia consideram o estudo dos fenômenos que afetam o físico, o mental e o social da população (SILVA, SCHRAIBER, MOTA, 2019).

Algumas das medidas de mitigação não farmacológicas, expostas no Quadro 1, são de fácil adesão e realizadas em carácter individual, como evitar tocar o rosto e lavagem de mãos. Outras medidas necessitam maior intervenção estatal, como controle de fronteiras e redução de aglomerações. A diferença entre as necessárias medidas individuais, coletivas e estruturais vão gerar múltiplos desafios durante todo o período de pandemia, conforme aprofundaremos neste capítulo.

Quadro 1 - Medidas individuais, coletivas e estruturais de proteção e de mitigação contra a Covid-19⁵.

TIPO DE MEDIDA	MEDIDA DE PROTEÇÃO E DE MITIGAÇÃO
Individual	Lavar constantemente as mãos, higienizar das mãos com álcool em gel 70%, evitar tocar olhos, nariz, boca e não compartilhar objetos de uso pessoal.
Individual e Coletiva	Usar máscara, cobrindo nariz e boca.
Individual, Coletiva e Estrutural	Manter distância mínima de 1 (um) metro a 1,5 m entre pessoas em lugares públicos e de convívio social.
Coletiva	Promover campanhas educativas para maior engajamento da sociedade.
Coletiva e Estrutural	Evitar aglomerações e eventos de massa.
Individual e Estrutural	Realizar rastreamento de contactantes com caso positivo para COVID-19. Promover isolamento de casos suspeitos e garantir a medida aos confirmados.
Coletiva e Estrutural	Promover o fechamento de locais de trabalho não essenciais e de escolas, caso necessário, para reduzir o ritmo de transmissão do vírus.
Coletiva e Estrutural	Colaborar com isolamento social, confinamento, quarentena, <i>lockdown</i> etc. Aos governantes: promover e exigir cumprimento das regras de isolamento.
Estrutural	Reduzir rotas de viagens, controlar fronteiras e aumentar a capacidade de testagem.

Fonte: Adaptado de Siqueira (2021).

As medidas presentes no Quadro 1, acionadas para mitigar os efeitos da pandemia, são utilizadas para diminuição de transmissão de doenças. Podemos notar essas similaridades nos atuais protocolos de prevenção à disseminação da chamada Varíola dos Macacos. Entretanto, no caso da covid-19, com o aumento exponencial dos casos pelo mundo, devido ao seu alto nível de contágio e a sua letalidade, os protocolos sanitários utilizados para contenção da contaminação em carácter coletivo e estrutural (presentes no Quadro 1) foram enrijecidos. A situação preocupante registrada na Itália em março de 2020, com um colapso no sistema de saúde, gerou uma alavancagem nas medidas sanitárias, de tal forma que foi necessária a

⁵ Os dados referentes ao Quadro 1 levaram em consideração as seguintes referências: BRASIL, 2021A; DICKENS et al., 2020; LANCET, 2021; OPAS, 2020; PENTEADO & CASTRO, 2021; PHELAN et al, 2020; SILVA et al., 2020; SHANKAR et al., 2020; TANG et al., 2020; WHO, 2021.

recomendação do modelo de contenção comunitária, conhecido também pelo estrangeirismo *lockdown* (COSTA; RODRIGUES, 2021).

A utilização de isolamento para pessoas infectadas por doenças virais como protocolo sanitário é histórica e frequentemente aplicada para contenção do avanço de epidemias. Lacerda, Rodrigues e Costa lembram, nesse mesmo sentido, que livros religiosos históricos já se referiam a esse modelo de contenção de doenças: “[...] no Antigo Testamento, no livro de Números, capítulo 5: ‘E falou o Senhor a Moisés, dizendo: ordena aos filhos de Israel que lancem fora do arraial a todo o leproso’” (LACERDA; RODRIGUES, COSTA, 2021, p. 8). A hanseníase – conhecida antigamente como lepra – gerou medidas drásticas de segregação social na tentativa de conter o avanço da doença no seio daquela comunidade, “[...] para que não contaminem os seus arraiais, no meio dos quais eu habito. E os filhos de Israel fizeram assim, e os lançaram fora do arraial [...]” (LACERDA; RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 8).

Na atualidade, a propagação de doenças transmissíveis tornou-se facilitada entre continentes, devido à globalização econômica e as novas dinâmicas de comércio e de transporte de passageiros internacional. Segata e Mastrangelo (2020), debatendo o efeito da pandemia em um sistema de economia globalizada, relatam situações envolvendo o isolamento de tripulações de navios, devido a relatos de enfermidades causadoras de febres e mortes a bordo. Nesses casos, são realizadas proibições de aportamento, para o isolamento dos tripulantes do navio, porém, devido às proibições de aportamento desses navios e a falta de atendimento básico à tripulação, os autores destacam os problemas dessa medida: “não [era garantida] a ‘cura’ e a saúde de quem estava no seu interior, em meio à situação de contaminação” (SEGATA; MASTRANGELO, 2020, p. 9). Dessa forma, a tripulação doente ficava isolada, ou melhor, abandonada, perecendo pela doença. Ainda, os autores enfatizam outros problemas humanitários relacionados à falta do atendimento às pessoas isoladas nos navios:

[...] em decorrência da doença morriam de fome ou de intoxicação pelo consumo de alimentos que, devido ao tempo, pereciam. A ideia de “sacrifício de uma minoria” (dentro do navio) “pelo bem da maioria” (fora dele) era costumeiramente acionada. (SEGATA; MASTRANGELO, 2020, p. 9).

O procedimento de isolamento de tripulações nos navios utiliza a mesma lógica dos casos de lepra: a exclusão social de alguns para a proteção de muitos. Contudo, no contexto da pandemia de COVID-19, a ideia de isolamento foi de maior extensão, tornando-se medida sanitária também para não doentes pela proporção dos desafios gerados pelo SARS-CoV-2, a escala do “navio” mudou, já não havia “arraial” protegido, o leproso poderia ser qualquer um,

e as suas consequências, de exclusão e falta de atendimento, foram, de certa forma, universalizadas.

A existência de "assintomáticos", indivíduos que não demonstram manifestações corporais da doença, e o fato dos sintomas decorrentes dessa enfermidade, quando aparentes, serem semelhantes ao de uma gripe convencional, gerou grandes obstáculos no enfrentamento ao SARS-CoV-2 (LACERDA; RODRIGUES; COSTA, 2021). Com a análise dos casos, notou-se que os jovens e crianças eram mais resistentes, apresentando quadros de doença mais branda com maior frequência. Apesar de sua resistência no desenvolvimento de sintomatologia grave, eles também eram vetores de transmissão do vírus, representando risco de exposição a terceiros. Por outro lado, os idosos e pessoas com histórico de diabetes, hipertensão, cardiopatias ou obesidade eram mais propensos a desenvolver formas graves da doença, chegando a evoluir (cl clinicamente) a óbito (SEGATA; MASTRANGELO, 2020). Esse comportamento do vírus, ora assintomático, ora sintomático, demandou medidas de contenção comunitária.

Camila Siqueira (2021) enfatiza que o isolamento, em aspecto conceitual, é inefetivo nos casos de pessoas assintomáticas ou ainda pré-sintomáticas. Portanto, o *lockdown* realiza a função de reduzir a transmissão comunitária entre pessoas que não sabem que estão doentes. Para tal, são necessárias intervenções rígidas e contundentes realizadas pelo estado, como compensação financeira e punições por descumprimento das medidas, já que reduzir a exposição da população ao vírus é essencial para proteção dos grupos mais vulneráveis em questão biológica ou social.

Os conceitos de distanciamento social, isolamento, quarentena e contenção comunitária (*lockdown*) foram utilizados como sinônimos nos debates sobre essas políticas sanitárias, mas há diferenças conceituais significativas (DUARTE *et al.*, 2020). Segundo Wilder-Smith e Freedman (2020): a) o conceito de distanciamento social refere-se à diminuição dos contatos interpessoais, como, por exemplo, as distâncias entre passageiros nos transportes públicos; b) isolamento é a segregação social de pessoas diagnosticadas ou visivelmente infectadas pela doença; c) quarentena consiste na forma coercitiva de, por um período predeterminado, proibir a circulação de pessoas que tiveram contato com infectados por determinada doença; d) contenção comunitária consiste na intervenção sanitária em toda uma região, cidade, estado ou país, na tentativa de realizar uma extrema mitigação de contatos e movimentações entre indivíduos, a exemplo de cancelamentos de reuniões presenciais, atividades escolares e trabalhos não essenciais, podendo evoluir para o uso de cordões sanitários ou bloqueio de entrada e saída de cidades inteiras – *lockdown*.

Realizar estudo sobre a forma como as medidas sanitárias de enfrentamento à COVID-19 foram executadas no mundo é um trabalho árduo, devido ao fato de que não houve uma resposta padronizada no combate à pandemia. Por exemplo, a Coreia do Sul não aderiu aos modelos de *lockdown*, porém, teve resultados positivos no controle da doença, relacionado a baixa taxa de transmissibilidade da doença (ROSSI *et al.*, 2022). Entretanto, países com maior número de óbitos por COVID-19, como no caso Estados Unidos e Brasil, não realizaram *lockdown* de forma ampla no seu território. Gbènkpon Houvèssou, Tatiana Souza e Mariângela Silveira (2021) realizam um comparativo internacional das medidas de isolamento, exposto na Tabela 1, utilizando dados do “*Assessment Capacities Project*” que analisam a África do Sul, a Alemanha, o Brasil, a Espanha, os Estados Unidos, a Itália e a Nova Zelândia. O ACAPS descreveu as medidas sanitárias tomadas pelos sete países e o dia de sua implementação. Todos os países incluídos no estudo, adotaram medidas mais básicas, como suspensão das aulas nas escolas, limitações de reuniões, fechamento de fronteiras e outras (apresentadas no Quadro 1).

Na Tabela 1, países classificados como “parcial” referem-se à medida menos rígida de *lockdown*, em que alguns serviços não essenciais podem funcionar sob rigorosas medidas de vigilância (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021).

Tabela 1 - Incidência diária de casos confirmados de Covid-19 (por milhão de habitantes) a partir do início da implementação do *lockdown*, por países

País	Tipo de <i>lockdown</i> implementado	Dia de implementação do <i>lockdown</i>	Extensão	Taxa de incidência no dia da implementação do <i>lockdown</i>	Taxa de incidência 14 dias após implementação do <i>lockdown</i>	Taxa de incidência 25 dias após implementação do <i>lockdown</i>
África do Sul	Total	27/03/2020	País inteiro	3,7	1,2	2,4
Alemanha	Parcial	22/03/2020	País inteiro	37,5	70,8	34,2
Brasil	Parcial	08/04/2020 ^a	Algumas cidades	7,8	11,8	23,4
	Parcial	16/05/2020 ^b	Algumas cidades	72,0	126,7	151,0
Espanha	Total	13/03/2020	Algumas cidades	32,7	196,4	111,4
	Parcial	16/03/2020	País inteiro	36,5	124,3	97,0
	Total	28/03/2020	País inteiro	176,3	97,3	49,4
Estados Unidos	Parcial	–	–	–	–	–
Itália	Parcial	08/03/2020 ^c	Algumas cidades	20,6	108,4	79,1
	Parcial	20/03/2020	País inteiro	88,0	77,2	52,2
	Total	23/03/2020	País inteiro	92,0	71,4	62,6
Nova Zelândia	Total	23/03/2020	País inteiro	7,5	8,1	0,4

a) Dia em que foi decretado *lockdown* parcial na maior cidade do país, São Paulo, SP.

b) Dia em que foi decretado *lockdown* parcial nas seguintes cidades: São Luis, MA; Fortaleza, CE; Recife, PE; Rio de Janeiro, RJ; e São Paulo, SP.

c) Dia em que foi decretado *lockdown* parcial nas regiões do norte da Itália (Lombardia e Vêneto).

Fonte: Houvessou, Souza e Silveira (2021).

Nos casos da África do Sul, da Alemanha, da Espanha, da Itália e da Nova Zelândia, após realizarem as médias de *lockdown*, ocorreram quedas significativas na taxa de incidência

da doença após implementação (sexta e sétima coluna da Tabela 1). Essa medida, quando realizada entre 14 e 21 dias, mostrou-se extremamente eficaz e útil para reduzir a transmissão da doença. Entretanto, no Brasil, os dados demonstram que a taxa de incidência de casos aumentou após a implementação parcial do *lockdown*. Em São Paulo, especificamente, houve um aumento nos casos durante as medidas. Todavia, o índice de aderência populacional à medida foi de 54%, considerada baixa (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021). O Conselho Nacional de Saúde (CNS), na Recomendação nº 036, de 11 em maio de 2020, orientou a implementação de medidas de contenção comunitária (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos. O CNS afirmava a necessidade de garantir uma taxa de 60% da população de distanciamento social e a articulação intersetorial. Ainda, a necessidade de apoio entre os órgãos de segurança, como as Forças Armadas, para assegurar o devido cumprimento do *lockdown* (CNS, 2020).

Houessou, Souza e Silveira (2021) enfatizam que foram somente medidas parciais de *lockdown* que foram feitas no Brasil, não havendo implementação de contenção comunitária simultânea entre todo território nacional, dando indícios de como uma mesma medida (*lockdown*) pode ter resultados tão discrepantes entre países, como demonstra o estudo (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021, p. 10). Já o estudo “caso-controle” de Dalson Figueiredo Filho e Lucas Silva (2021), analisando o caso específico de 10 dias de *lockdown* do município de Araraquara, demonstrou que o *lockdown* realizado na cidade neutralizou a tendência do aumento na taxa de contágio da doença.

Como foi discutido, a partir das características do vírus, tendo em vista o seu comportamento, não resta nenhuma dúvida no âmbito do conhecimento científico de que tanto o distanciamento social como o próprio *lockdown* têm sido eficazes contra a propagação de um vírus. Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) demonstram isso:

Se todos os hospedeiros humanos do SARS-CoV-2 ficarem isolados (confinados) ou em pequenos grupos familiares, por um período de aproximadamente duas semanas, a impossibilidade de transmissão levaria a população viral a rápido colapso (declínio) e até mesmo à extinção do vírus e, conseqüentemente, da doença pandêmica Covid-19 em humanos. (LACERDA, RODRIGUES, COSTA, 2021, p. 11).

Os modelos sanitários não tiveram grandes resistências, por parte da população brasileira, no começo da pandemia. Durante esse período inicial, o *slogan* “fique em casa” (campanha direcionada para conscientização individual realizada pela mídia) gerou situações antagônicas: ao mesmo tempo em que a mídia registrou músicos nas varandas de seus

apartamentos tocando músicas para seus vizinhos e transeuntes, foram também registrados momentos de tensão na busca por alimentos e suprimentos básicos em supermercados, em um “jogo de aceitação e medo”, “glamourização e desespero”.

O *lockdown*, que era comprovadamente eficaz, teve dificuldades para ser implementado no Brasil. No decorrer da pandemia no Brasil, assistimos pessoas arriscando sua “vida biológica”, indo contra os direcionamentos de distanciamento social e desrespeitando as tentativas de contenção comunitária do espalhamento do vírus realizadas pelos estados e municípios, gerando um aumento na crise sanitária, moral e social. Entretanto, a origem dos enfrentamentos continha caráter de diferentes esferas (individual, social e político), manifestando a complexidade dos problemas gerados pela pandemia. As múltiplas crises sistemáticas na área sanitária, social, econômica e política geraram a necessidade de um amplo diálogo entre as disciplinas do conhecimento. As “fronteiras” da disciplinarização do conhecimento científico ficaram menos nítidas na pandemia, sendo fundamental um esforço mútuo entre os sistemas científicos disciplinares para analisar os novos objetos de pesquisa gerados pelo período. Sendo assim, a transdisciplinaridade teria sido fundamental na busca por melhores caminhos para que fosse garantida a devida eficácia nas políticas sanitárias de isolamento no Brasil.

1.4 DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS SANITÁRIAS CONTRA A COVID-19: ASPECTOS DO DEBATE SOCIOLÓGICO SOBRE AS CONTROVÉRSIAS DURANTE A PANDEMIA E O *LOCKDOWN*

A COVID-19 entra para a história da humanidade como um acontecimento que desafiou as instituições e os indivíduos, causando inúmeras consequências nas esferas da vida social e uma série de debates de ordem moral, ideológica, cultural e política. A crise gerada pela doença, que era especialmente ligada à área biomédica, tornou-se interdisciplinar. A economia, a cultura, a ideia de lazer, o estudo e a vida em sociedade, de modo geral, foram fortemente afetadas.

Durante a pandemia, houve grandes desafios de caráter individual. Para o bom funcionamento das medidas de prevenção da COVID-19⁶, como o *lockdown*, era necessário um engajamento massivo, a partir da conscientização da população. Todavia, a população, em grande parte aparentemente adaptada a uma sociedade “digital”, das “telas”, adaptada às

⁶ Referente às medidas demonstradas no Quadro 1.

distâncias e a métodos de comunicação instantâneos, viu-se quase em colapso quando apenas esse modo virtual de “contato” foi permitido. O medo presente no dia a dia, as notícias relacionadas à doença, como sintomas, internações e mortes, características de um período de anomalia social, levaram, coercitivamente, a população a uma situação incomum, distante da sua rotina-cidadã cotidiana.

Na mesma perspectiva dos desafios a serem enfrentados, incluem-se as redes sociais que, rotineiramente relacionadas ao lazer dos “memes” ou das novas danças coreografadas de aplicativos⁷, também foram invadidas pelo desespero de enfrentar um inimigo invisível. Joana Lopes, Inês Silva e Vera R. Silva (2021) afirmam que a pandemia e as medidas para o seu controle, como o *lockdown* parcial executado em certas regiões do Brasil, podem ter acentuado sensações de ansiedade, de solidão e de medo da morte. Também pode ser verificado o aumento da ansiedade e da depressão na população entre indivíduos entrevistados em países de continentes como a Ásia, a Europa e as Américas (PASSOS *et al.*, 2020). Outro estudo realizado em Portugal e no Brasil, nos meses de maio e de julho de 2020, com 555 pessoas, detectou ansiedade significativa em 71% dos indivíduos pesquisados (LOPES; SILVA; SILVA, 2021). Sendo assim, os males causados pela pandemia de COVID-19 geraram problemas no sistema científico e social, e, inevitavelmente, perturbou⁸ de forma significativa os sistemas psíquicos.

Os aspectos mais individualizados do combate à pandemia, como o cuidado com a higiene pessoal – usar máscara, lavar as mãos e higienizar os pertences pessoais após chegar em casa –, foram amplamente difundidos pelo Estado e pela imprensa. Entretanto, o trabalho do antropólogo João Leal (2021) enfatiza como até mesmo uma medida básica, como o uso de máscaras, é mais complexo do que parece.

A máscara Covid-19, usada como uma das formas principais de atenuar a transmissão do vírus tem como consequência involuntária uma sinalização ainda mais radical dessa suspensão do corpo como instância principal do relacionamento social. Não são só os gestos, mas o rosto e a sua capacidade expressiva – de emoções e sentimentos sobre os quais repousam as sociabilidades – ficam confinados [...] fazendo com que a própria identidade da pessoa fosse suspensa ou, nos casos em que as pessoas se conhecem, meio oculta. (LEAL, 2021, p. 159).

Essa consequência da suspensão do corpo, ligado ao uso de máscaras, citada por Leal (2021), causou algumas anomalias, como o uso de “proteções faciais” transparentes. De alguma forma, as máscaras “alternativas”, na sua maioria, cientificamente, ineficazes para a prevenção

⁷ Fazemos referência ao TikTok, aplicativo para smartphone de vídeos curtos (15 segundos, 30 segundo e 1 minuto), que consideramos como uma nova forma de “exploração”, neste caso, do ócio.

⁸ Utilizamos aqui o conceito de perturbação de sistemas de Niklas Luhmann (RODRIGUES; NEVES, 2017).

do contágio do novo coronavírus, com customização de cores, símbolos de movimentos políticos ou com totens do patrimônio nacional, foram utilizadas na tentativa de enfrentar a lógica despersonalista da máscara sanitária. Ademais, o que se faz mais relevante, sociologicamente, no ato da utilização ou não de máscaras para esse projeto é o modo como o uso da proteção tornou-se significativo em uma lógica de valor moral, uma expressão política, em um período de disputa e discursos negacionistas contrários à ciência.

O uso da máscara Covid-19 transmite valores que têm sido centrais no combate à pandemia: a segurança própria e alheia, a preocupação com os outros, o civismo, as pessoas antes da “economia”. Usar a máscara é uma forma de exprimir a adesão a esse conjunto de ideias. (LEAL, 2021, p. 159).

Neste cenário, as disputas relacionadas a valores morais e a ideologias políticas tiveram certo protagonismo na pandemia, refletidas, até mesmo, na adesão a recomendações sanitárias básicas, como o uso de máscaras, demonstrando o nível elevado de complexidade para realizar medidas sanitárias no país. As discussões sobre liberdades individuais *versus* responsabilidade social geraram importantes debates interdisciplinares, tomando certo protagonismo durante a crise sanitária. Um momento emblemático da disputa moral e ideológica no Brasil foram as manifestações de ruas, realizadas por parte da sociedade contrárias à gestão do governo federal, impulsionadas por falas questionáveis do então Presidente da República e, também, por revelações geradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁹. Durante essas manifestações, a solicitação realizada pelos governos locais para que as pessoas ficassem em casa, em isolamento social, foi desconsiderada pelos manifestantes, com a alegação de que o ato seria essencial para o enfrentamento contra o negacionismo do governo federal frente à crise sanitária.

Essas disputas, morais e ideológicas, ligadas às divergências entre as ideias de liberdade individual (realizar manifestações) e de responsabilidade social, conduziram a discussão para um aspecto subjetivo do “Estou na rua, mas com o devido cuidado”, ao invés de serem realizadas as devidas medidas protetivas de caráter racional-científicas. Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) discutem esse acontecimento, enfatizando haver um cuidado dos manifestantes, porém, essa prevenção se deparou com os limites do distanciamento social: “[Durante as manifestações] o estímulo ao cuidado e ao uso correto dos materiais de proteção tem se mantido como um dado relevante, como o uso de máscaras, a higienização das mãos e, no limite, o

⁹ CPI da Pandemia: Instaurada em 27/04/2021 e finalizada no dia 26/10/2021 (SENADO FEDERAL, 2021).

distanciamento físico – embora este último seja mais difícil de ser feito” (LACERDA; RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 5).

Entretanto, o caráter subjetivo, moral e ideológico da discussão pandêmica, mesmo sendo relevante em uma avaliação sociológica sobre o período, pode ofuscar um aspecto essencial para aferir a realidade brasileira, a desigualdade social. As ações individuais – deliberadas ou não – que, cotidianamente, desafiavam as orientações de cuidados feitos pela ciência (como a não utilização de máscaras ou a não higienização das mãos) podem ser consequência dos problemas mais profundos do país. O que é, por muitos, considerado “escolha individual” pode não refletir a realidade de pessoas que não tiveram o “luxo” de poder se proteger do vírus. A própria lei – neste caso, qualquer decreto de *lockdown* – para “sair” do papel e ser garantida sua execução pelo Estado, de forma eficaz, esbarra em variadas questões estruturais práticas.

As desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira, como os índices de educação vexatórios, o precário acesso ao saneamento básico às populações de baixa renda, as desigualdades de raça e de gênero, bem como as diferenças regionais, são fatores cruciais para a devida análise da pandemia (MAGALHAES, 2021). Em um país demasiadamente desigual, as oportunidades são desiguais. O oportuno – que consiste em uma ocasião favorável para a realização de algo, em que a realidade propícia é encaixada, construída, ou até mesmo acontece ao bel prazer da fortuna –, ou melhor, a situação adequada para um isolamento, não contempla grande parte da população brasileira. Ainda, para um indivíduo seguir direcionamentos biomédicos é necessário que ele tenha acesso à informação para que assim se torne uma escolha individual.

Sendo assim, fica evidente que quando nos deparamos com um indivíduo utilizando máscara de proteção isso nos garante que no processo do desenvolvimento das medidas foi apresentado para essa pessoa: a) o motivo pelo qual ele deveria usar máscaras; b) as condições materiais para que o mesmo tivesse acesso ao item máscara; e c) a compreensão das consequências pessoais, coletivas e legais da não utilização da proteção facial. É inegável que em dois anos de pandemia os brasileiros, de modo geral, assimilaram esses direcionamentos. Entretanto, é inevitável afirmar que esse processo foi prejudicado devido às dificuldades estruturais do país. Como orientar uma população com baixo acesso a escolas de qualidade, com falta de saneamento básico e sem água tratada sobre a importância de lavar as mãos com água e sabão? Tal questionamento demonstra a distância que parte da população brasileira tinha de políticas básicas de prevenção contra contágio. As querelas supramencionadas são objetos históricos dos estudos sobre a sociedade, e sendo assim, da sociologia.

As diferenças socioeconômicas no Brasil são relevantes para analisar, de forma mais aprofundada, como as medidas científicas orientadas podem ser relativizadas entre as diferentes regiões. Historicamente, as medidas de segurança sanitárias (restritivas, fiscalizatórias e biopolíticas) não abrangeram da mesma forma o centro e a periferia. A imersão (e, por vezes, mesmo o acesso) do Estado nas periferias brasileiras é precária¹⁰, aspecto esse que não foi alterado durante o período pandêmico (SILVA; BELMONT, 2021). Nas periferias houve uma menor adesão individual aos protocolos, pouca fiscalização estatal e um número inferior de comércios que realmente fecharam. Durante a execução de medidas mais restritiva aos comércios¹¹, os comerciantes, na tentativa de esquivarem-se das restrições, realizavam o acesso dos clientes ao interior do estabelecimento de forma menos explícita, procurando minimizar perdas monetárias, porém, arriscando sua vida e a dos seus clientes.

Apesar de haver setores da sociedade, como o mercado financeiro, profissionais de telemarketing e professores universitários, que tiveram a possibilidade de se adaptar às modalidades de *home office*, grande parte da população continuou trabalhando normalmente em função das características da maioria dos serviços formais, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não tendo a mesma oportunidade de adaptação (GOES; MARTINS; NASCIMENTO, 2021).

Algumas categorias empregatícias, como comércio, reparação de veículos automotores, indústrias de transformação, serviços de construção, saúde humana e serviços sociais, foram impossibilitadas de aderir às orientações para ficarem em casa, decorrentes dos aspectos técnicos dessas atividades. Com a falta de oportunidade real de isolamento houve uma elevação da vulnerabilidade e, por certo, do risco de contágio dos trabalhadores desses setores empregatícios. As características do trabalho de grande parte da população dificultaram a implementação, de forma adequada, das medidas de proteção orientadas pelas ciências biomédicas. Ainda, as desigualdades latentes do Brasil tornaram as orientações, como o “fique em casa” (orientação eficaz e fundamental para contenção da pandemia), irrisórias e pouco viáveis para as populações mais pobres. Nas populações mais empobrecidas, a noção de economia é relacionada – até mesmo antes da pandemia – a uma realidade de subsistência diária. Ademais, e piorando a situação, o trabalho das populações com menores índices

¹⁰ Referimo-nos a trabalhos tais como: Burgos (2009), Carvalho (2020), Freitas e Pena (2020), Galster e Killen (1995), Gluszevicz e Martins (2013), Maricato (1997) e Wacquant (2008).

¹¹ Situação referente ao Decreto nº 6.378, de 5 de março de 2021 (PELOTAS, 2021). Medida realizada pela Prefeitura de Pelotas determinando o fechamento de todas as atividades no âmbito do município, a partir das 06 horas do dia 06/03/2021 até às 05 horas do dia 08/03/2021.

educacionais está normalmente ligado ao setor de serviços, cujo contato interpessoal é inevitável (SILVA; BELMONT, 2021).

Nesse sentido, novas discussões surgem sobre os efeitos da pandemia no mundo do trabalho, como a de “terceirização” dos riscos da COVID-19 à integridade física dos motoboys, porteiros, caixas de lotérica e às demais profissões consideradas essenciais e ligadas ao setor de serviços. Os trabalhadores, assalariados e autônomos, sofreram e tiveram que lidar com a precariedade e marginalização históricas de moradias populares, cuja segregação urbana e direito a uma cidade plena mostra seu lado mais perverso (SILVA; BELMONT, 2021). Esse indivíduo trabalhador, forçado a um alto nível de contato interpessoal para manter seu emprego e, assim, manter sua subsistência, foi colocado constantemente à exposição ao contágio em ônibus lotados ou empregos com grande fluxo e proximidade de pessoas. Além disso, atualmente, com as novas formas de trabalho que utilizam a tecnologia dos aplicativos para atuarem em diferentes setores econômicos, aumentou o número de trabalhadores vivendo uma espécie de relação salarial pouco protegida, disfarçada de “parceiros”/“colaboradores” (ABÍLIO, 2020). Durães (2021) demonstra alguns dados relevantes sobre a nova lógica do trabalho informal no mundo, que inevitavelmente foram influentes na pandemia:

[Os trabalhadores informais representam] cerca de 2 bilhões de pessoas, ou 6 a cada 10 pessoas ocupadas a depender do país, ou ainda 60% do total de trabalhadores, conforme a Organização Internacional do Trabalho-OIT. Em 2020, dentro do contexto da Pandemia por Covid-19 (coronavírus), restou, muitas vezes, o dilema do contágio (nas ruas) ou morrer de fome (ILO, 2020), pois, muitos trabalhadores informais precisam do trabalho imediato, cotidiano, para sobreviver [...] empreendedorismo, embora na verdade, seja a aparência do fenômeno, que esconde contradições, as quais ficaram em evidência na Pandemia. (DURÃES, 2021, p. 2).

Na última década houve um expressivo aumento de formas de trabalho desregulamentadas, sem direitos previdenciários, desprotegidas, que são mantidas na informalidade dos aplicativos e nos empreendedores de rua (DURÃES, 2021). Ironicamente, esse mesmo trabalhador, muitas vezes desprotegido em caráter previdenciário, que manteve os serviços essenciais funcionando para o bem-estar e proteção da população – geralmente mais privilegiada –, foi fortemente criticado em seus momentos de lazer. Essa incoerência, entre a crítica ao lazer e as indiferenças aos riscos impostos por uma realidade financeira desfavorável, pode evidenciar uma suposta noção de que a exposição é válida para manter o sistema econômico em funcionamento, mas não é aceita para a reprodução da vida social.

A vida social e toda a complexidade que a mesma envolve, desde a revolução cognitiva, têm demonstrado a necessidade subjetiva de uma vida grupal dos humanos (HARARI, 2017).

O ser humano, que é um “ser-social”, viu no outro, que é parte fundamental de si e de suas interiorizações, uma ameaça e um risco durante a pandemia, gerando um conflito entre a necessidade de proteção individual e a necessidade natural da interação social. Esses aspectos em confronto com o sistema cultural brasileiro são parte fundamental para compreender as incongruências na eficácia do distanciamento social em diferentes regiões do país, isto é: adesão/não-adesão por parte da população. Os debates sobre como relacionar a saúde mental, a vida social e a vida biológica, somados aos aspectos inerentes ao sistema cultural¹² e às circunstâncias específicas da cultura brasileira, são parte fundamental para compreender a conjuntura brasileira e a complexidade de um período delicado.

A vida, em suas múltiplas esferas biológicas e sociais, é fortemente influenciada pelas questões econômicas. A economia foi um ponto central nas discussões sobre como agir/não agir no enfrentamento ao vírus, sendo uma verdadeira pedra de toque, colocando governos em risco. A principal política realizada pelo governo federal brasileiro, na tentativa de mitigar os efeitos devastadores da pandemia à economia, foi a instauração do auxílio emergencial¹³, sancionada pelo valor R\$ 600,00 (MARINS *et al.*, 2021). Entretanto, durante o foco pandêmico do Brasil, era necessário discutir, sociologicamente, como a importância da economia estava sendo colocada, empiricamente, acima das vidas dos trabalhadores menos abastados, além de aprofundar os possíveis dilemas da inflação *versus* precarização da subsistência, falta de fiscalização estatal *versus* número de mortes nas periferias, exposição diária do trabalho *versus* marginalização do lazer.

A relação entre COVID-19 e economia é profunda. Diego Souza (2021) argumenta que não se deve cair no erro, simplista, de que a pandemia da COVID-19 gera desemprego, miséria, fome e, conseqüentemente, doenças e mortes, já que esse aspecto é apenas um fragmento – relevante – da realidade analisada. Para o autor, “A pandemia da COVID-19 adentra a situação da saúde como componente de relevo na relação economia-saúde, que há tempos se nutre do adoecimento humano” (SOUZA, 2021, p.7). Sendo assim, torna-se imprescindível relacionar a questão dos problemas que dizem respeito às ideias de saúde/doença no Brasil sem fazer uma relação direta com o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (SOUZA, 2021). Durante a formulação do SUS, um dos mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, buscava-se alcançar um investimento anual de 10% do PIB. Entretanto, em aspectos de investimento

¹² Cultural em seu aspecto globalizado. Referente ao crescimento da influência de diferentes culturas interagindo atualmente. A acentuação das diferenças culturais não é um fenômeno alheio à globalização (RODRIGUES; MENDONÇA, 2006).

¹³ No Brasil, em caráter federativo, no dia 2 de abril, o governo brasileiro sanciona, em 2 de abril de 2020, a Lei nº 13.982, que institui o auxílio emergencial (BRASIL, 2020a).

público, nunca chegou perto dessa meta, considerando que o valor tem orbitado em torno de 4% até 2011, e de 2 a 3% em 2019 (SOUZA, 2019). A falta de investimento nas políticas sociais brasileiras, com significativa importância na saúde¹⁴ da população, como políticas de saneamento básico, habitação e urbanismo, vem diminuindo ao longo do tempo (VIEIRA, 2020). Esse cenário se agravou na pandemia, como ressalta Souza:

A preocupação com os impactos econômicos ganha cada vez mais espaço, mesmo entre aqueles que defendem o distanciamento social, refletindo-se em todas as áreas, inclusive na própria saúde pública, no que diz respeito ao seu financiamento. Há, portanto, um entendimento linear de que a pandemia deu origem a uma dinâmica econômica caótica que, se não controlada, se prolongará até a catástrofe do sistema de saúde. (SOUZA, 2021, p. 2).

Nesse contexto, Souza (2021) aponta a fragilização dos sistemas de saúde como um obstáculo relevante no período pandêmico, ressaltando a sobrecarga sobre a força de trabalho do setor da saúde. Os profissionais da área da saúde, frequentemente identificados como “linha de frente”¹⁵ no combate à doença, enfrentam um alto índice de contaminação e de morte devido à infecção por COVID-19, em consequência da precariedade dos sistemas públicos de saúde, de EPIs e de medidas protetivas, ocasionando a morte desses profissionais. Além disso, a conjuntura e a excepcionalidade de uma situação de pandemia pressionaram os cientistas para a “corrida pela vacina” já no segundo semestre de 2020, gerando uma forte especulação financeira e lucratividade para as empresas que se propuseram a entrar na disputa pela criação e fabricação do imunizante.

Frente à crise econômica e ao medo coletivo dos impactos financeiros em todos os setores, diversos governos, como o ex-Primeiro-Ministro da Itália, Giuseppe Conte, o ex-Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o ex-Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, assumiram a postura de defesa da economia em detrimento da aplicação de medidas protetivas (contenção comunitária) com discursos que alegavam que o prejuízo do desemprego causaria um maior impacto na saúde do que os efeitos clínicos da doença, ignorando a curva de infectados e mortos em ascensão (SOUZA, 2021).

Em um momento de calamidade advinda da crise sanitária e das crises decorrentes dela nas múltiplas esferas psíquica, moral, social, econômica, trabalhista, urbana e cultural, já

¹⁴ Utilizamos o conceito de saúde desenvolvido por Souza, Silva e Silva (2013), consistindo em um processo social cruzado, envolvendo vários aspectos e expressões sociais, como: pobreza, desemprego, violência, destruição ambiental etc.

¹⁵ Termo utilizado seguindo a lógica das infantarias, que consistem em um grande número de soldados que não estão à frente do exército se expondo em demasia aos ataques do exército inimigo. Em guerras, a infantaria é o pelotão que mais sofre baixas.

apresentadas brevemente neste subcapítulo, também foi instaurada uma crise de caráter político-institucional. O Supremo Tribunal Federal, em discordância com o Governo Federal, atribuiu aos estados, Distrito Federal e municípios a competência de implementação das medidas de distanciamento social (STF, 2020). Sendo assim, não houve uma política para medidas de *lockdown* direcionados pela esfera federal de governança.

Esse conflito entre os diferentes poderes, Executivo e Judiciário, pode ter gerado dificuldades no controle das medidas de contenção comunitária. A “nova direita”, abertamente anticientífica e com seus aspectos ultraliberais (LACERDA, 2020), foi influenciada por uma conhecida liderança, que com seus frequentes discursos negligenciaram as orientações das ciências biomédicas e defendia abertamente que pessoas deveriam ser deixadas ao léu da doença (LACERDA; RODRIGUES, COSTA, 2021). Essas atitudes do governo federal brasileiro – muito semelhante às medidas do governo norte-americano – dificultaram as medidas de *lockdown* no país.

No caso do Brasil, o governo federal não adotou, tampouco encorajou a adoção de medidas de lockdown em nível subnacional. Cada estado implantou confinamento parcial, segundo a necessidade e as ordens de seus respectivos governos, sem uma coordenação e controle da situação sanitária no conjunto do país, pelo governo federal. (HOUESSOU; SOUZA; SILVEIRA, 2021, p. 8).

Todas essas questões apresentadas (individuais, sociais, culturais e políticas) fizeram com que a pandemia de COVID-19 desencadeasse múltiplas crises. Além das milhões de vidas que a pandemia ceifou em todo o planeta, a tendência é a de vermos “sequelas” – individuais e sociais – como consequências dela no decorrer dos próximos anos. Ainda, durante o período pandêmico, as disputas fervorosas em caráter moral, ideológico e político, as incongruências entre as vontades (individuais), ideias (liberdade *versus* responsabilidade social), empírico (necessidades materiais de subsistência) e instituição (política *versus* judiciário), geram a necessidade de auxílio sociológico para que, de forma eficaz, a resposta mais evidente para proteger a vida biológica, contenção comunitária (*lockdown*), fosse realizada. A sociologia tem que ter um espaço de protagonismo durante crises para aumentar seu poder e, assim, consequentemente, melhorar os resultados das medidas de proteção neste, e em futuros, problemas sanitários.

2 O CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO OBJETO LEGÍTIMO DOS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA

2.1 INTRODUÇÃO

A ciência ganhou grande ênfase e protagonismo no período pandêmico, uma valorização pouco esperada, considerando o surgimento de novos defensores do terraplanismo. O conhecimento biológico do vírus foi amplamente difundido devido à excepcionalidade da Covid-19 na rotina do cidadão. Entretanto, com os atuais debates envolvendo temas como pós-verdades, bolhas sociais, *fake news*, conhecimento localizado e as frequentes controvérsias científicas presentes no período pandêmico envolvendo o uso/não-uso de medicamentos e EPIs, foi gerado um terreno fértil para que a Sociologia do Conhecimento Científico estudasse as nuances inerentes ao período.

O presente capítulo busca debater a importância da ciência no desenvolvimento da humanidade, tanto em caráter populacional quanto nos avanços tecnológicos. Todavia, admite a indissociabilidade da ciência com o meio social, assim como demonstrado por estudos da Sociologia do Conhecimento Científico. Os *Social Science Studies* fornecem ferramentas para a compreensão do que é considerado ciência, como é realizada sua produção nos múltiplos contextos sociais, e para a discussão das diferenças do conhecimento científico frente aos demais tipos de conhecimento. Nesta perspectiva, a Sociologia do Conhecimento assume um papel essencial na compreensão das atuais controvérsias do sistema científico que envolvem a visão pós-analítica da ciência, tornando-se ainda mais importante para uma atual reflexão sobre o fenômeno social denominado ciência.

O capítulo está organizado em três subitens. O primeiro versa sobre a importância do conhecimento para a humanidade, seus atuais dilemas e a consolidação do conhecimento científico como um fenômeno social extremamente relevante. Nele, além de apresentar o tema conhecimento como objeto de estudo, seus limites na esfera individual e seus problemas contemporâneos advindos dos avanços tecnológicos, buscamos demonstrar seus resultados para vida humana e como se estabeleceu a distinção entre ciência/não-ciência. O segundo subitem se refere ao surgimento da Sociologia do Conhecimento e discute as contribuições de Karl Mannheim, a partir da publicação do seu livro “Ideologia e Utopia”, em 1929, demonstrando como o autor introduz a investigação do conhecimento em sua dimensão social, teoria útil e essencial até os dias atuais. A terceira e última parte do capítulo, por sua vez, refere-se aos estudos sobre a ciência, da Sociologia da Ciência de Robert Merton, fundador da chamada

“Escola de Colúmbia”, até os atuais Estudos Sociais da Ciência (ESC&T), os chamados *Social Science Studies*. O subitem enfatiza as contribuições de Thomas Kuhn e sua interferência no próprio “núcleo duro” da ciência.

2.2 O CONHECIMENTO E SUAS DIMENSÕES DE VALIDAÇÃO: OS LIMITES INDIVIDUAIS DO CONHECER AO IMPACTO SOCIAL DA CIÊNCIA

Os diferentes povos desenvolveram-se, ao longo do tempo, transmitindo seus saberes de geração em geração. Utilizamos, frequentemente, termos como “sabedoria popular” para designar a expertise que advém de meios específicos não institucionalizados, mas da cultura em geral. Na esfera individual, receber o *status* de “sábio” ou de “intelectual” exerce nas sociedades um papel de destaque aos indivíduos que conquistam esses “títulos” — tanto de forma institucional, por meios universitários, como de forma popular, mediante figuras públicas consideradas relevantes por seus ensinamentos —, fruto da importância social dada ao conhecimento nas sociedades humanas. Os ensinamentos repassados ao longo do tempo, através de livros, histórias e tradições, foram fundamentais no desenvolvimento das sociedades. Desde a forma como uma cultura realiza um simples corte de cabelo até métodos de sobrevivência utilizados após um acidente (procedimentos de primeiros socorros); todos os saberes estão intrinsecamente ligados a formas de reconhecimento presentes naquele meio social, e, portanto, ligados à relação do conhecimento entre saber repassado e saber adquirido, ensino e aprendizagem.

O conhecimento, ao longo da história humana, foi essencial para a sobrevivência, para o crescimento populacional e para a longevidade da nossa civilização. Contudo, o ato de conhecer, em instância individual, não é uma ação unívoca; há diferentes formas de conhecer o mundo que nos cerca. A significação do entorno, tanto no processo de aprendizagem quanto no resultado deste, apresenta-se de diversas formas. Edgar Morin (2001, p. 1), ao debater o conceito de conhecimento, afirma que “o conhecimento nunca é um reflexo ou espelho da realidade. O conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução”. Sendo assim, todas as nossas formas de adquirir conhecimento como os nossos sentidos: visão, audição, tato, olfato paladar — ampliados ou não por aparatos tecnológicos —, não deixam de ser uma significação/tradução do mundo, que pode ser equívoca. Morin exemplifica da seguinte maneira:

Tomemos o exemplo da percepção constante que é a imagem do ponto de vista da retina: as pessoas que estão perto parecem muito maiores do que aquelas que estão

mais distantes, pois, a distância, o cérebro não registra e reconstitui uma dimensão idêntica para todas as pessoas, assim como os raios ultravioletas e infravermelhos que nós não vemos, mas sabemos que eles estão aí e nos impõem uma visão segundo as suas incidências. Portanto, temos percepções, ou seja, reconstruções, traduções da realidade, e toda tradução comporta o risco de erro, como dizem os italianos “*tradotore/traditore*”. (MORIN, 2001, p. 1).

As traduções e as reconstruções do mundo realizadas por um indivíduo apresentam risco de erros, e muitas vezes, podem nos direcionar para ilusões, distorções e equívocos — embora saibamos que o mundo, sobretudo o mundo social, presta-se a fartas interpretações — que podem, de fato, redundar em prejuízos coletivos. Na literatura, frequentemente relacionamos as questões inerentes à dificuldade de realizar uma tradução exata da realidade utilizando os dilemas geográficos gerados pelas disparidades naturais entre o mapa e o terreno, o modelo e a realidade.

Nos últimos trinta anos, o acesso ao conhecimento ganhou novas dimensões com o surgimento da internet. Os provedores de navegação, os grandes *sites* de busca e os *smartphones* foram revolucionários aos diferentes níveis de acesso à informação. Entretanto, o acesso rápido e fácil a esses meios digitalizados geraram efeitos “rebotes” muito debatidos contemporaneamente. Conceitos advindos desse novo espaço de conhecimento, a internet, tais como: sociedades em bolhas, pós-verdade, *fake news*, conhecimento localizado, dentre tantos outros, tem conduzido o pesquisador, que se desafia a adentrar nos estudos sobre conhecimento, mesmo de carácter social, a realizar algumas questões, quais sejam: 1) o que realmente é conhecimento válido(?); 2) como se deve adquiri-lo(?); 3) atualmente ainda é possível diferenciar tipos de conhecimento por níveis de credibilidade em uma sociedade em que as bases epistemológicas da refutabilidade¹⁶, como critério diferenciador entre ciência/não ciência, perde espaço(?) Perguntas como essas, basilares nos estudos sobre o saber e o conhecer, que moveram gerações de estudos epistemológicos, tornam-se mais complexas com os avanços interativos-comunicacionais advindos da expansão internet.

A quantidade de informação disponível na internet não garante, necessariamente, o incremento e diversidade de “conhecimento” na sociedade. As ferramentas de algoritmização de conteúdo, presentes no meio digital, adentram as atuais discussões epistemológicas. Esse mecanismo realiza uma “mediação” entre objeto conhecedor e objeto conhecido, podendo direcionar o conhecimento humano. Sendo assim, além das influências conhecidas (subjetividade, cultura, tempo, etc.) os algoritmos estão se tornando um novo fator de estudo

¹⁶ O princípio da falseabilidade desenvolvido por Karl Popper (1972), defendendo como critério de cientificidade de uma teoria a sua abertura para a falsificação ou a refutação.

dentro dos campos da epistemologia. Segundo Sergio Silveira (2017) os algoritmos não podem ser vistos como apenas uma fórmula matemática, neutra e distante das dinâmicas sociais. Para o autor, os algoritmos funcionam como mecanismo de poder, condicionando o tecido social na sua totalidade¹⁷. As informações geradas pelas interações naquele espaço digital “ensinam” os algoritmos o que determinado usuário “gosta”, garantindo maior tempo de acesso aos conteúdos similares, gerando maiores níveis de engajamento¹⁸. Esse mecanismo é utilizado nos sites de busca, como Google e Bing, nas redes sociais, e, também, no desenvolvimento das atuais inteligências artificiais.

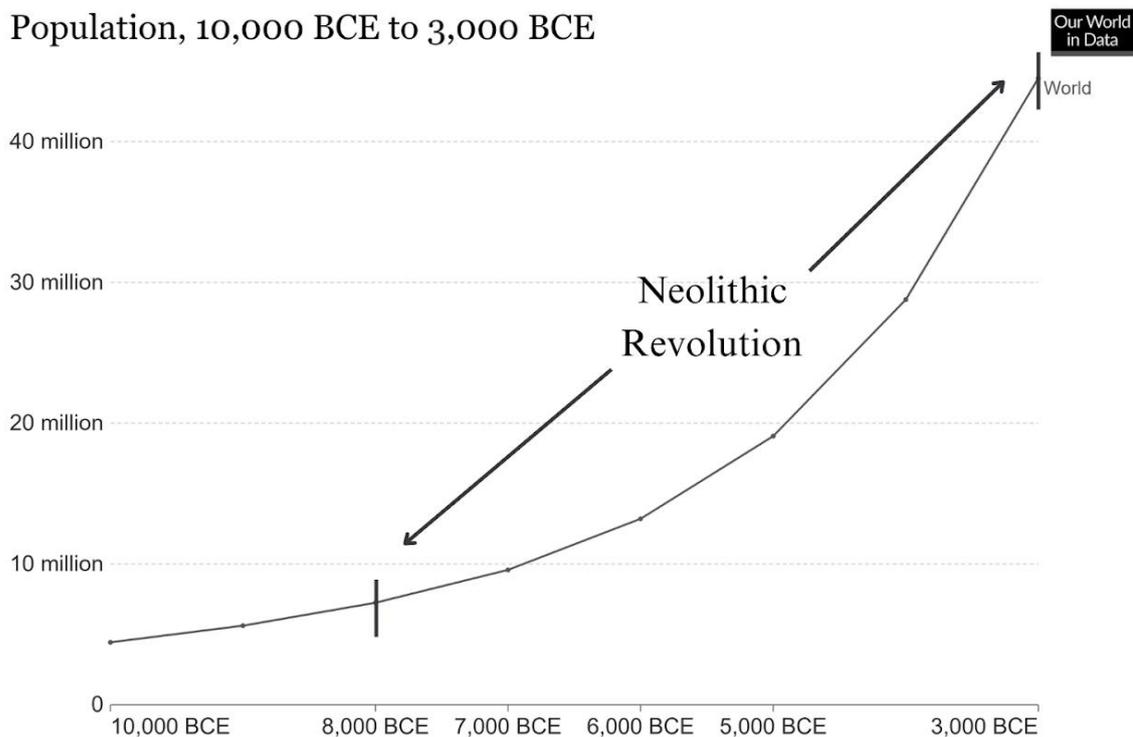
O distanciamento (e discernimento) entre os diferentes tipos de conhecimentos, principalmente a distinção entre o conhecimento validado e as demais formas de conhecimento que se utilizou -- e que ainda se tem usado -- para significar o mundo (mitologia, teologia, filosofia, ideologia e senso comum), ancora-se na eficácia de conhecimento validado. A pandemia da COVID-19, por exemplo, reenfazou a importância da valorização do conhecimento científico e os perigos advindos das bolhas digitais (muitas vezes anticientíficas). O conhecimento, testado, comprovado e validado, vem mostrando seus resultados ao longo da história. Cremos que um exemplo importante é o próprio crescimento populacional e a expectativa de vida. A revolução agrária neolítica e a revolução industrial são grandes exemplos de como o ato de compreender, de ensinar e de reproduzir conhecimento transforma a vida humana.

O Gráfico 4 mostra que, do ano de 10.000 a.C. há 8.000 a.C., houve um crescimento de 64% na população humana. Entretanto, de 8.000 a.C. até 3.000 a.C., durante o processo de desenvolvimento da revolução agrária neolítica, houve um aumento de 515%, reflexo do conhecimento agrícola adquirido nesse período.

¹⁷ Além da conceituação de Silveira (2017), nos referimos aos estudos de Manuel Castells (2015) sobre a relação entre internet e sociedade.

¹⁸ O termo engajar tem sua origem no francês *engager*, que em português pode ser traduzido para “comprometer”, “empenhar”. Neste estudo, o conceito de engajamento extrapola seu significado etimológico, devido sua recente aplicação no ambiente digital ligado a três aspectos: 1) “satisfação” individual, disponibilizando conteúdos considerados relevantes para aquele usuário específico; 2) tempo de uso, garantindo maiores níveis de interações naquela rede social e, conseqüentemente, disponibilizados novos, e frequentes, dados; 3) e, obviamente, como qualquer empresa, o lucro, fruto este dos dois aspectos citados anteriormente, sendo assim, quanto maior a satisfação no uso de uma determinada rede social, maior o tempo disponibilizado para a mesma, gerando maiores retornos financeiros com a venda de publicidades direcionadas para determinados públicos. O conceito, no ambiente digital, está ligado à ideia de “presença”, envolvendo sempre uma dupla relação, o dar e receber, ver e ser visto, o conhecer e o ser reconhecido.

Gráfico 4 - Crescimento populacional de 10000 a.C. a 3000 a. C.



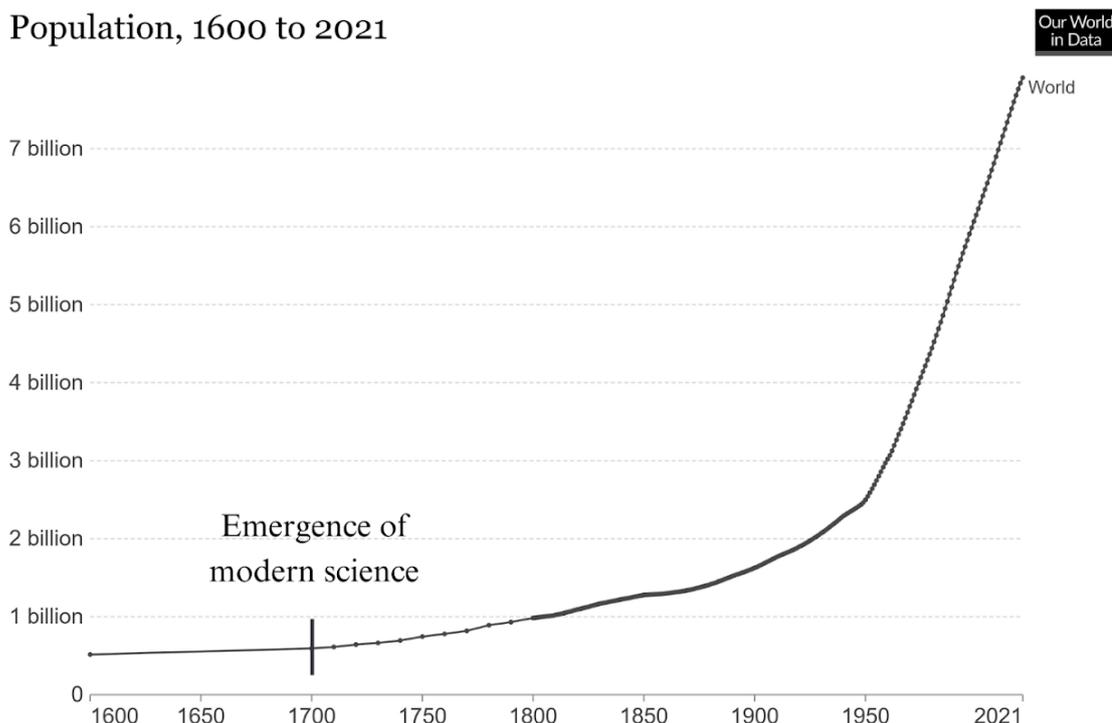
Fonte: Roser (2013)¹⁹ adaptado pelo autor.

Outras revoluções no setor agrário também foram fundamentais, como o desenvolvimento de civilizações hidroagrícolas (Nilo, Mesopotâmia, Indus), as hidrorrizicultura e as mais recentes mudanças agrícolas da idade moderna (MAZOYER; ROUDART, 2010). O conhecimento começa a exercer um papel de domínio da natureza, em outras palavras, a “arte da previsão”²⁰. Contudo, foi a partir do de 1700 até o ano de 2021 que houve o maior crescimento populacional da história da humanidade (Gráfico 5), cerca de 1235%, chegando à marca de 7 bilhões e 900 milhões de pessoas em 2021. Esse crescimento populacional sem precedentes, em um curto período (300 anos), foi resultado de dois fenômenos que se retroalimentaram: revolução industrial, desenvolvendo-se de forma acelerada com a mecânica newtoniana, e a ciência moderna.

¹⁹ Recurso online.

²⁰ Ver Gérard Fourez (1995, p. 164).

Gráfico 5 - Crescimento populacional de 1600 a 2021



Fonte: Rose (2013) adaptado pelo autor.

A ciência assumiu o lugar de mais alto destaque nas sociedades europeias nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, tomando diversos espaços do conhecimento teológico que dominava anteriormente. Os estudos de Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, entre outros, foram resultados do que atualmente definimos como “ciência tradicional” ligada fortemente à ideia de objetividade sedimentada nos manuais clássicos de metodologia científica.

Outros autores participaram do desenvolvimento do que atualmente consideramos conhecimento científico. Francis Bacon, René Descartes, John Locke, Immanuel Kant e David Hume foram essenciais para os primeiros estudos sobre conhecimento filosófico e conhecimento científico, demonstrando as diferenças entre questões científicas e as preocupações de ordem metafísica (RODRIGUES, 2005). Bacon e Descartes ganham seu lugar de destaque devido às suas contribuições, sobretudo em aspecto metodológico, como precursores dos métodos indutivo e dedutivo. John Locke, em 1690, dá início ao que viríamos considerar Teoria do Conhecimento, como disciplina, com a publicação de *Essay Concerning Human Understanding*, debatendo o cerne do conhecimento e a relação entre as ideias de mundo e o mundo empírico em si (MATTEDI, 2006).

Outro autor significativo no processo de fundamentação teórica sobre a ciência (em particular a sociologia) é Augusto Comte. Fundador do positivismo, o filósofo francês deu o embasamento necessário para a fundamentação da visão clássica de ciência, transposta para se

pensar as ciências sociais. Comte argumentava que somente as ciências experimentais produzem verdades científicas, sendo essa a única forma de realizar achados confiáveis. Para Comte, a delimitação sobre o que seria considerado verdadeiramente ciência era, em síntese, simples: qualquer forma de conhecimento que não fosse fundamentada nos métodos experimentais deveria ser vinculada ao conhecimento metafísico (COMTE, 1978). Essa afirmação foi fundamental para embasar as discussões sobre ciência e não ciência, ainda tão atuais e polêmicas no mundo acadêmico.

A valorização dos frutos da investigação científica levou para fora dos muros das *hard sciences* seus *ethos*. Émile Durkheim, por exemplo, em suas contribuições teórico-científicas para tornar a sociologia ciência, ou seja, disciplina de cátedra, estuda a sociedade coisificando seus fenômenos, adequando a nova disciplina do conhecimento ao *status quo* científico da época (CUPANI, 2018). Atualmente, ainda é perceptível as influências metodológicas das ciências naturais no âmbito das ciências humanas e vice-versa.

Atualmente, o mundo “empírico”, ou o mundo-da-vida, nos termos de Edmund Husserl(1954), em sua forma mais profunda das vivências fáticas, tem passado por grandes desafios²¹. O auge do período pandêmico foi circundado por uma complexidade de desafios (econômicos, sociais e epidemiológicos) e incertezas(temporais). Enquanto os indivíduos e os governos tentam cicatrizar as feridas abertas pela pandemia de Covid-19, novos problemas complexos surgem: a instauração de uma nova guerra no continente europeu envolvendo países de grande poderio nuclear em conjunto a um aumento das tensões entre os países asiáticos²². Essas populações, pertencentes ao continente europeu e ao continente asiático, acabaram ficando à mercê de dois fatores causadores de morte: a doença, com a Covid-19, e a guerra. Em períodos adversos, como o atual, o ato de conhecer de forma adequada os problemas, utilizando ferramentas científicas e modelos teóricos que auxiliem na compreensão dos fenômenos, ganha maior relevância social. Logo, o objeto conhecedor e o objeto conhecido alcançam um diferente nível de credibilidade social, além de tantos outros métodos em se tratando das Ciências Sociais.

²¹ Referimo-nos ao auge do período pandêmico, plano de fundo desta dissertação.

²² A Coreia do Norte intensificou seus testes de mísseis nucleares, intensificando as tensões com a Coreia do Sul e o Japão. Também, a China aumentou as movimentações, político- militares, para anexar Taiwan.

2.3 KARL MANNHEIM: OS PRIMEIROS PASSOS INSTITUCIONAIS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

No final do século XIX, o otimismo intelectual gerado pela modernidade declinou fortemente, principalmente, pela perda da validade universal que exercia a mecânica de Newton. O surgimento de novas visões teórico-epistemológicas gerou certa “desordem”, impulsionando uma “crise de ideias, de saberes, de verdades [...]”. É dessa forma que devem ser visto o final do século XIX e o início do século XX” (RODRIGUES, 2005, p. 47). É nesse contexto histórico, delicado para a ciência, em que houve questionamentos a suas bases epistemológicas, que surge a Sociologia do Conhecimento, muito ancorada nas teorias de influência hermenêutica. Neste período, não houve uma descredibilização da ciência — como forma indispensável para realização de avanços tecnológicos —, mas o encetamento do aprofundamento dos estudos sobre a influência da esfera social no ato de conhecer. Sendo assim, nesses primeiros esforços, os achados científicos ainda eram considerados uma verdade apartada das influências sociais. O processo de questionamento e reexame das ideias, sobre o que seria conhecimento, ancoraram a institucionalização da sociologia como área legítima para investigá-lo. Esses novos estudos forneceram respostas que serviriam para elucidar as formas do conhecer, as relações intelectuais, e, conseqüentemente, as influências das relações sociais no campo do conhecimento.

O estudo do conhecimento, quando realizado pela Sociologia, pode ser dividido em três subáreas distintas, mas, de certa forma, interligadas: a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia da Ciência e a Sociologia do Conhecimento Científico. Essa visão quase de “progresso”, um tanto arbitrária, mas digna para realizar um desenvolvimento didático do campo, auxilia-nos na identificação dos passos e dos direcionamentos teórico-epistemológicos dos atuais *social science studies* e dos seus principais pensadores, sendo Max Scheler e Karl Mannheim, este último de forma mais acentuada, os fundadores deste movimento.

Karl Mannheim, nascido na capital da Hungria, Budapeste, em 1893, estudou em diferentes universidades, Budapeste, Berlim e Friburgo, além de ter lecionado na Universidade de Frankfurt. Após a ascensão do nazismo na Alemanha, mudou-se para Londres, onde lecionou na *London School of Economics*, até seu falecimento, em 1947. Os principais debates que atraíram sua atenção durante sua formação foram aqueles que envolviam questões de ordem filosófica e metodológica, discutindo as pressões de influências morais e políticas sobre as pesquisas, tema,este, que fundamentou sua tese de doutorado: "A análise estrutural do

conhecimento". Prosseguiu os estudos de Max Scheler, criador da expressão "sociologia do conhecimento", e fundou o programa metodológico, o qual realizou a sistematização da análise sociológica do conhecimento. Os seus livros mais conhecidos são *Ideologia e Utopia* e *Homem Numa Sociedade em Reconstrução*. Para Marcos Mattedi (2006), o pensamento mannheniano pode ser dividido em duas fases, caracterizadas por seus objetos de pesquisa: a fase alemã (1918-1933), na qual suas pesquisas focam em estruturar a metodologia e a epistemologia da Sociologia do Conhecimento; e a fase inglesa (1933-1947), quando o autor concentra-se nos estudos sobre educação e seu planejamento.

A heterogeneidade das influências teóricas sofridas por Mannheim são essenciais para a concepção sociológica do autor. Em seus estudos, o autor incorporou aspectos de tradições como marxismo, pensamento neokantiano e fenomenologia, latentes em sua época (RODRIGUES, 2005). Entre essas influências, cabe destacar o historicismo. No início de seu período de formação, em Budapeste, Mannheim compartilhava a tese central do historicismo: nenhum produto da cultura humana pode ser analisado, convincentemente, fora de seu tempo. Nessa perspectiva, a interpretação do mundo (ou de um objeto pesquisado) deveria ter como ponto de partida a atribuição de um *index* temporal, relacionado ao estilo típico de um período histórico, ou seja, o pressuposto fixo de que os conjuntos de conhecimento são entrelaçados à estrutura social, e, conseqüentemente, a tempos histórico (MATTEDI, 2006).

Já do ponto de vista metodológico, Mannheim seguiu os caminhos da "síntese tese", de Max Weber, que tem como premissa que a Sociologia deveria ser entendida como uma ciência que interpreta o sentido das ações sociais ao mesmo tempo que busca, de forma sistemática, explicá-las. Dessa forma, o pesquisador deve "articular" os "conceitos dinâmicos" das ciências humanas aos "conceitos rígidos" e generalizantes da ciência natural. Junto a essas escolas de pensamento, a fenomenologia de Edmund Husserl foi introduzida nos trabalhos de Mannheim, sendo a doutrina dos atos intencionais de grande contribuição para seus estudos. Entretanto, o autor rejeitou a concepção do conhecimento como algo "substancial", perspectiva presente na fenomenologia (MATTEDI, 2006).

As diferentes visões conceituais sobre o termo conhecer, normalmente vinculadas a um aspecto mais individualista, foram um claro problema para a Sociologia do Conhecimento. Um leitor incauto, estudando sobre a disciplina, poderia questionar: como a Sociologia poderia estudar o que a sociedade "conhece" se não há outra forma de conhecer para além da cognição humana? Mesmo com algumas áreas sociológicas contemporâneas propondo saídas teóricas para o caráter social do agir e do pensar humano, o que a Sociologia do Conhecimento mannheimiana já propunha à época, hoje é mais debatido como o conceito de "reflexividade".

Portanto a Sociologia do Conhecimento, antes de qualquer coisa, propõe a reflexividade do conhecimento social, ou o conhecimento do conhecimento. Mannheim já problematizava essa questão da seguinte forma:

Realmente, é verdade que só o indivíduo é capaz de pensar. Não há entidade metafísica alguma com uma mente de grupo que pense acima da cabeça dos indivíduos, ou cujas ideias o indivíduo meramente reproduza. Não obstante, seria falso daí deduzir que todas as ideias e sentimentos que motivam o indivíduo tem origem apenas nele, e que possam ser adequadamente explicada tomando-se unicamente por base sua experiência de vida. (MANNHEIM, 1982, p. 30).

Essa afirmação é essencial para explicar o porquê a Sociologia assume um papel fundamental para explicar o conhecimento. Ainda, demonstrar por qual motivo ela é, talvez, a mais preparada para realizar tal função. A Sociologia do Conhecimento não pretende buscar o conhecimento a partir de indivíduos isolados; ela visa compreender as situações que envolvem dimensões histórico-sociais — e, portanto, também ideológicas — vigentes, cuja função é a de produzir e conservar a sociedade como fenômeno. Mannheim aprofunda seu argumento afirmando que “[...] é incorreto dizer-lhe que um indivíduo isolado pensa. Antes, é mais correto insistir em que ele *participa no pensar* acrescentando-se ao que os outros *homens pensaram antes dele*” (MANNHEIM, 1982, p. 31, grifos nossos).

A subárea da Sociologia, fundada como Sociologia do Conhecimento, por Mannheim, tem seu marco inicial a publicação da primeira edição do seu livro “Ideologia e Utopia”, em 1929. Mesmo havendo diferentes teorias que estudavam diferentes vertentes do conhecimento, não existia nenhuma teoria sistematizada sobre a *organização social* da produção de conhecimentos antes de Mannheim²³. Para o autor, é indubitável o caráter sociológico de todo o saber, pensar, intuir e conhecer, ou seja, essas questões ligadas ao conhecimento estariam arraigadas em condicionamentos sociais, nas “estruturas” de uma sociedade. Por conseguinte, temas considerados “naturais” ou subjetivos, como, por exemplo, a escolha de um objeto de pesquisa, estão localizados em aspectos não apenas da vida individual, mas antes, da vida social. Para Mannheim, o objeto da Sociologia do Conhecimento é o estudo das relações entre o conhecimento e a existência, analisando as influências mútuas desses dois aspectos, do conhecer e do existir (MANNHEIM, 1982).

²³ Conforme Rodrigues (2005, p. 49), “Max Scheler, como sabemos, era filósofo e seu interesse pela sociologia fazia parte de um projeto maior, no âmbito da própria filosofia. Em verdade, seu interesse parecia estar no âmbito de uma antropologia filosófica”.

Em “Ideologia e Utopia”, Karl Mannheim (1982) afirma que a função da Sociologia do Conhecimento é a de conhecer o pensamento de uma época, compreendendo todo o contexto social em que estão inseridas, suas ideias e seus modos de pensar.

Para Mannheim, a investigação sociológica do conhecimento deve examinar as interconexões entre o conhecimento e o contexto social. O autor enfatiza que o conhecimento é influenciado pelas estruturas e condições sociais em que está inserido, sendo as múltiplas perspectivas sociais (visões de mundo, teorias, doutrinas etc.) elementos de influência fundamental na formação do conhecimento (MANNHEIM, 1982). É por meio dessas influências que o conhecimento é validado e reproduzido por grupos sociais, sendo, conscientemente, disseminado em diversas esferas da sociedade. Dessa forma, a Sociologia do Conhecimento proporciona o estudo de como o conhecimento é moldado pela dinâmica social, permitindo compreender os propósitos subjacentes à construção de um determinado saber.

Karl Mannheim, ao debater o processo de desenvolvimento do conhecimento, como, por exemplo, o aumento técnico e o domínio sobre a natureza, afirma que esse fenômeno gera progressos diferentes em cada sociedade. A dissimilitude nos resultados/ferramentas do ato de conhecer, portanto, essencial para compreender a forma que conhecimento é difundido em diferentes sociedades. Consequentemente, considerando os diversos métodos de conhecer, em cada sociedade haverá níveis distintos de relevância/legitimação do conhecimento como forma de domínio do mundo. Mannheim, ao explicar a influência desse conceito, afirma:

Uma compreensão adequada de tais fenômenos contribuirá para uma concepção mais precisa do papel das ideias nos movimentos sociais e políticos e do valor do conhecimento como instrumento de controle da realidade social (MANNHEIM, 1982, p. 28).

A relação entre conhecimento e seu meio social demonstra os motivos que levam os resultados do conhecimento, teóricos ou tecnológicos, não serem unívocos. As disputas e consensos, muitas vezes presentes na produção de conhecimento, são próprias dele mesmo, já que o conhecimento está localizado no espaço e no tempo.

A sociologia do conhecimento procura detectar os propósitos extra teóricos das produções mentais, interpretando-os como manifestação de relações existenciais: o conhecimento não é mais interpretado somente em termos de relação sujeito objeto, mas em função das relações sujeito-sujeito (MATTEDI, 2006, p. 83).

Para Mannheim, a “materialidade” do pensamento é medida pelo contexto existencial, os indivíduos possuem uma localização única no espaço social e no tempo histórico e,

inevitavelmente, sua seleção e interpretação tendem a refletir a posição que os mesmos ocupam na sociedade. Os objetos de cognição jamais serão acessíveis em sua configuração total, já que não conseguem abranger todas as possibilidades de perspectivas: o observador só consegue acessar o que está em consonância com sua posição sócio-histórica de pensamento, ou seja, para a Sociologia do Conhecimento existe uma certa sobredeterminação do conhecimento individual por aquele produzido coletivamente. Mannheim conceitualiza essa situação como "contexto de perspectiva", o conhecimento está emergindo do seu entorno, emergindo da realidade acessível. Sendo assim, o agente conhecedor tem seu limite cognitivo delimitado à por sua realidade presente, datada e localizada. Isto faz com que as categorias básicas cognitivas que ordenam as informações que chegam até sua cognição sejam determinadas, mesmo que parcialmente. Marcos Mattedi (2006) enfatiza a importância do conceito "contexto de perspectiva" para o desenvolvimento da Sociologia do Conhecimento, afirmando que:

O que caracteriza o período de emergência da sociologia do conhecimento é a ênfase no contexto social: o contexto social explica o aparecimento e a circulação das ideias, mas não o seu conteúdo e os resultados (MATTEDI, 2006, p. 65).

Portanto, podemos definir a Sociologia do Conhecimento como uma teoria guiada por fatores "extrateóricos", já que se ancora nos aspectos sociais do conhecer (MATTEDI, 2006).

Entretanto, mesmo com a sua perspectiva hermenêutica, Mannheim ainda estava arraigado a uma visão positivista de mundo, sobretudo ao que concerne à Ciência, mas também porque "concebe a possibilidade de uma verdade objetiva e da determinação de todos os condicionantes daqueles pensamentos que se constituem na visão 'total de mundo' (RODRIGUES, 2005, p. 55). O conhecimento para Mannheim ainda continha uma ideia de linearidade, deste modo a "verdade" iria ser alcançada com o desenvolvimento de um caminho comum em que não haveria mais controvérsia, "uma vez que os fatos se têm tornados visíveis, eles são também admitidos pelas outras correntes na perspectiva específica em que eles surgiram" (MATTEDI, 2006, p. 81). A Sociologia do Conhecimento, na visão do seu proponente, não deveria (ou poderia) conhecer o conhecimento científico, considerando que esse tipo de conhecimento apresentava autonomia no que concerne à "verdade intrínseca" dos fenômenos naturais.

2.4 DO CONHECIMENTO SOCIAL AO CONHECIMENTO DA CIÊNCIA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Na década de 1940, Robert Merton, sociólogo norte-americano, ao criticar a Sociologia do Conhecimento, acabou por problematizá-la e ampliá-la, desenvolvendo, assim, a Sociologia da Ciência, como um ramo específico da sociologia e da própria sociologia do conhecimento. Segundo Rodrigues (2005), sua pesquisa sobre a institucionalização da ciência fez discípulos que ficaram internacionalmente conhecidos, vinculados à chamada "Escola de Columbia". Como parte de sua tese de doutoramento o livro "*Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*", publicado originalmente em 1938, projetou-o, como pesquisador, anos mais tarde, internacionalmente. Conforme Mattedi (2006), a principal contribuição de Merton, para o desenvolvimento da abordagem sociológica do conhecimento, foi a ênfase dada à ciência como motor do desenvolvimento da sociedade moderna.

Ao criticar e ampliar a Sociologia do Conhecimento proposta por Mannheim, como mencionamos, Merton buscou ampliar e sistematizar Sociologia do Conhecimento, elencando cinco aspectos essenciais para o desenvolvimento do modo pelo qual se deve conhecer o conhecimento: a) buscar encontrar onde está situada a base da existência do conhecimento estudado; b) categorizar os tipos de conhecimento, por exemplo, crença morais, ideologias, ideias, escolas acadêmicas etc.); c) compreender como se dá a relação do conhecimento com seu entorno empírico existencial e as ligações desse conhecimento com a realidade política estrutural²⁴; d) entender a lógica por trás da função do conhecimento para o condicionamento dos indivíduos, compreendendo por quais motivos aquela conduta é realizada, e e) investigar quais as teorias historicistas ou teorias analíticas gerais. Esses tópicos podem ser considerados como os principais temas da disciplina Sociologia da Ciência, sendo um dos maiores trunfos de Robert Merton para a ciência do conhecimento.

Em "*Science, Technology and Society in 17th-Century England*" Merton estudou o desenvolvimento da Inglaterra comparando-a com a criação da *Royal Society*, ambas puritanas, aspectos esse advindo da ética protestante, influenciando, favoravelmente, a produção científica no século XVII (HILÁRIO *et al.*, 2018). Na verdade, nessa definição, o autor também buscou demonstrar que mesmo "leis imutáveis" ou dogmas, como os da teologia da predestinação,

²⁴ A política estrutural, para o autor, é condicionada, condicionante e interdependente das relações simbólicas. Usando como exemplo o nazismo, Merton demonstra a influência daquele período político para a precarização da ciência na Alemanha.

presente nas doutrinas religiosas e como imaginário coletivo, encontram-se, funcionalmente, presentes na investigação científica.

A teoria mertoniana foi essencial para o aprofundamento de questões delicadas nos estudos sobre ciência, sobretudo, pelo fato de focar seus estudos nas instituições produtoras de conhecimento científico, vinculando-as com a sua dimensão social e econômica

As relações recíprocas entre a ciência e a sociedade constituem objeto de pesquisa, como tiveram de conhecer os que se dedicaram seriamente ao estudo sobre a sociologia da ciência. Mas, até pouco, a reciprocidade dessas relações recebeu a atenção muito desigual, pois dedicou muita atenção à influência da ciência sobre a sociedade e pouca atenção a influência da sociedade sobre ciência. (MERTON, 1970, p. 631).

Entretanto, cabe salientar que Merton (1970, p. xviii)²⁵, em seu Prefácio à edição de 1970 de “*Science, Technology and Society in 17th-Century England*” — inclusive respondendo a alguns de seus críticos e a uma série de “*misunderstanding*” (mal-entendimentos) de suas teses principais — ele buscava desvelar as relações “funcionais” entre a ciência e uma sociedade cujo *ethos* era puritano. De qualquer modo, Merton, em seus estudos, demonstrou que os fatores sociais têm importante influência sobre o conhecimento e, conseqüentemente, deve ser conhecido pela Sociologia, disciplina com o *know-how* apropriado, diríamos, para debater sobre o social e suas influências. Para isso, Merton (1970) propõe um paradigma para realizar as investigações sociológicas sobre a ciência.

²⁵ Aqui estamos utilizando a própria edição, em inglês, de 1970.

Quadro 2 - Paradigma para a Sociologia do Conhecimento de Merton

Paradigma para a Sociologia do Conhecimento	
1.	Onde está situada a base existencial das produções mentais? a. Bases sociais: posição social, classe, geração, papel ocupacional, modo de produção, estrutura do grupo (universidade, burocracia, academias, seitas, partidos políticos), situação histórica, interesses, sociedade, afiliação étnica, mobilidade social, estrutura de poder, processos sociais (competições, antagonismo etc.). b. Bases culturais: valores, <i>ethos</i> , clima, opinião, <i>Volksggeist</i> , <i>Zeitgeist</i> , tipo de cultura, mentalidade de cultura, <i>Weltanschauungen</i> etc.
2.	Que produções estão sendo analisadas sociologicamente? a. Esferas de: crenças morais, ideologias, ideias, categorias de pensamento, filosofia, crenças religiosas, normas sociais, ciência positiva, tecnologia etc. b. Que aspectos são analisados: sua seleção (focos de atenção), nível de abstração, suposições prévias (o que se toma como dados e o que toma como problemática), conteúdo conceitual, modelos de verificação, objetivo da atividade intelectual etc.
3.	Como se relacionam as produções mentais com a base existencial? a. Relações causais e funcionais: determinação, causa, correspondência, condição necessária, condicionamento, interdependência funcional, interação, dependência etc. b. Relações simbólicas, orgânicas ou de sentido: consistência, harmonia, coerência, unidade, congruência, compatibilidade (e antônimos), expressão, realização, expressão simbólica, <i>Strukturzusammenhang</i> , identidades estruturais, conexão interna, analogia estilísticas, integração lógico-significativa, identidade de sentido etc. c. Palavras ambas para designar: correspondência, reflexo, entrelaçamento, conexão estrita etc.
4.	Por que funções manifestas e latentes são atribuídas às produções mentais existencialmente condicionadas? a. Conservar o poder, promover a estabilidade, orientação, exploração ou aproveitamento, relações sociais obscuras, proporcionar motivos, canalizar a conduta, desviar a crítica, desviar a hostilidade, proporcionar a tranquilidade, controlar a natureza, coordenar as relações sociais etc.
5.	Quando predominam relações sociais atribuídas à base existencial e ao conhecimento? a. Teorias historicistas (limitadas a sociedade ou culturas particulares). b. Teorias analíticas gerais.

Fonte: Merton (1970, p. 558)

Diferentemente de Mannheim, que analisava o conhecimento em seu sentido amplo e diverso, considerando as “ideologias parciais” e abrangendo tipos distintos de produtos culturais relacionados ao conhecimento, Merton enfoca seus estudos na análise do conhecimento considerado científico, a partir de um ponto de vista social-institucional, e não de um ponto de vista do “núcleo duro” da ciência, ou seja, do processo de produção de conhecimento científico em si, conforme ele mesmo deixa claro na citação a seguir:

A palavra ciência é um vocábulo enganosamente amplo, que designa a grande diversidade de coisas diversas, embora relacionadas entre si. É usada geralmente para indicar: (1) um conjunto de métodos característicos por meio dos quais os conhecimentos são comprovados; (2) um acervo de conhecimento acumulados, provenientes da aplicação desses métodos; (3) um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades chamadas científicas; ou, (4) qualquer combinação dos itens anteriores. Aqui estamos tratando, preliminarmente, da

estrutura cultural da ciência, isto é, de um aspecto limitado da ciência como instituição. Assim, pois, examinaremos não os métodos da ciência, mas os costumes que os circundam. (MERTON, 1970, p. 652).

Antes dos aportes teóricos de Merton, a ciência – a partir de uma perspectiva, ou como objeto da sociologia – estava extremamente vinculada a uma perspectiva puramente racional (internalista) do conhecimento, ou seja, eram levantados debates apenas em torno dos limites dos métodos indutivo/dedutivo para a produção do conhecimento social. Outras visões de ciência como as que considerassem fatores não “puramente lógicos” (externalistas)²⁶, e tivessem a própria ciência como objeto legítimo de conhecimento sociológico, ainda não tinham sido propostas no âmbito da teoria sociológica, quando muito, exploravam apenas questões epistemológicas.

Merton deu base para o desenvolvimento de uma Sociologia da Ciência, entretanto a sua visão de *ethos* foi amplamente criticada, sendo considerada uma positivação dos estudos sociológicos da ciência (CAPUTI, 2018). A escola mertoniana manteve a ideia de autonomia do “núcleo duro” da produção do conhecimento científico, ou seja, o autor considerava que as esferas institucionais eram influenciadas, todavia, essas pressões externas não modificavam o *ethos* científico. Merton afirmava que a lógica da verdade seria confrontada por critérios impessoais e pré-estabelecidos. Rodrigues (2005, p. 97) bem destaca essa questão:

O próprio Merton (1970), defensor e precursor de uma Sociologia da Ciência, não conseguiu ir além de uma perspectiva institucional da ciência, permanecendo no âmbito do estudo da ciência como instituição social, ou seja, numa visão "externalista" da mesma. A ciência, entendida por este sociólogo como "ciências naturais", possuía explicações que deveriam ser buscadas na natureza, através da identificação de leis universais, por meio da inferência lógica. Sua Sociologia da Ciência tinha por objetivo identificar e explicar as condições sociais, políticas e culturais em que a ciência, possuidora de um valor autônomo em si, e como instituição social, apresentava maior ou menor possibilidade de se desenvolver. No centro da Sociologia da Ciência mertoniana encontra-se uma concepção *essencialista* de ciência.

Um ponto fundamental para conhecer o pensamento de Merton é a partir de sua reflexão sobre a dimensão social e o *ethos* da ciência, um dos aspectos que fez emergir o debate que possibilitou o desenvolvimento da Sociologia do Conhecimento Científico, posteriormente, a partir da década de 1980. Poderíamos dizer que foi após os aportes teóricos de Karl Mannheim, com a Sociologia do Conhecimento, e de Robert King Merton, com a

²⁶ Conforme Lamo de Espinosa, García e Alberó (1994, p. 461, grifo nosso): "[...] a '*explicação internalista*' dá ênfase no fato de que o progresso científico deve-se a fatores *estritamente cognitivos* ligados ao trabalho cotidiano dos cientistas, recorrendo, para tal tarefa, a procedimentos lógicos e empíricos de tipo normativo e universal; a '*explicação externalista*' destaca que o desenvolvimento da ciência moderna só pode ser entendido a partir de condições variadas (sócio-econômicas, políticas, culturais, etc.) que circunscrevem o trabalho dos cientistas".

Sociologia da Ciência, que emergiu um campo sociológico denominado de Sociologia do Conhecimento Científico.

A partir da década de 1980, os estudos sociais da ciência consolidaram-se internacionalmente, constituindo-se em um campo sociológico voltado para compreender a produção do conhecimento científico. Os estudos sociais da ciência (ESC&T), os chamados *Social Science Studies*, buscam compreender o conhecimento científico não apenas considerando a sua situação social (Mannheim) ou sua dimensão institucional (Merton), mas também os elementos sociais que interferem no próprio “núcleo duro” de sua produção, ou seja, elementos sociais que implicam ou estão diretamente relacionados com a “descoberta” científica.

O fato de um físico tornar-se um historiador da ciência, uma mudança um tanto curiosa, mostrou como os caminhos interdisciplinares podem ser mesmo revolucionários dentro da ciência. Thomas Kuhn, um físico de formação, desenvolveu seu notável *best-seller*, “*The Structure of Scientific Revolutions*”, em 1962. Seu livro estremeceu as bases epistemológicas da ciência, encorajando a Sociologia do Conhecimento e a Sociologia da Ciência em direção ao desenvolvimento da Sociologia do Conhecimento Científico, em âmbito mundial (RODRIGUES, 2005), fato, este, que robusteceu ainda mais o campo da Sociologia do Conhecimento, no sentido lato, a partir da década de 1970. Kuhn questionou o maior trunfo da ciência: a ideia de verdade. O autor afirma, em linhas gerais, que a verdade científica não necessariamente constituía-se em “verdades universais” ou estavam vinculadas a um “núcleo” puramente racional, cognitivo ou lógico. Entretanto, o autor, utilizando diversos exemplos históricos, originários das *hard science*, demonstrou que a ciência está condicionada a certos “paradigmas”, que podem ser alterados com o tempo, com a descoberta de algo “novo”, de outra forma de se olhar o mesmo fenômeno.

O autor busca conhecer as bases epistemológicas de uma descoberta científica a partir de certos esquemas, códigos de legitimação dados — compartilhados, nos termos de Kuhn (1996, p. 68) — pela comunidade científica. Sendo assim, diferentemente do modelo de credibilidade científica clássico, Kuhn não se alinhou estritamente nem com o verificacionismo, nem com o falsificacionismo, que são duas correntes filosóficas relacionadas à concepção da ciência e à noção de verdade. A teoria kuhniana também se distancia de duas outras vertentes de estudos sobre a ciência: a da tradição observacionista/indutivista e da revisão racionalista crítica de Popper. O afastamento dessas vertentes empirista lógica e racionalista crítica está relacionado à percepção de que essas teorias carregam idealizações da racionalidade científica, ancoradas em uma concepção estritamente lógico-empírica (OLIVA, 1994). Para Kuhn, o

verificacionismo e o falsificacionismo realizam uma supressão da totalidade, da complexidade e da dinâmica rica que envolve os processos de produção de saberes. O autor demonstra que aspectos extrínsecos à *razão* científica são cruciais para compreender as motivações, como e por que as comunidades científicas se estabelecem, criando regras e critérios de validação de veracidade (os paradigmas). Thomas Kuhn (1996, p. 128) vai argumentar que "Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar *não apenas o impacto da natureza e da Lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que* (...) constituem a comunidade dos cientistas. (1996, p. 128; grifos nossos). Alberto Oliva (1994) essa mesma direção afirma:

Kuhn não faz mais epistemologia pura, isso se deve ao fato de que, à diferença da tradição, deixou de acreditar que os dispositivos de justificação possam se legitimar apenas por sua eficácia lógica, atentando-se apenas para sua força intrínseca de avaliação das teorias substantivas. Quando se pergunta pela especificidade da "racionalidade científica", Kuhn não encaminha sua resposta na direção da estipulação de um critério. Lança questões que envolvem, também, nítida preocupação com aspectos psicossociais. (OLIVIA, 1994, p. 70).

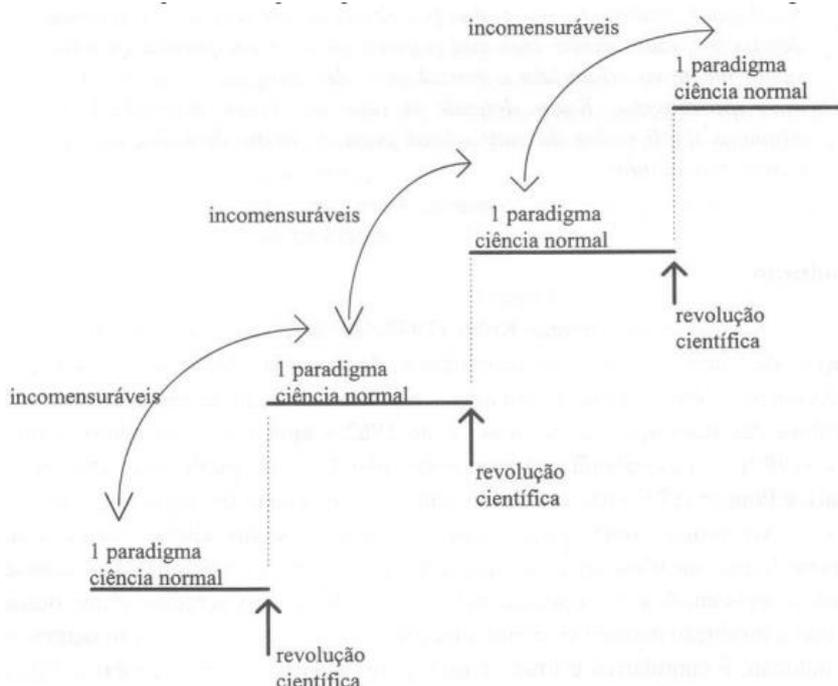
Três conceitos essenciais na obra de Thomas Kuhn, "Revoluções Científicas", "Paradigmas Científicos", além da noção de "Ciência Normal". Esses conceitos estão ligados ao "funcionamento" da ciência e de sua validade.

O "paradigma científico" consiste em todas as ideias basilares de um pensamento científico, como crenças, valores e formas de realizar a ação científica. Sendo assim, o paradigma abrange não apenas as teorias e conceitos específicos, mas também as normas, práticas e a interpretação dos resultados, determinando as questões que são consideradas relevantes, as técnicas que serão utilizadas e os padrões de evidências aceitos. Sendo assim, para o autor, a legitimidade científica não está ancorada a uma "verdade absoluta", mas a um paradigma aceito na comunidade científica que garante a legitimidade do seu produto. O próprio autor afirma "que não existe critério superior ao consentimento da comunidade" (KUHN, 1998, p. 128).

Os paradigmas científicos não são uma "entidade" inquestionável, toda a complexidade de um paradigma pode entrar em crise a partir de novos achados de pesquisa, ou mesmo como diria Kuhn, da emergência de "anomalias" na pesquisa da "ciência normal". Sendo assim, quando há uma descoberta significativa, que coloca em xeque a noção de verdade estabelecida pela comunidade científica, adentramos no que o autor conceitua como "revolução científica", momento em que novas bases paradigmáticas poderão ser estabelecidas. O pensamento kuhniano foca na explicação das grandes transformações ocorridas dentro do campo científico

e na explicação de como acontece a consolidação dos períodos de ciência normal. Kuhn enfatiza que os períodos de normalidade científica são os mais longos e comuns, porém, o sistema científico sempre está pronto para realizar um "salto" científico. Sendo assim, o autor explica que os saltos científicos geram uma crise na situação de normalidade científica, e, inevitavelmente, ocorre uma “revolução” que irá gerar uma nova ciência normal.

Figura 2 - Etapas de consolidação de paradigmas científicos no modelo kuhniano



Fonte: Ostermann (1996).

As mudanças que envolvem a ciência não estão ligadas somente a contribuições individuais, como resultado de intitulados "gênios", ou produto de intuição/sonho creditado à, por exemplo, Isaac Newton. Essas figuras são essenciais, mas apenas a ponta do *iceberg* intelectual. As teorias basilares de um conhecimento não são facilmente falsificadas, há um processo de “competição” em que o "inventor" (indivíduo que encontrou um novo modo de exercer uma investigação) e a “criatura” (sua metodologia) se separam. Essa “separação” ocorre devido ao fato que os membros da comunidade científica irão ter que se “apropriar” do novo paradigma, ao estudar (e questionar) seus limites em relação ao antigo paradigma. Esse processo ocorre até que seja comprovada a “incomensurabilidade” entre os dois paradigmas comparados. Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir, simultaneamente, aceitar outro. As contribuições utilizadas por Kuhn para exemplificar as mudanças paradigmáticas (Aristóteles, Galileu e o uso do pêndulo, dentre outras), foram casos que causaram uma

revolução científica, gerando uma mudança abrupta nas formas de interpretações sobre os objetos:

Nesse caso, os cientistas falam frequentemente de “vendas que caem dos olhos” ou de uma “iluminação repentina” que “inunda” um quebra-cabeça que antes era obscuro, possibilitando que seus componentes sejam vistos de uma nova maneira — a qual, pela primeira vez, permite sua solução. Em outras ocasiões, a iluminação relevante vem durante o sonho. Nenhum dos sentidos habituais do termo “interpretação” ajusta-se a essas iluminações da intuição através das quais nasce um novo paradigma. Embora tais intuições dependam das experiências, tanto autônomas como congruentes, obtidas através do antigo paradigma, não estão ligadas, nem lógica, nem fragmentariamente a itens específicos dessas experiências, como seria o caso de uma interpretação. Em lugar disso, as intuições reúnem grandes porções dessas experiências e as transformam em um bloco de experiências que, a partir daí, será gradativamente ligado ao novo paradigma e não ao velho. (KUHN, 1998, p.158).

A partir do conceito de paradigma de Kuhn (1998) houve mudanças significativas na visão positivista de ciências e de verdades absolutas, ainda presente na ciência. Não é nenhuma hipérbole afirmar que com a publicação do livro “A estrutura das revoluções científicas” houve uma mudança paradigmática, uma verdadeira revolução na teoria da ciência moderna, ou seja, na própria epistemologia de orientação analítica, que possibilitou os *Social Science Studies*. Os estudos de Kuhn interferiram nas bases hegemônicas da tradição positivista que, embora enfraquecida devido às críticas de Karl Popper (1987) a partir da década de 1940, ainda fundamentava fortemente toda uma perspectiva epistemológica de ciência, principalmente em se tratando das *hard science*. A crítica à ciência positivista, feita primeiramente por Karl Popper (1987) ao discutir o princípio da indução, e, posteriormente, a noção de paradigma trazida por Thomas Kuhn, propiciaram o surgimento e a consolidação de uma epistemologia de orientação histórica e mesmo hermenêutica (RODRIGUES, 2005).

A partir das contribuições Mannheim, Merton e Kuhn disso, outras abordagens teórico-epistemológicas, como a de Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1985), da obra “A construção Social da Realidade”, publicada pela primeira vez em 1966, redefiniram os objetivos e os problemas da Sociologia e suas subáreas que buscam conhecer diferentes com conhecimentos incluindo o conhecimento científico.

Peter Berger e Thomas Luckmann (1985) reavivaram a sociologia do conhecimento na década de 1960. Os autores se destacaram por seus esforços para esquivar-se das amarras filosóficas e psicológicas sobre o estudo do conhecimento. Para tal, os autores negaram as perspectivas ontológicas sobre o conhecimento e a realidade, desenvolvendo um conceito sociológico para os termos.

O interesse sociológico nas questões da “realidade” e do “conhecimento” justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano. O “conhecimento” do criminoso é diferente do “conhecimento” do criminalista. (BERG; LUCKMANN, 1985, p. 13).

Para os autores, a realidade é construída socialmente, fruto das interações dos processos sociais. A realidade não é um objeto estático, ela é dinâmica, mutável e socialmente construída. Sendo assim, a sociologia do conhecimento ganha um objeto claro e legítimo: a diversidade de realidades existentes entre diferentes sociedades.

Berg e Luckmann retornam a sociologia para uma perspectiva mais próxima de Mannheim, possível pelos avanços nos estudos epistemológicos gerados por Thomas Kuhn. A partir dessa “nova” forma de pesquisar o conhecimento que foram realizados estudos sociais da ciência referentes à gênese do conhecimento, investigando, inclusive, a validade do conhecimento científico. Essas pesquisas separaram o conhecimento científico em duas partes: contexto da descoberta e contexto da justificação. Rodrigues (2005), debatendo os efeitos dos estudos dos autores, afirma:

A sociologia do conhecimento científico passou, então, a estudar, por um lado, aspectos estruturais que compreendem as mútuas influências entre fatores sociais e cognitivos no âmbito das organizações científicas e, por outro, questões estritamente atinentes à gênese e a validação do conhecimento científico. (RODRIGUES, 2005, p. 111).

Os trabalhos de Berger e Luckmann foram arrojados, necessários para a consolidação dos ESC&T. Os autores afirmam que não deveriam ser realizadas discussões epistêmicas sobre o conhecimento, apenas tendo a certeza de que ele é um objeto real, fenômeno da realidade social, portanto, construído socialmente. Tais reflexões sobre o conhecimento, cultura e ciência abriram o caminho para o surgimento de uma nova visão teórica mais amplamente fundamentada.

Os *Science Studies* auxiliaram no avanço da Sociologia em direção ao “núcleo duro” da ciência, afirmando que todos os aspectos do conhecimento estariam contaminados por fatores sociais. Os ESC&T demonstraram que não existia uma divisão clara, exata e perceptível entre “ciência internalista” e “ciência externalista”, como pretendia a epistemologia de orientação analítica. A Sociologia do Conhecimento Científico passou a estudar o contexto científico no qual se dá e é credibilizada a descoberta científica e como esse achado é legitimado pela comunidade, superando uma visão de investigação que analisava somente o contexto social.

3 UMA REFLEXÃO SOBRE OS PROBLEMAS ENDÓGENOS DA SOCIOLOGIA E OS LIMITES DA SUA “EFETIVA” PRÁTICA

3.1 INTRODUÇÃO

O tema “ciência” ganhou grande holofote na Cultura POP no século XX. Esse fenômeno foi fruto dos avanços da ciência moderna e das obras categorizadas como ficção científica, a famosa relação entre realidade e ficção. A ciência tornou-se um tema popular e, conseqüentemente, financeiramente retornável, incentivando a elaboração de uma diversidade de obras no período. Os anos da década de 1930 foram essenciais nesse processo, destacando-se, no período, o filme “Frankenstein”, em cartaz em 1931, entretanto o livro de inspiração foi publicado em 1818, sendo considerada a primeira obra de ficção científica. O enredo fomenta uma nova ideia no imaginário popular: A relação por vezes danosa entre a ciência e suas criações. O filme de forma perspicaz — e inovadora para a época — “joga” com o dilema entre “criador”, um cientista, que não respeita os limites seguros, e sua “criação”, uma criação monstruosa que causa diversos riscos (até para seu próprio criador). Para muitos, a ciência contemporânea está se tornando perigosa, um verdadeiro Frankenstein, os limites do campo acadêmico estariam sendo ultrapassados, as disputas pelo poder cultural, dentro das instituições, se tornando mais frequentes e mais radicais, prejudicando a ciência na totalidade. Para outros, é um processo evolutivo normal, realizado pelos novos debates do mundo que, inevitavelmente, irão realizar mudanças no meio acadêmico.

O presente capítulo se ancora nessa discussão, sobre ciência, para debater os problemas da cientificidade sociológica e discutir os diversos dilemas relacionados sua baixa legitimidade frente ao imaginário popular. Para tal, discutimos as peculiaridades da disciplina com seus aspectos multiparadigmáticos, elencando diversos dilemas epistemológicos internos da disciplina como: as correntes pós-modernas, a crescente interdisciplinarização do conhecimento científico e os limites de uma efetiva *práxis* sociológica.

O capítulo está organizado em quatro subitens. O primeiro versa sobre a visão negativa que a Sociologia enfrenta frente a população em geral, seus históricos dilemas para angariar importância científica confrontando o conceito de ideologia com o de ciência. Nele, também demonstramos o carácter multiparadigmático da Sociologia, aspecto peculiar da disciplina da Sociologia como ciência. O segundo subitem se refere aos debates internos da Sociologia, visamos demonstrar como as ideias de “ciência positivista” e “ativismo intelectual” — mascarados de “cientificidade” e “crítica” — se confrontam arduamente na Ciência do Social,

prejudicando a Sociologia na sua totalidade. A terceira parte do capítulo, por sua vez, refere-se a importância da disciplinarização do conhecimento em uma temporalidade na qual os prefixos (multi, pluri, inter, trans) relacionados ao conceito de disciplina, parecem, por vezes, atacar importância basilar da existência de disciplinas do conhecimento científico. Por fim, o quarto subitem, utilizando como fundamento um artigo publicado por três doutores em Sociologia, realizamos uma reflexão sobre os limites da prática sociológica ao relacioná-la aos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. O subitem enfatiza a necessidade de uma contribuição mais eficaz (ou efetiva) da Sociologia frente aos desafios iminentes, a Sociologia “nas crises”.

3.2 UMA CIÊNCIA EM “CRISE”: ASPECTOS DA PROBLEMÁTICA DA CIENTIFICIDADE DA SOCIOLOGIA

Atualmente a teoria do conhecimento social (e a proposta de uma ciência da sociedade) idealizada por Augusto Comte, com aspirações de elevado destaque dentro do campo científico, tem sua cientificidade frequentemente questionada. Segundo Raymond Boudon (2016, p. 8) sempre houve uma “marginalização” da sociologia e uma clara discrepância em relação a sua ambição científica e à realidade atribuída a ela pelo senso comum. Para o autor, a Sociologia tem sido frequentemente considerada, pela população em geral, uma disciplina indistinta da filosofia social. A Sociologia, no imaginário popular, não realiza ciência. Muitas vezes uma suposta dicotomia imaginária entre o exercício sociológico e o exercício científico é demonstrada dentro da própria Sociologia. Singleton Jr. (2005) ao realizar um estudo com estudantes de sociologia efetuou a seguinte pergunta: “Quando penso em um cientista, penso em...”. Como demonstra a Tabela 1, reproduzida abaixo do seu trabalho, as respostas dos próprios estudantes de Sociologia não vinculam a *imagem do exercício sociológico* à *imagem do exercício cientista*.

Tabela 2 - Respostas à conclusão da frase “Quando penso em um cientista, penso em...” por estudantes de sociologia em 1998 (N=143)

Imagem do Cientista	Porcentagem (%)*
Imagem Física	33.6
Em um jaleco branco de laboratório	23.8
Albert Einstein ou outro cientista famoso	14.0
Usar óculos ou óculos de proteção	11.2
Outras características físicas (por exemplo, velho, barba, cabelo despenteado)	9.1
Imagem Psicológica	23.8
Inteligente, esperta, educada	10.5
Introvertido, distante, socialmente isolado	6.3
Louco, excêntrico, esquisito	3.5
Cuidadoso, metuculoso	4.9
Outros traços atribuídos (analítico, curioso, trabalhador)	7.7
Imagem Profissional	44.8
Pesquisador ou experimentador	22.4
Cientista natural específico (por exemplo, um químico)	16.1
Solucionador de problema	4.2
Analista de informações	4.9
Outra representação profissional (por exemplo, inventor)	3.5
Imagem contextual	32.2
No laboratório	22.4
Tubos de ensaio, produtos químicos, bicos de Bunsen	12.6
Ratos, animais	2.8
Outros apetrechos (por ex., microscópio, computador)	4.2

Fonte: Singleton Jr. (2005 [Adaptação nossa]).

*Porcentagem não somam 100% devido às múltiplas respostas.

O vínculo entre a imagem de um cientista no uso de laboratórios, com jalecos e tubos de ensaio, demonstra uma clara distância, no imaginário de senso comum, entre a “ideia” do que consiste uma “ciência” quando comparada à prática sociológica que não utilizada em sua *práxis cotidiana* os paramentos e as ferramentas mencionadas. A ideia do que constitui um “cientista”, no senso comum, parece atingir direta ou indiretamente a Sociologia, como ciência, em seu legítimo estatuto (também) de cientificidade. Todavia, essa dimensão “popular” não é o nosso foco principal, mas, sim, a percepção ou a autopercepção (e os reflexos e as consequências disto) não apenas em seu nível institucional, mas agora questionando os próprios sociólogos: a final de contas a Sociologia é ou não é uma ciência? como os seus cientistas/pesquisadores/trabalhadores do conhecimento se reconhecem? O Estado recorre à

Sociologia quando necessita de conhecimento técnico-científico nessa área, reconhecendo assim o seu *status* de ciência?

O termo “ciência” no meio social ganhou legitimidade por gerar desenvolvimento tecnológico nunca visto, solucionando problemas, demandas de forma pragmática no âmbito da sociedade. Esse “progresso” produziu um grau de hierarquia advindo da distinção social entre “o conhecimento tido como certo (ciência), por oposição ao conhecimento imaginado e mesmo imaginário (a não ciência)” (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1996, p. 18). Sendo assim, quando uma disciplina do conhecimento “conquista” a legitimidade de ser considerada “ciência” adquire uma distinção e uma aceitação sócio-intelectual. A Sociologia, para Raymond Boudon (2016), vem perdendo essa distinção (e talvez essa aceitação) na “realidade” — quiçá se um dia já teve.

O problema ou crise da Sociologia não é uma questão nova; a Sociologia sempre foi uma ciência controversa. Em sua origem, já demonstrava como uma ciência pode ter formas diferentes de buscar a “verdade”, conforme as divergências epistemológicas dentro da própria ciência. O positivismo (Comte e Durkheim), a hermenêutica (Max Weber) e a dialética (Karl Marx) demonstram esse fenômeno. Até mesmo Thomas Kuhn, em sua passagem no *Center for Study in the Behavioral Sciences* (1958), surpreendeu-se com a extensão de desacordos entre os cientistas sociais. O autor, no prefácio do livro “A estrutura das revoluções científicas”, escreveu: “Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos...” (KUHN, 1998, p. 12–13).

A epistemologia kuhniana afirma que com diferentes paradigmas todo o percurso de uma ciência é modificado. Sendo assim, conseqüentemente, as diferenças entre paradigmáticas “implicam em abordagens epistemológicas distintas, objetos de conhecimento distintos, métodos de investigação distintos e, construções teóricas articuladas por escopos conceituais, por vezes, incomensuráveis” (RODRIGUES, 2020, p. 149). Esse aspecto, de múltiplos desacordos, habita a Sociologia desde os seus primórdios como disciplina científica. O berço multiparadigmático da Sociologia, afrontando o conceito de incomensurabilidade²⁷ de Kuhn, gerou grandes debates e subdivisões dentro da própria Ciência do Social. O carácter de disputa, com um número extenso de discordâncias, gerou um problema incomum na “ciência normal” da Sociologia (se é que em algum momento esse conceito pode ser aplicado), diferentemente das Ciências Naturais, em que o modo de “exercer o científico” não foi questionado de forma

²⁷ Ver Thomas Kuhn (1998)

contínua dentro da própria ciência. A Ciência do Social nunca teve uma “estabilidade”, aspecto fundamental para o conceito de ciência normal de Kuhn. Ainda, a Sociologia e a sua forte interrelação com outras disciplinas pertencentes às Ciências Sociais (de modo especial a Antropologia, a Ciência Política e a Economia) parece não ter produzido uma unidade disciplinar bem demarcada ou, nos termos de Pierre Bourdieu (1989), um campo com uma autonomia (mesmo que relativa), bem nítido. Essas relações múltiplas fomentaram uma efervescência de novos objetos, situação essa que afasta a Sociologia dos conceitos desenvolvidos de Thomas Kuhn. Em outras palavras, os limites dos objetos e funções da disciplina tornam-se turvos, dando a sensação de que “tudo” é Sociologia.

A inexistência de um paradigma único dificultou o desenvolvimento da Sociologia como ciência. Fourez (1995) ao debater os conceitos de Thomaz Kuhn²⁸ afirma que o “desenvolvimento paradigmático” é um momento em que uma disciplina científica, após determinar seu objeto, direciona suas pesquisas em detrimento da escolha paradigmática vigente. O autor, para demonstrar a importância teórica do período do desenvolvimento paradigmático, exemplifica utilizando o desenvolvimento da indústria automobilística: “a pesquisa em relação ao automóvel dependeu de escolhas feitas no final do século XIX. Foram elas que determinaram todo um programa de pesquisa” (FOUREZ, 1995, p. 123). Fourez ainda demonstra como essa evolução foi essencial em diversas disciplinas, a exemplo da biologia molecular: “uma vez estabelecido o seu paradigma, levou adiante as suas pesquisas utilizando o patrimônio genético como ‘chave’ da hereditariedade” (FOUREZ, 1995, p. 123). Sendo assim, salienta que a falta desta etapa gera problemas na fundamentação da disciplina sociológica.

Fourez (1995) alega que nos últimos séculos a ciência foi utilizada como instrumento para criticar as ideologias. O autor explica que as ciências “graças a seus testes pontuais, puseram em questão os abusos de saber, presentes em muitos discursos éticos, religiosos, políticos etc.” encontrados nas retóricas “ideológicas” (FOUREZ, 1995, p.183). O autor demonstra, desse modo, que foi desenvolvida a ideia da ciência como contraposta ao que era considerado ideológico, sendo uma arma de luta contra “obscurantismos” (FOUREZ, 1995, p. 183). Todavia, Fourez separa o conceito de “ideologia” em dois graus, com o intuito de deixar mais “nítido” os limites “turvos” entre os conceitos de ciência e de ideologia, aspecto esse já

²⁸ Aqui, cabe ressaltar que, para alguns pesquisadores, os aportes epistemológicos apresentados por Thomas Kuhn (1966) parecem, de certo modo, superados. Entretanto, autores sociólogos contemporâneos como Frédéric Vandenberghe que, em conjunto com outros teóricos da sociologia, formula os aportes de uma “Sociologia Relacional”, em diferentes passagens de seu artigo “A relação como operador mágico” (2017), propõe, no sentido kuhniano, a necessidade de um desenvolvimento de um “paradigma” para a Sociologia Relacional.

muito debatido dentro dos Estudos Sociais do Conhecimento. A ideologia supramencionada, contendo características ludibriantes — com intenção de esconder aspectos fundantes do discurso — é a ideologia de segundo grau:

Falarei de uma ideologia de segundo grau, ou seja, uma ideologia na qual a maior parte dos vestígios da construção foram suprimidos. Semelhante discurso ideológico é profundamente manipulador ao apresentar como naturais opções que são particulares (FOUREZ, 1995, p. 187).

Salientamos que a divisão entre o que consiste o conceito de ideologia em dois graus é prudente, pois toda dimensão da escolha por um paradigma científico (na perspectiva kuhniana) é realizada a partir de uma perspectiva também ideológica²⁹. Logo, não fundamentar o que é ideologia de uma forma mais complexa é mergulhar na mesma “ingenuidade”³⁰ de Robert Merton, na ilusão de crer que há uma ciência “neutra”. Sendo assim, o autor realiza a distinção entre “ideologias globais” — uso coloquial ou senso comum —, e sua tradução científica, natural e presente em todas as formas de conhecimento.

Se, por exemplo, visando construir uma teoria científica do desenvolvimento, eu a defino em termos de crescimento econômico, veículo uma ideologia inteiramente diferente se a defino em termos de realização individual [...] Em cada um dos casos, o conceito é ideológico. Em cada um dos casos também, pode resultar um estudo sistemático, científico no sentido usual da palavra (FOUREZ, 1995, p. 186).

Toda fundamentação científica é ideológica e não neutra. Todavia, nas ciências humanas, quando debatemos temas com um viés econômico, como o exemplo utilizado pelo autor, torna-se mais fácil encontrar caráter ideológico e sua vertente teórica econômica, porém quando se trata da forma de que é realizado o cálculo da “trajetória de um foguete, é mais difícil de perceber e, sem dúvida, está em jogo uma *função ideológica menos relevante*”³¹.” (FOUREZ, p.186 [grifos nossos]).

Nessa perspectiva, torna-se relevante distinguir a relação entre ideologia e ciência em dois graus. Para Fourez (1995, p. 187) “um, que se poderia qualificar como normal, inevitável,

²⁹ Kuhn (1998) no livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” argumenta que os paradigmas científicos são moldados e sustentados tanto por fatores objetivos (empíricos) quanto por fatores subjetivos (elementos ideológicos).

³⁰ Nos referimos ao desenvolvimento de seu “*ethos científico*” e seus quatro valores intrínsecos: universalismo, ceticismo organizado, desinteresse e comunalidade que foi muito criticada por autores como Knorr-Cetina e Mulkay (1983) e Cupani (2018). Atualmente sendo considerada uma “positivação” da ciência, ou uma normalização da ciência um tanto “ingênua” (RODRIGUES, 2005 p.95).

³¹ Nota-se que essa distinção entre ciências, as que o caráter ideológico exerce um papel mais relevante e em outras menos, localiza a Sociologia em uma situação em que uma imensidão de objetos atuam em um ambiente no qual a “função ideológica” tem relevância muito elevada.

e, portanto, aceitável e outro que mereceria ser desmascarado”. A ideologia de primeiro grau separa o natural do particular, deixando claro suas raízes³². A ideologia de segundo grau coloca como evidente o que é debatível. Até mesmo o próprio conceito de ciência pode ser utilizado de forma equivocada, vinculando-se a uma ideologia de segundo grau:

Quando a ciência se apresenta como eterna, quando pretende poder dar respostas “objetivas e neutras” aos problemas que nós nos colocamos, considero-a como ideológica de segundo grau. Pelo contrário, quando se apresenta como uma tecnologia intelectual relativa e historicamente determinada, é ideológica de primeiro grau, ou seja, não oculta o seu caráter histórico (FOUREZ, 1995, p. 188)

A Sociologia tem uma relação única com o conceito de ideologia. A Ciência do Social como demonstramos “desenvolveu-se fundada sobre diversas tradições (a alemã, a francesa, a italiana, a norte-americana, etc.) que se desdobraram em escolas, correntes, vertentes, movimentos e autores”³³. Sendo assim, normalmente, há uma segregação não somente enfocada no objeto de produção, mas nos aspectos de caráter ético-moral (ideológica). Essa característica, de uma ciência “plural”, gera uma multiplicidade de ideologias presentes no interior da disciplina, fato esse, que pode prejudicar o diálogo entre sociólogos. Logo, havendo sociólogos indispostos a questionar as suas bases fundamentais ou debater os seus objetos junto às vertentes diferentes da sua matriz teórica, a Sociologia se imergiria em um “fechamento intelectual”.

O fenômeno de “fechamento intelectual”, para Fourez (1995, p. 73), está vinculado (além do paradigma e das suas ideologias) nas utilizações de “proposições padrão” (*cadre*). As proposições “padrão” são conceitos que se impõe à realidade, sendo estas amplamente aceitas e adotadas por uma vertente teórica. Esse fato molda a estrutura daquela corrente teórica e direciona as formas como interpretam a realidade. Essas proposições, ideias padrões, variam conforme o contexto cultural, político ou social. Por exemplo, afirmar que: a economia de mercado planificada (ou de livre mercado) é a *única* forma viável de organização econômica, é considerada uma proposição “padrão”. Não pelo fato de considerar melhor (ou viável) “este” modelo em detrimento “daquele”, mas por utilizar uma afirmação determinista (*única*)

³² Gerard Fourez reconhece que essa divisão não é “objetiva” (FOUREZ, 1995 p.188) e pode ser vista como até mesmo “arbitraria”, já que os limites entre os supostos “graus” não são tão claros como os apontados. Todavia, delimitar alguns parâmetros entre o uso do conceito de “ideologia” para o exercício sociológico torna-se inevitável pelas frequentes acusações contra a sociologia denominando-a como uma “ideologia”, “militante”, “ativista”, “política” e etc.

³³ O mesmo texto com pequenas modificações será publicado em 2024 com a seguinte referência: RODRIGUES, Léo Peixoto. “Plataformas epistêmicas” como possibilidade de fundamentação de uma ciência do social supradisciplinar e pós-paradigmática. In: NEVES, Fabricio; CORREA, Diogo; PETERS, Gabriel. (Orgs). A construção conceitual no Brasil. Editora Telha – RJ (Prelo/2024)

excluindo diversas alternativas econômicas existentes fora da proposição exposta. Normalmente, dentro do *logos* científico esse tipo de afirmação (puramente determinista) não é aceito, entretanto, quanto mais isolada fica uma corrente de pensamento, maiores são os riscos desta corrente teórica se fechar para debates que questionem suas proposições padrão. Para Orlando Tambosi (2010)³⁴ no ambiente científico esses fenômenos estão cada vez mais presentes.

Há uma dificuldade natural dos atores, pertencente a um meio, perceberem seus aspectos ideológicos, ou questionar a possibilidade de haver um caráter determinista – ou ideais basilares/intransigentes – dentro da sua área de atuação. Na ciência, esse fenômeno pode ser mais acentuado por considerarem suas proposições padrão como “puramente racional” (ALEXANDER, 1999). Entretanto, um pensamento teórico considerado “racional” em determinada época pode, futuramente, não ser mais validado (BLOOR, 1973). Esse processo de “mudanças na racionalidade” pode ter ocorrido durante a pandemia em relação ao conceito de ciência e sua função.

O termo “ciência”, ou mais especificamente “cientificidade”, dentro da Sociologia sofreu uma sequência de questionamentos sobre sua função a partir do meio do século XX. Um dos principais vetores desse movimento no Brasil foi Guerreiro Ramos (1995). O autor considerava que os sociólogos que se diziam “defensores da cientificidade”, ao buscar referências internacionais para debater problemas internos do Brasil, estariam realizando um “Neocolonialismo/Neo-imperialismo”³⁵. Para contrapor, Guerreiro propôs o desenvolvimento da Sociologia Nacional, também chamada de Sociologia Autêntica ou Sociologia Militante. Liedke Filho (2005, p. 391), ao estudar a história da Sociologia no Brasil, afirma:

A abordagem “nacional” tende a enfatizar a necessidade de uma “crise” da Sociologia dentro da luta pela “libertação nacional” e por uma sociedade nacional popular democrática socialista, como forma de desafiar a “alienação cultural” caracterizada pela dominância da “sociologia científica”. A elaboração e dominância completa de uma “Sociologia Nacional” (isto é, a formulação de teorias, métodos e técnicas para a análise dos “problemas nacionais”) considerada como a única forma possível de superação da “crise” da Sociologia, uma vez que a persistência de qualquer prática da “sociologia científica” implicaria na persistência de “neocolonialismo/neo-imperialismo cultural”

Essa escola de pensamento sociológica se colocou em situação de “enfrentamento” com a Sociologia dita “científica”. Em decorrências dessas divergências (e de novas), houve dentro

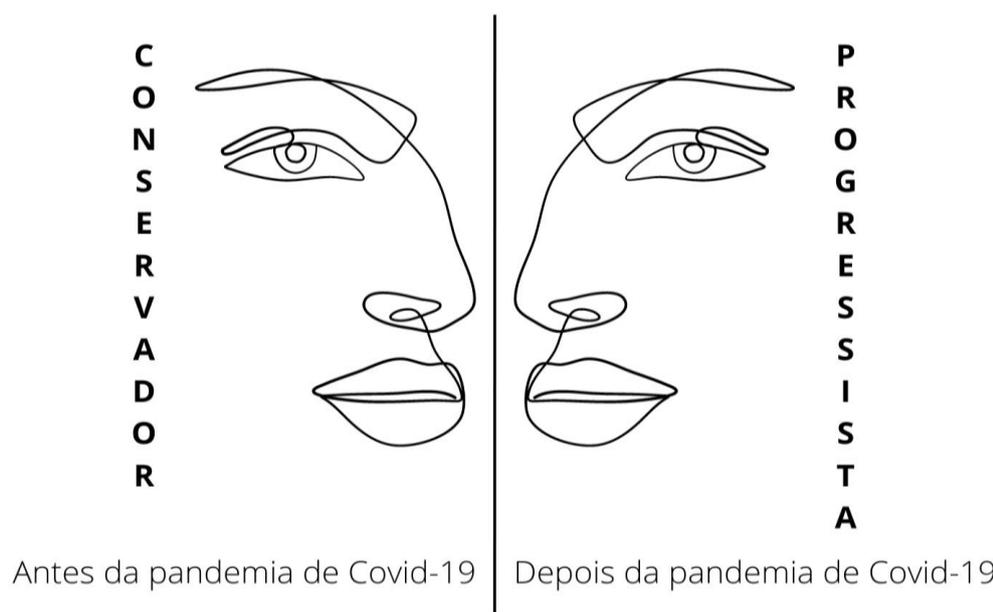
³⁴ Em seu livro “A Cruzada Contra as Ciências”, publicado em 2010, o autor faz um apanhado histórico dos questionamentos contra a ciência ocidental.

³⁵ Ver Ramos (1995).

da própria sociologia uma separação valorativa entre os sociólogos, em que os considerados “defensores da ciência” eram relacionados aos termos como “conservadores” — ou, quando a acusação era mais acentuada, eram considerados “retrógrados”, “positivistas” —, demonstrando as dificuldades do debate sobre cientificidade dentro da Ciência do Social, já que esta disciplina carregava diversas peculiaridades únicas de disputas endógenas. Todavia, com o surgimento da Covid-19 o termo “ciência” angariou, novamente, um lugar de destaque social. De forma geral, mesmo entre as correntes que questionavam os produtos da produção científica ocidental, o tema (e o termo) “ciência” não poderia ser ignorado. Ainda, os debates controversos sobre isolamento, *lockdown* e vacinação dividiu a sociedade, principalmente em âmbito político. Na figura 1, ilustramos a relação de mudança de racionalidade sobre um determinado tema, nesse caso, “o sociólogo defensor da ‘ciência’”, dentro das perspectivas supramencionadas. O mesmo agente em decorrência da mudança acentuada que gerou a pandemia de Covid-19, modifica sua relação com o conceito de “ciência”, que anteriormente era significada como “ciência burguesa”.

Figura 3 - As perspectivas sobre o sociólogo defensor da ciência.

Sociólogo considerado "defensor da ciência"



Fonte: autor.

A partir das novas disputas do período pandêmico, a “ciência” ganhou uma condição de oposição a figuras normalmente vinculadas ao uso do termo “retrógrado”. Logo, para essas áreas, a ciência ganhou uma oxigenação intelectual valorativa, que fez alterar sua visão sobre o

conceito. O mesmo agente (representado na figura 1) muda de “lado” (espectro político) com a mudança de contexto social. Nessa relação, o agente ainda é o mesmo, sua opinião ainda é a mesma, ele só é visto de uma perspectiva diferente a partir da nova situação contextual.

Essa relação da Sociologia com aspectos intelectual-valorativos é um dos pontos que favorece a noção que a disciplina sempre está em “crise”. Todavia, esse “embaraço” epistemológico não se limita a Sociologia. Jeffrey Alexander (1999), ao debater a especificidade das ciências sociais, em comparação com a ciência natural, enfatiza a improbabilidade de um consenso de natureza exata nas ciências humanas. Para Alexandre, há uma persistente discordância dos postulados básicos da ciência social, tornando improvável o consenso, visto que a ciência social engloba não só o empírico, mas também atravessa “o leque de empreendimentos não empíricos que amparam pontos de vistas concorrentes” (ALEXANDER, 1999, p. 36). Alexander (1999, p. 31-32) elenca as principais razões, cognitivas e valorativas, que geram óbice de consenso nas ciências sociais: 1) Enquanto nas ciências puramente empíricas há uma fácil tradução dos objetos pesquisado, devido seu carácter frequentemente “matematizado”, na ciência social o observador e o observado estão sob influência dos estados mentais de ambos, em que não consegue se estabelecer um limite entre eles, mas sim percebê-los como uma relação de simbiose; 2) a resistência ao consenso é devido às implicações dos achados científicos na mudança das estruturas sociais. A ideologia altera a descrição do objeto de pesquisa nas ciências sociais. As divergências sobre termos como “capitalismo”, “socialismo”, “proletarização”, “conservadorismo”, “liberalismo”, etc. levam consigo perspectivas ideológicas inatas, fato este que favorece o dissenso; 3) baixo nível de quantificação dos dados, advindos dos objetos científicos da disciplina (não matematizável, na perspectiva do autor). O autor ainda alega que um suposto esforço para matematizar a ciência social só conseguiria disfarçar pontos de vista particulares; 4) por fim, o autor fundamenta que as diferentes tradições e escolas de pensamentos que coexistem dentro das ciências sociais impossibilitam o consenso.

Como demonstrado, a Sociologia é uma ciência dividida. Para uns, isso a torna rica, para outros, ela é vista como uma disciplina propositalmente “quebrada”, em que houve um empenho para que seus elos fossem descartados. Não entraremos mais a fundo nesse debate, entretanto, deixamos claro que para nós uma ciência só tem legitimidade quando delimita sua função social (de forma clara), tornando-se socialmente relevante para o meio em que está inserida, gerando contribuições empírico-teóricas.

3.3 HÁ LIMITES ENTRE CIENTIFICIDADE “PURA” A CRÍTICA DE “OCASIÃO” DENTRO DO CAMPO SOCIOLÓGICO?

Como nos referimos anteriormente, a Sociologia está em constante questionamento sobre sua real função como ciência. Entretanto, foi a partir dos meados do século XX que houve uma cisão na Sociologia, com a disputa entre uma “Sociologia científica” e uma “Sociologia crítica”. A Sociologia hermenêutica (Max Weber) e a teoria crítica (Karl Marx) foram as tradições que ganharam a maior importância internacional na Sociologia, estando ambas vinculadas a uma interpretação pós-positivista da ciência (SINGLETON JUNIOR, 2005). Todavia, a hermenêutica adentrou grande parte dos campos científicos ao demonstrar que seu caráter interpretativo exerce um papel relevante no estudo dos fenômenos. Já a teoria crítica buscou opor-se às influências da ideologia “positivista” na ciência, confrontando a divisão pós-hegeliana entre empiria e filosofia (HONNETH, 1999).

Toda teoria Sociologia na busca por legitimidade dentro do campo — aqui estamos nos apropriando do que Pierre Bourdieu (1989) chamaria de luta pela classificação —, defende sua validade, e com isso fundamenta sua importância dentro do campo. Todavia, quando falamos de “Sociologia Crítica”³⁶ e “Sociologia Científica”³⁷, frequentemente notamos um caráter intrinsecamente antagônico.

Um bom, e seguro, ponto de partida para discussão entre essas formas de exercer a Sociologia é afirmar que: “quem critica, crítica a algo”, logo não existe crítica sem um fato para ser julgado. Sendo assim, o fundamento basilar “sociológico” é a Sociologia dita “científica”. Diante disto, não poderia haver qualquer tipo de Sociologia sem a Sociologia Profissional Científica, é esta, que forneceu métodos testados e confiáveis, corpos acumulados de conhecimento, questões balizadoras e arcabouços conceituais úteis para a Sociologia ganhar o espaço intelectual e a validade atual. Para Michael Burawoy (2006) a Sociologia Científica (“profissional” nos termos do autor) é caracterizada principalmente pela interseção de diversos programas de pesquisa, cada um com suas próprias pressuposições, modelos, estruturas conceituais e teorias. A Sociologia, como ciência, está estritamente ligada a seus critérios e instrumentos cognitivos, conhecimentos acumulados e práticas de investigação (COSTA, 2004). Singleton Jr. (2005, p. 6 [tradução nossa]) ao debater a Sociologia como ciência

³⁶ Utilizaremos o termo “Sociologia crítica” em dois aspectos: 1) com um significado com um *link* aproximado a “teoria crítica” (interdisciplinar) desenvolvida pela escola de Frankfurt, com grandes efeitos dentro da própria Sociologia e 2) Sociologia crítica “estado moderno” e causas “identitárias” como visto por Burawoy (2006)

³⁷ Os conceitos de “Sociologia Científica” e “Sociologia Profissional” são utilizados como sinônimo nesta dissertação.

demonstra que “não existe um ‘método científico’ único e unificado, cada disciplina tem seus próprios métodos ou técnicas distintas de investigação; mas [...] todas as ciências compartilham certos requisitos epistêmicos”.

A “Sociologia Científica” mantém em suas bases de legitimação características presentes em todas as disciplinas científicas, o que consideramos como “métodos científicos”, mantendo suas peculiaridades inerentes do seu objeto de pesquisa complexo. Sendo assim, a Sociologia científica mantém os aspectos basilares demonstrado pelo filósofo da ciência Daniel Little (1995, p. 42, [tradução nossa]):

Todas as ciências valorizam muito o uso da pesquisa empírica e da observação como meio central de avaliação de afirmações e hipóteses científicas. Todas as ciências exigem que os sistemas de crença sejam logicamente coerentes e desenvolvidos. E todos procedem por meio de uma comunidade de investigadores em que os resultados científicos do indivíduo são submetidos a padrões de adequação em toda a comunidade.

Já a “Sociologia crítica” se define amplamente por sua oposição à Sociologia científica hegemônica, “*mainstream*” (BURAWOY, 2006). Os sociólogos críticos argumentam que a própria ciência social hegemônica falha no seu compromisso de modificar o mundo. A ciência, para a corrente crítica, tornou-se uma forma de dominação capitalista, reproduzindo uma visão pró-burguesia em que aceita o mundo “como ele é”, perpetuando-o assim o sistema de produção vigente que oprime os indivíduos. Ben Agger (1991) afirma que: “em particular, eles [Escola de Frankfurt] visam o positivismo como a nova forma mais eficaz de ideologia capitalista” (AGGER, 1991, p. 109 [tradução nossa]).

Burawoy (2006, p.12) evidencia o desenvolvimento da Sociologia crítica ao citar dois estudos que demonstram a diferença de direcionamentos político dos sociólogos americanos vinculados a *American Sociological Association* (ASA): em 1968, na tentativa de membros da ASA de realizarem uma moção a nível institucional contra a Guerra do Vietnã, dois terços dos associados se opuseram à ideia. Apesar de individualmente mais de 50% dos sociólogos participantes fossem contra à guerra, os sociólogos em questão não queriam vincular a associação a assuntos polêmicos. Já em 2003, referente à guerra do Iraque, dois terços dos sociólogos apoiaram realizar uma resolução da moção contra a guerra. Entretanto, o que chama a atenção no estudo não é a mudança de atitude dos sociólogos, referente a realizar; não-realizar moções, mas os dados obtidos em comparação a população em geral. Em 1968, mais de 50% da população americana era contra a guerra, número similar ao dos sociólogos. Todavia, em 2003, 75% da população em geral apoiava a guerra, $\frac{2}{3}$ dos sociólogos não apoiava. Para Burawoy este fato demonstra o *gap* que se desenvolveu nos últimos anos entre os sociólogos e

a população em geral. O autor vincula essa mudança ao crescimento das influências críticas na Sociologia de modo geral, modificando nos últimos 50 anos os objetos de pesquisa dentro das subáreas da Sociologia, afirmando que:

Dessa forma, a sociologia política deixou de focar as virtudes da democracia eleitoral americana e passou a estudar o Estado e sua relação com as classes, os movimentos sociais como processos político e o aprofundamento da participação democrática. A sociologia do trabalho trasladou dos processos de adaptação para estudar a dominação e os movimentos trabalhistas. A estratificação mudou o foco do estudo da mobilidade social dentro de uma hierarquia de prestígio ocupacional para examinar as mudanças de estruturas da desigualdade econômica e social — classe, raça e gênero. A sociologia do desenvolvimento abandonou a teoria da modernização pela teoria do subdesenvolvimento, análise dos sistemas mundiais, e o crescimento orquestrado do Estado. A teoria das raças passou das teorias de assimilação da economia política para o estudo das formações raciais. A teoria social introduziu interpretações mais radicais de Weber e Durkheim, e incorporou Marx no cânone (BURAWOY, 2006, p. 13).

Outros autores, que não estiveram ligados com a Escola de Frankfurt também realizaram uma crítica à Sociologia científica, como C. Wright Mills e Robert Lynd. Mills (1959) acusou a Sociologia da década de 1950 por sua “irrelevância”. Segundo, o autor, em seu livro, “*The Sociological Imagination*” (A Imaginação Sociológica), publicado em 1959, a ciência tomava a direção ou de uma “grande teoria” obtusa ou de um “empirismo abstrato”, que separava os dados dos seus contextos, distante dos problemas e preocupações da vida cotidiana. Mills argumentava que os sociólogos estavam se concentrando excessivamente em teorias abstratas e metodologias complexas, negligenciando a efetiva prática sociológica. Para o autor, a Sociologia estava se tornando uma disciplina acadêmica isolada, sem dar a devida atenção aos dilemas sociais preocupada apenas com a produção de conhecimento técnico. Anteriormente, Robert Lynd (1939) já havia acusado a ciência social de estar abdicando dos urgentes problemas contemporâneos (BURAWOY, 2006). Lynd acreditava na importância do engajamento cívico e do ativismo para a mudança social. Mills (1959) e Lynd (1939) levantaram essas questões indo, de certo modo, ao encontro das questões que viriam a ser expostas pela escola de Frankfurt, que estavam preocupados com o fato da racionalidade técnica estar suplantando a questão do valor, o que Horkheimer (1974) se referiu como o eclipse da razão ou o que ele e seu colaborador Theodor Adorno (1969), chamaram de “dialética do esclarecimento.”

Esses ataques à Sociologia científica realizados pela teoria crítica Sociologia levanta uma questão desta dissertação: como uma ciência pode se tornar irrelevante? No decorrer dos últimos 300 anos, o termo “ciência” se tornou quase sinônimo de “descoberta”. Todavia, a Sociologia com seu aspecto multiparadigmático desprende muito tempo em uma discussão interna — como o presente capítulo — negligenciando debates empíricos necessários. Ainda,

comparado com outras disciplinas do conhecimento, como a biomédica em que há um grande esforço de “tradução” técnica de seus estudos, a Sociologia, na tentativa de defender sua posição no mundo da ciência, frequentemente torna os escritos sociológicos “um conhecimento inacessível, que pode levar a uma grandiosidade incompreensível ou um estreito ‘metodismo’” (BURAWOY, 2006, p. 30). Uma “robustez” literária, pouco prática para entendimento e tradução.

Como demonstramos brevemente no subitem anterior (3.2), a Sociologia brasileira também passou por grandes debates entre os limites da cientificidade e da crítica, principalmente em fins dos anos 50 e início dos anos 60. Guerreiro Ramos (1995) realizou críticas fervorosas a Sociologia realizada no Brasil. A publicação de “O Processo da Sociologia no Brasil” (1956) e “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” (1957) pelo autor marcam o período da tentativa do autor de fundamentar uma Sociologia diferente da dita “científica”, denominando essa nova abordagem sociológica de “Sociologia Nacional” (também conhecida como “Sociologia Autentica” ou “Sociologia Militante”).

A “Sociologia Militante”, nacionalista, que buscava distanciar a Sociologia realizada no Brasil das influências intelectuais dos países centrais (LIEDKE FILHO, 2005). Para Ramos (1995) era necessária a formulação de teorias, métodos e técnicas para o estudo dos “problemas nacionais”, esquivando-se da realização de “importações intelectuais” distantes da realidade nacional.

Há em nossa disciplina sociológica uma espécie de “falar correto”, semelhante ao dos cultores da língua pura que renunciam, por exemplo, aos critérios comunitários, vivos, de correção, em favor dos critérios artificiais, importados. Assim como para esses puristas brasileiros, falar certo é falar como falam portugueses em Portugal, uma arte difícil que só alcança a minoria dos que conhecem as regras de colocação de pronomes e da crase, induzidas do falar lusitano, do mesmo modo se pretende praticar a sociologia no Brasil, de maneira hipercorreta, literalmente tal como exterior. (RAMOS, 1995, p. 38)

Guerreiro não queria uma Sociologia que não fosse considerada “científica”, mas queria que a credibilidade fosse gerada por fatores internos pró-desenvolvimento nacional, com métodos e resultados mais imediatistas, diferente dos padrões utilizados em centros de pesquisa avançados que para o autor não produziam mudanças. Florestan Fernandes se colocou contra diversos desses pontos. Florestan dava importância para a questão da Sociologia como Ciência, ou seja, uma Sociologia bem fundamentada e com estudos que utilizarem os parâmetros de excelência internacionais. Gabriel Cohn (2023) afirma que para Florestan Fernandes “a Sociologia tem voz própria e relevante na exata medida em que se firme e por extensão se

afirme como ciência, capaz de oferecer à sociedade algo que só ela seria capaz de fazer: conhecimento metodicamente construído.” (COHN, 2023, p.1). Florestan considerava que a relativização do conhecimento científico acarretaria uma desqualificação da Sociologia como ciência, tendo que manter o rigor científico para produção. Cohn (2023) demonstra esse dilema:

Para Guerreiro, seria necessário amenizar um pouco as exigências rigorosas do método em nome dos limites que o nível de desenvolvimento da sociedade podia impor ao uso de instrumentos e de organização da pesquisa dispendiosos e com exigências elevadas na formação. Florestan não aceitava isso, e se empenhou numa defesa da ciência em seus termos mais avançados, numa posição intransigente em nome do conhecimento rigoroso, em aberto combate a qualquer concessão nessa área. (COHN, 2023, p.1)

Já segundo Liedke, teoricamente, a controvérsia entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes dominou a disputa Sociologia brasileira nos anos de 1950 “tendo por fulcro central a questão da particularidade e/ou universalidade do conhecimento social produzido no Brasil” (LIEDKE, 2005 p.386).

As correntes críticas à “ciência sociológica positivista” criam uma crise dentro da Sociologia. Perguntamos como “*What is Wrong with Sociology?*” (COLE, 1994) se tornaram frequentes. Em 1994 foi produzido pela *Sociological Forum*³⁸ uma sessão especial de artigos que questionaram os caminhos tomados pela disciplina. Para os autores a corrente “pós-positivista”, que vinha ganhando adeptos dentro da Sociologia, tinha consequências danosas para a cientificidade sociológica, modificando seus métodos e, conseqüentemente, minando sua legitimidade como ciência. Em resposta à indagação de Stephen Cole, James Davis (1994) argumenta que a Sociologia não delimitou “uma linha firme entre o que é Sociologia acadêmica legítima e o que não é”. O autor aprofunda sua crítica ao alegar que a Sociologia está “suportando uma quantidade espantosa de *bunk* (disparates/bobagens)”. Davis vincula sua insatisfação ao “pós-modernismo, estudos étnicos, metodologia feminista, sociologia humanística, teoria crítica, etnometodologia, teoria fundamentada e afins” (DAVIS, 1994, p. 188 [tradução nossa]), de forma incauta³⁹, ao nosso ver.

A discussão entre ciência profissional científica e teoria crítica, dentro da Sociologia, não tem o mesmo peso que nos meados do século XX. Mesmo com o fato dessa discussão ser extremamente atual e necessária, o movimento interno tem se dirigido, esmagadoramente, à perspectiva dita “crítica”, “à medida que a Sociologia move-se à esquerda e o mundo move-se

³⁸ Edição especial disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i227630>

³⁹ No Brasil, os estudos étnicos-raciais foram fundamentais para o desenvolvimento da Sociologia como ciência, assim como diversas outras correntes epistemológicas citadas pelo autor. Principalmente os estudos feministas sobre gênero e violência doméstica na pandemia de Covid-19, citados no nosso capítulo 4.

à direita”. (BURAWOY, 2006, p. 12). Além disso, ambas correntes, científica e crítica, sofrem ataques. A primeira por ser considerada um “casulo intelectual”, a outra sendo considerada “puramente ideologia”. Peter Berger (2002) exemplifica essa dicotomia na realidade dos Estados Unidos:

A sociologia foi vítima de duas graves deformações. A primeira começou na década de 1950; eu rotularia isso de fetichismo metodológico. A segunda foi parte da revolução cultural iniciada no final dos anos 1960; procurou transformar a sociologia de uma ciência em um instrumento de defesa ideológica. À medida que um público mais amplo tornou-se cada vez mais consciente dessas mudanças, a sociologia perdeu o status de prestígio que antes ocupava na vida cultural americana, perdeu sua atração para os alunos mais brilhantes e, não por acaso, perdeu muito de seu financiamento (2002, p.1, [tradução nossa])

O dilema entra essas correntes teóricas está na questão: elas são diferentes ou opostas? Essa pergunta tem uma resposta que pode ser dada com certa facilidade, *opostas*. Entretanto, cada uma dessas correntes tem, de certo modo, sua própria legitimação: 1) a Sociologia profissional científica ancora-se nas normas científicas; 2) a Sociologia crítica tende a fornecer perspectivas morais e históricas úteis para a devida ressignificação de alguns objetos de estudo. Sendo assim, seria possível a coexistência dessas visões extremas dentro de uma mesma disciplina. Porém, como alertado por Peter Berger, isso pode acarretar certas consequências na legitimação da ciência como um todo, efeito gerado pela rejeição faccional do trabalho de “colegas”.

O conflito intelectual dentro da Sociologia, pode ser visto como riqueza ou como chaga. Quando os embates realizam a evolução e o aprofundamento teórico-metodológico da Sociologia, deve ser visto de forma positiva, já que a ideologia (de primeiro grau nos termos de Fourez) sempre estará presente.

A sociologia crítica pode ser um incômodo para a sociologia profissional, mas ela é crucial para forçar a consciência das nossas pressuposições e, assim, de tempo em tempo, possamos mudar tais pressuposições [...], mas nós devemos desconfiar da idéia de que a integração de nossa disciplina é [uma tarefa] fácil (BURAWOY, 2006, p. 28–29).

Todavia, quando as diferenças promovem conflitos de supressão em detrimento de debates teórico-metodológicos, estamos maculando a legitimidade social de uma disciplina do conhecimento científico.

Esses dilemas, já internalizadas em todas as esferas da Sociologia como formação, fomentam diferentes perspectivas sobre o que esperamos dos sociólogos e de suas futuras

atuações no campo. Para Singleton Jr (2005, p.7), os alunos de Sociologia a interpretam “como uma disciplina de causas políticas e questões sociais da moda”. Já para Burawoy (2006, p. 10), “a paixão original pela justiça social, igualdade econômica, direitos humanos, meio ambiente sustentável, liberdade política, ou simplesmente um mundo melhor, que atraiu tantos de nós à Sociologia, está limitada pela busca de credenciais acadêmicas”.

Após essa breve reflexão sobre as “discussões endêmicas da Sociologia”, enfatizamos o ponto principal: A Sociologia demonstra, sim, capacidade de afirmar-se como ciência mesmo com seus desafios, sempre presentes dentro desta área do conhecimento. Não estamos interessados em realizar um esforço sociológico sinuoso, guiando os raivosos antagonistas por um caminho calmo e conciliador. Há sim um perigo na relativização de métodos e critérios avaliativos dentro da Sociologia que devem ser devidamente denunciados. A Sociologia deve ter bases e limites metodológicos firmes e claros. Todavia, isso não pode gerar um receio em empreender contribuições sociológicas quando necessário, tornando-se uma ciência “atrasada”, ponderando os riscos de intervir no “calor do momento”. A Sociologia quando não assume um papel proativo se torna inútil frente às necessidades da sociedade. Em outras palavras, com termos mais populares, a Sociologia não pode se tornar “engenheira de obra pronta”.

3.4 A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS EM DEBATES INTERDISCIPLINARES

Atualmente, principalmente pós a redemocratização, a Sociologia brasileira intensificou seu processo de diversificação (LIEDKE, 2005). A Sociologia nunca foi uma ciência “unívoca”, há diferentes áreas e subáreas na disciplina, muitas vezes ancoradas em aspectos interdisciplinares. O desenvolvimento dos programas de pós-graduação realiza um processo de especialização que favorece esse fenômeno, sendo um caminho natural na ciência. Todavia, é um erro, ao nosso ver, utilizar o processo de interdisciplinarização do conhecimento científico para atacar o processo de “disciplinarização do conhecimento”, gerando uma noção equivocada que as disciplinas estão “ultrapassadas”. Essa premissa garante a importância de debater a “Sociologia(s)” contemporaneamente.

Para Lenoir (2004) as divisões das disciplinas possibilitam organizar o campo científico, necessário para realizar a divisão entre “profissionais” e “amadores”. Para o autor essa hierarquização do conhecimento é essencial para fornecer a credibilidade para uma área. Logo, torna-se evidente a diferença de conhecimento sobre determinada área entre um estudante de primeiro semestre e a *expertise* de um professor, que é garantida pela disciplinarização do conhecimento universitário. Essa diferenciação não visa menosprezar o aluno como indivíduo

ou determinar suas potencialidades, mas diferenciar o nível de contribuição acadêmica ao utilizar as titulações como critério de destaque, valorizando as etapas graduais internas de uma disciplina. Neste caso, a posição de autoridade dada ao professor é fruto do desenvolvimento daquela disciplina, considerando útil, dentro das diretrizes de uma disciplina, o papel de auxiliar no progresso de desenvolvimento acadêmico de seus futuros pares, atualmente discentes.

Lenoir afirma que disciplina consiste em “estruturas dinâmicas para compor, canalizar e repetir as práticas sociais e técnicas essenciais ao funcionamento da economia política e do sistema de relações de poder que a realiza” (LENOIR, 2004, p. 67). Essa afirmação nos auxilia a compreender que disciplinarização da ciência garante o desenvolvimento de técnicas e protocolos, essenciais para reprodução da ciência. Portanto, a Sociologia necessita que sua disciplina do conhecimento esteja bem fundada, obtendo relevância sócio-intelectual.

Entretanto, entendemos que com relativa frequência um objeto de pesquisa transcende as barreiras da disciplinarização do conhecimento, dada a sua complexidade, tornando-se objeto de diferentes áreas do conhecimento científico. Tomemos como exemplo o caso da Pandemia de Covid-19 em apenas um de seus aspectos: a contenção comunitária, ou seja, o *lockdown*. Poderíamos afirmar que o mesmo contempla uma importante dimensão interdisciplinar⁴⁰, por ser: a) uma medida orientada pela ciência biomédica; b) realizada em um contexto sócio-estrutural que necessita de uma colaboração da sociedade, e c) sua realização é exercida pelo Estado, a partir de uma política sanitária executada após publicação de decretos governamentais. A Infectologia, a Sociologia e a Administração Pública são apenas algumas das disciplinas do conhecimento científico que foram transpassadas pelo tema *lockdown*. Nos estudos sobre Covid-19 foi preciso delimitar o papel da Sociologia e o papel da infectologia, mesmo que a troca de conhecimentos entre as disciplinas seja natural e, cada vez mais, necessária na prática efetiva da ciência.

O aspecto disciplinar da ciência auxilia para a busca e para o aprofundamento de temas. Há um processo recíproco entre disciplinarização do conhecimento, valorização dos seus objetos de estudo e, conseqüentemente, uma interdisciplinaridade. O conceito de “necropolítica”, por exemplo, utilizado com frequência durante o período pandêmico, foi citado dentro e fora da Sociologia, gerando um interesse por trabalhos de debatessem esse tema. Esse processo também ocorre de forma similar às avessas: um leitor que está estudando um trabalho sociológico e, dentro deste, se depara com uma citação sobre como se dá o funcionamento de um vírus não irá — pelo menos, não deve — buscar realizar o aprofundamento desse assunto

⁴⁰ Os debates pedagógicos entre os usos dos prefixos multi, pluri, inter e trans (disciplinares) são uteis e latentes, entretanto utilizamos os termos quase como sinônimos neste trabalho.

específico no arcabouço teórico sociológico, já que são as ciências biomédicas que contém um vasto conhecimento sobre o funcionamento viral. Da mesma forma, se houver controvérsia entre uma possível utilização do conceito de “fato social” em um debate contendo um sociólogo e um biomédico, pelo histórico e ferramentas de ambas as ciências, um deles terá mais credibilidade para debater o assunto, neste caso, o sociólogo. Logo, faz-se lógico buscar nas ciências biomédicas as recomendações para diminuir a propagação de um vírus, mas quando o problema passa a ser a não adesão de uma medida pela sociedade é inevitável nos voltarmos para a Ciência do Social para solucioná-lo. Esses aspectos de *poder* são latentes dentro da ciência de forma geral e não devem ser considerados, puramente, como um mecanismo de “opressão”. O processo de distinção exerce um papel válido de credibilização científica.

A concepção de Lenoir nos auxilia a compreender o papel da legitimidade de uma disciplina, entretanto, não tira a necessidade de que haja buscas científicas transdisciplinares, já que, devido à complexidade do meio social, é inevitável que as disciplinas se “choquem” em seus objetos de estudo (RODRIGUES; NEVES; ANJOS, 2016). Essa característica científica, que chamamos de “objetos científicos transversais”, reafirmam — ou deveriam reafirmar — a legitimidade das múltiplas ciências ao debaterem diferentes aspectos de um objeto. Lenoir reafirma a importância das relações entre ciência: “de fato, a maioria das pesquisas novas, particularmente na ciência contemporânea, não está confinada no escopo de uma única disciplina, mas explora o trabalho de diversas disciplinas” (LENOIR, 2004, p. 73).

3.5 CIÊNCIA NA CRISE: REFLEXÕES DE UMA EFETIVA PRÁXIS SOCIOLÓGICA

O aumento da complexidade dos problemas gerados pela pandemia de Covid-19, com diferentes crises como a sanitária, a social, a econômica e a política, gerou a necessidade de um amplo diálogo entre disciplinas. Sendo assim, a Sociologia, como uma disciplina do conhecimento científico, consoante ao que as ciências devem exercer, necessitava assumir um papel de importância na busca por melhores caminhos para que fosse garantida a devida eficácia nas políticas sanitárias de isolamento. Para Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) as ciências humanas, especialmente a Sociologia, que possuem maestria em debater as crises que envolvam o social, parecem — desde o início (e mesmo no auge) do evento pandêmico — não ter assumido um lugar de influência e de credibilidade como ciência. Para os autores a Sociologia aparenta ter se isentando de conceder auxílio em possíveis soluções para os problemas, como na controversa política de contenção comunitária (*lockdown*). Afinal de contas, o “confinamento social” é também um “objeto” central da ciência da sociedade. Na perspectiva

dos autores mencionados a Sociologia não contribuiu, de forma científica, para que as medidas sanitárias obtivessem mais eficácia. Segundo os mesmos, as medidas sanitárias biomédicas necessitavam de auxílio sociológico, já que estavam em um “campo minado” das ações de controle de conduta de massas. Todavia, a Sociologia não teria assumido uma postura atuante no debate científico proativo e seria, de certa forma, também responsável pelos fracos resultados obtidos por essa política sanitária cujo objetivo era diminuir o número de casos de infecção e, conseqüentemente, de óbitos. Lacerda, Rodrigues e Costa (2021) argumentam:

Não poderiam (deveriam) as ciências da sociedade ter assumido uma postura mais tecnicamente proativa para a efetivação, no ceio social — seu objeto de conhecimento por excelência —, do “remédio” proposto pela área biomédica, com o qual ela majoritariamente (e explicitamente) concordava? (LACERDA; RODRIGUES; COSTA, 2021, p. 52)

Os autores afirmam que a Sociologia, como produtora de conhecimento científico, teria como auxiliar na eficácia das políticas de *lockdown* no Brasil. Entretanto, para, de alguma forma, corroborarmos para tal afirmação é necessário realizar um aprofundamento das ideias de eficiência, eficácia e efetividade, realizando um maior debate sobre até que ponto é possível relacionar esses conceitos com a Sociologia.

Rodrigo Castro (2006) ao debater os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade realiza um apanhado histórico útil para entender como os conceitos são utilizados na administração pública. O autor afirma que entre os três conceitos, os de eficiência e de eficácia são mais antigos, frutos da aprovação da Emenda Constitucional do Princípio da Eficiência na administração pública em 1998. Essa discussão causou um aumento no debate sobre o que seria eficiência e, posteriormente, eficácia. Castro conceitua da seguinte forma:

A eficiência não se preocupa com os fins, mas apenas com os meios, ela se insere nas operações, com vista voltada para os aspectos internos da organização. Logo, quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização (CASTRO, 2006, p. 3)

Modernamente, os estudos da administração pública incorporam o terceiro conceito, efetividade.

A efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Ou seja, ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que esta indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada (CASTRO, 2006, p. 6).

Para relacionar esses conceitos com a Sociologia é necessário compreender que: a) a Sociologia, em si, de maneira estrita, não tem por objetivo realizar os cálculos sobre eficiência, eficácia, e efetividade relacionadas à Administração Pública em seu caráter monetária ou nos aspectos legalistas dentro do campo do direito; b) ainda, dentre estes conceitos, a eficiência é a mais distante do campo sociológico, já que está estritamente relacionada com a forma operacional que uma política social é executada, ligada a uma visão econômica; c) a eficácia e a efetividade estão mais nitidamente relacionadas com a Sociologia, já que, potencialmente, os objetivos vislumbrados por uma política pública, e que serão utilizados para compreender se uma política é eficaz ou não, podem ser resultados de pesquisas sociológicas. Por exemplo, grande parte dos programas sociais atuais são resultados de estudos sociológicos sobre racismo, desigualdade social e moradia urbana. Ainda, mais explicitamente, as pesquisas de efetividade que necessitam de estudos mais abrangentes, utilizando-se de métodos sociológicos para analisar se houve melhorias significativas para a população ao longo do tempo.

A partir dessas considerações, fica evidente que a Sociologia, em si, não consegue garantir a eficácia de uma medida sanitária, já que seu papel nos estudos sobre a sociedade é identificar, analisar, conhecer os problemas sociais. Entretanto, é a partir de seus estudos científicos que é possível conhecer profundamente um problema social. Sendo assim, a Sociologia tem o potencial de demonstrar os caminhos para resolução de mazelas sociais, deixando claro em seus estudos os pontos que considera que precisam ser superados para resolução dos problemas. Esses pontos, elencados para superação de mazelas sociais, podem se tornar objetivos de políticas e programas públicos. Essa ação sociológica auxilia na garantia da eficácia dos programas sociais, para que, posteriormente, seja constatada sua efetividade.

Creemos que o papel sociológico da ação, do auxílio teórico para a execução de políticas, é extremamente necessário em períodos de crises. A Sociologia tem potencial — por vezes pouco explorado — de demonstrar diversos caminhos para a transformação social. A distância entre o ato de estudar os problemas sociais, feita pela Sociologia, do meio que garante que esse problema seja resolvido, executado pela administração pública, é injustificável, principalmente em um ambiente de crise, em que a ciência foi amplamente valorizada como na pandemia de Covid-19. Não estamos aqui defendendo uma Sociologia “da” crise ou a já debatida “crise sociológica epistemológica”, mas de uma Sociologia necessária “na” crise, em que os debates morais antagonistas diminuem para a tentativa de superação de um determinado problema. É isso que gera legitimidade para uma ciência.

4 METODOLOGIAS E ANÁLISE DE DADOS

4.1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação, como já foi destacado no problema de pesquisa, pretende junto aos principais periódicos científicos analisar as contribuições da sociologia em relação à pandemia de Covid-19, mais especificamente os debates e proposições dessa disciplina do conhecimento científico referente a contenção comunitária (*lockdown*), tomando como referencial teórico o campo específico da Sociologia da Ciência e da Sociologia do Conhecimento Científico. Sendo assim, alguns questionamentos fazem-se necessários: quais foram as contribuições técnico-científicas trazidas pela Sociologia⁴¹ para contribuir na maior eficácia das políticas de contenção social durante a pandemia e a crise social gerada pela Covid-19(?); e, em um momento de valorização da ciência como forma de conhecimento, é possível considerar que a sociologia auxiliou, de forma efetiva/eficaz, através de sua produção científica, a superar ou entender as dificuldades relacionadas às políticas de comportamento de massas (?).

Este capítulo, visando responder o problema supramencionado, apresenta os elementos metodológicos que serviram de base para a fundamentação científica. Nesse contexto, a presente pesquisa foi desenvolvida devido à necessidade de conhecer mais detalhadamente a contribuição sociológica em momentos de crise, neste caso, oriunda do vírus SARS-COV-2. Os procedimentos metodologicamente estabelecidos buscam revelar o conteúdo e a incidência/não-incidência de artigos que citaram a Covid-19 durante o auge do período pandêmico. Assim, para tal, além de realizarmos um levantamento de termos envolvendo a Covid-19 em artigos publicados em revistas de Sociologia e de Ciências Sociais Qualis A1, analisamos o conteúdo específico relacionado às políticas de *lockdown* e as possíveis contribuições sociológicas para o tema.

O capítulo tem duas divisões principais, a *pesquisa quantitativa* e a *pesquisa qualitativa*, desenvolvendo nelas a análise dos resultados de cada etapa. No primeiro momento, através da apresentação do Método Quantitativo, buscamos apresentar um quadro geral das contribuições sociológicas nos periódicos pesquisados, realizando uma comparação em questão numérica

⁴¹O artigo “Ciência, pandemia e lockdown: o lugar vago da Sociologia”, publicado pelos professores pesquisadores Marcos Lacerda (UFPel), Léo Peixoto Rodrigues (UFPel) e Éverton Garcia da Costa (UFRGS), defende a ideia que a sociologia, desde o início do evento pandêmico, não assumiu uma postura técnico-científica com relação à pandemia, mais especificamente com relação às políticas de *lockdown*, em comparação as demais ciências, sobretudo as ciências biomédicas. No entendimento dos autores, a sociologia não construiu um lugar de influência e de credibilidade, como ciência, para auxiliar às ciências biomédicas na obtenção de maior eficácia na medida sanitária de do isolamento social, mesmo tal isolamento sendo um fenômeno atinente à sociedade, ou seja, objeto com especificidades também sociológicas.

entre os artigos que citam a Covid-19 e os que não citam. Na segunda parte utilizamos o Método Qualitativo, identificando os artigos que debatem o tema específico das políticas sanitárias de contenção (*lockdown*) e pesquisando-os a partir do método da Análise de conteúdo, buscando encontrar efetivas proposições sociológicas sobre a medida de isolamento social.

4.2 AS PESQUISAS QUALITATIVA E QUANTITATIVA: IMPORTÂNCIA E APLICAÇÃO NESTA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa empírica desta dissertação tem como base principal uma abordagem metodológica qualitativa, que buscará analisar as publicações científicas sociológicas, em periódicos consideradas de excelência pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) *sobre as políticas sanitárias de contenção comunitária (lockdown)*. Contudo, de forma conjunta (e complementar) utilizamos, também, a abordagem quantitativas para dar uma noção mais ampla dos artigos relacionados à pandemia de Covid-19 – O objeto central da nossa pesquisa, cujo caráter não deixa de ser teórico, são os artigos técnicos-científicos que abordam a questão do distanciamento social, durante o período pandêmico, tema esse entendido como atinente não apenas às ciências biomédicas, mas também à sociologia, posto que se trata de uma medida que implica uma dimensões específicas do fenômeno social, o distanciamento social. Desta forma, seguiremos os procedimentos *Sequential* (MORSE, 1991) que consiste no fluxo em que a pesquisa quantitativa precede a pesquisa qualitativa, investigando os casos “desviantes” da pesquisa quantitativa com as metodologias qualitativas.

A pesquisa com metodologia mista busca obter uma compreensão mais abrangente e completa dos fenômenos sociais. A combinação de abordagens qualitativas e quantitativas permite que os pesquisadores obtenham não apenas *insights* aprofundados sobre a experiência humana, mas também identifiquem padrões, tendências e relações entre variáveis em um contexto mais amplo.

Enquanto a pesquisa qualitativa oferece uma compreensão rica e detalhada do comportamento humano, a pesquisa quantitativa fornece dados objetivos e mensuráveis que permitem a análise estatística e a generalização dos resultados para uma população maior. Ao combinar essas abordagens, os pesquisadores podem obter uma visão mais completa e robusta dos fenômenos sociais em estudo. A pesquisa com metodologia mista permite a triangulação de descobertas e contrastar os resultados obtidos por meio de diferentes métodos, proporcionando uma base sólida para as conclusões da pesquisa (CRESWELL, 2007). Todavia, Morse (1991) salienta um aspecto importante dessa tipologia metodológica:

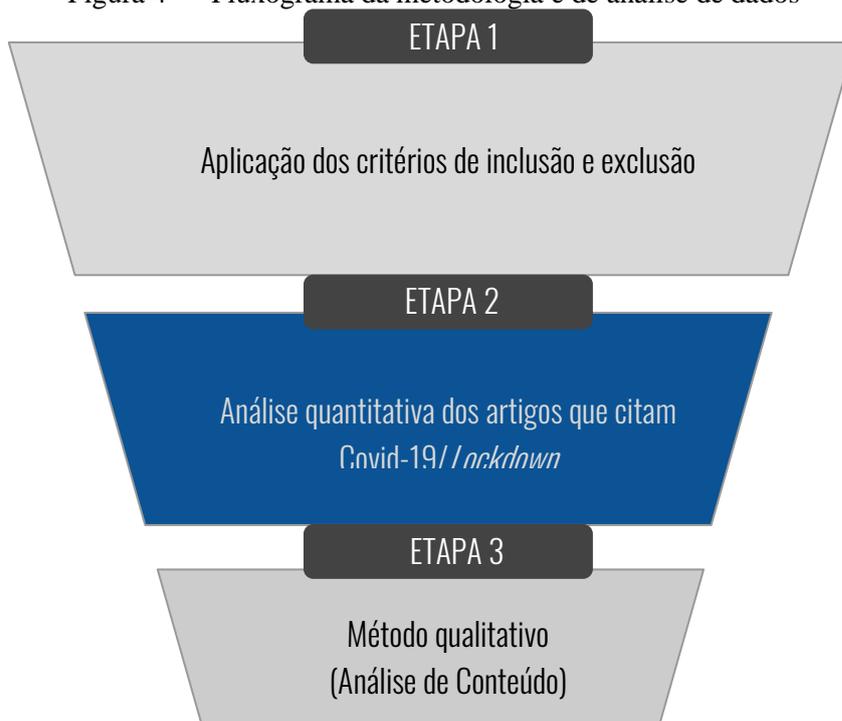
É óbvio que os aspectos qualitativos e quantitativos de um projeto de pesquisa não podem ter o mesmo peso; ao contrário, um projeto deve ser orientado teoricamente pelos métodos qualitativos incorporando um componente quantitativo complementar, ou orientado teoricamente pelo método quantitativo, incorporando seu componente qualitativo complementar (MORSE, 1991, p. 121, tradução nossa).

Para Morse (1991), as bases da metodologia científica de investigação (quali/ quanti) não devem ser “misturadas” de forma displicente, contendo reflexões pouco embasadas ou dados completamente desalinhados com o empenho argumentativo:

O ponto importante é que cada método deve ser completo em si mesmo; ou seja, todos os métodos utilizados devem atender aos critérios de rigor adequados. Se forem conduzidas entrevistas qualitativas, elas devem ser conduzidas como se este método fosse o único. As entrevistas devem continuar até que a saturação seja alcançada, e a análise de conteúdo conduzida indutivamente, em vez de forçar os dados em algumas categorias preconcebidas para se adequarem ao quantitativo (MORSE, 1991, p. 121, tradução nossa).

Para tal, após a seleção dos artigos a serem examinados, dividimos nossos resultados e operacionalização dos dados em duas etapas, ancorando-se na forma metodológica utilizada. Cada etapa contém ferramentas próprias, mas complementares para a investigação da produção sociológica científica, referentes às políticas sanitárias de *lockdown* durante a pandemia de covid-19. A figura abaixo demonstra o fluxo metodológico da nossa pesquisa, que será detalhado de forma adequada nos subitens subsequentes a este capítulo.

Figura 4 — Fluxograma da metodologia e de análise de dados



Fonte: Autor.

Ao dividir a pesquisa em três etapas distintas, é possível realizar uma análise mais sistemática e aprofundada dos artigos disponíveis. Essa abordagem, de uma revisão sistematizada, permite uma seleção mais refinada de fontes relevantes e uma análise mais focada no conteúdo específico desta dissertação (GRANT; BOOTH, 2009). Ao final, espera-se obter um panorama abrangente das *proposições efetivas da sociologia relacionadas às medidas de contenção sanitária*.

4.3 O MÉTODO QUANTITATIVO: PERTINÊNCIA, ANÁLISE E RESULTADOS

O método quantitativo está sempre vinculado a um exercício de tradução de fenômenos em dados numéricos. Sendo assim, nesta modalidade, a transformação de dados em variáveis quantificáveis é fundamental para a análise dos objetos de pesquisa. Por exemplo, os resultados numéricos binários (resumidos em proporções e probabilidades) ou as taxas (como de mortalidade, morbidade ou sobrevivência) auxiliam-nos no processo científico da compreensão de um determinado objeto de estudo e a capacidade de delimitar a devida proporcionalidade em casos de generalizações. Esses dados podem ser somente descritos ou ainda analisados por métodos estatísticos de associação, escolhidos apropriadamente para o tipo de variável (KIRKWOOD, 2003, p.4).

No livro “A Estatística Aplicada às Ciências Sociais” Pedro Alberto Barbetta (2012) demonstra como o uso de técnicas quantitativas, vistas — erroneamente — como uma metodologia distante do modo de produzir conhecimento das ciências humanas, são úteis e devem ser aplicadas no exercício das Ciências Sociais. As métricas estatísticas podem estar presente nas etapas de uma pesquisa social, sendo possível sua utilização para a interpretação de seus resultados (BARBETTA, 2012). Nesta dissertação utilizamos, também, as técnicas estatísticas descritivas (BARBETTA, 2012). As técnicas de estatística descritiva possuem função de organizar, sintetizar e apresentar os dados coletados, em relação a universos específicos, e suas variantes, facilitando a sua interpretação. Por meio dessa técnica é possível descrever e elencar as principais características encontradas em um determinado conjunto de dados, por meio de tabelas e de gráficos.

Todavia, nesta dissertação nosso objeto de pesquisa é teórico (artigos técnico-científico, como mencionamos anteriormente), um objeto pouco utilizado nas pesquisas quantitativas. Realizamos um empreendimento (também) de quantificação na nossa pesquisa teórica, ou seja, do universo quantitativo (ou parte dele) que envolve (ou que contém) o nosso recorte qualitativo. Esse empreendimento nos forneceu um problema típico de estatística aplicada:

conhecer certas características de uma população (neste caso, artigos técnico-científicos publicados em periódicos selecionados), com base numa amostra. Na pesquisa empreendida, realizamos um processo de análise quantitativo de “universo”, contendo a totalidade da contribuição sociológica delimitada no nosso recorte empírico.

4.3.1 O universo e o recorte empírico dos dados quantitativos utilizados

Primeiramente é necessário deixar claro, talvez uma vez mais, que a nossa dimensão empírica, ou seja, o objeto do nosso conhecimento é teórico, no sentido de que o nosso “empírico” constitui em uma determinada produção teórica, posto que examinarem artigos científicos produzidos por cientistas sociais e publicados por periódicos científicos de sociologia, especializadas e reconhecidas como de excelência por agência de pesquisa e classificação brasileira. Portanto, nosso campo empírico consiste em pesquisar os artigos científicos publicados em periódicos científicos brasileiros, classificadas em *Qualis Superiores A1*⁴², segundo a CAPES.

Para a investigação a que nos propomos, tomamos a classificação de periódicos disponibilizada pela CAPES referente ao *Quadriênio 2013-2016*, isto é, aquela (e a única) disponível na Plataforma Sucupira durante o auge da pandemia (e ponto central do nosso recorte empírico) de Covid-19 no Brasil.

Nosso marco temporal de investigação dos referidos artigos publicados abrange o período de emergência sanitária⁴³ gerada pela Covid-19 que teve início em fevereiro de 2020 (03/02/2020) — mês em que houve decretação, pelo Ministério da Saúde, da emergência sanitária —, até abril de 2022 (22/04/2022) — momento em que foi assinada a Portaria nº 913 de encerramento da mesma, pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2022).

A avaliação do Qualis-Periódico é realizada através de áreas do conhecimento científico. Atualmente, a Plataforma Sucupira divide os periódicos científicos em quarenta e nove (49) áreas de avaliação, contendo múltiplas áreas do conhecimento científico. Interessa-nos especificamente a *área de Sociologia* que conta com 18 revistas brasileiras (A1), nosso

⁴² Mesmo com o entendimento que esse tipo de produção científica tem uma distância considerável da população leiga em geral, é a partir da “ciência publicada”, sobretudo no caso das ciências humanas, que novas formas de intervenção no social, de aplicação de políticas, ou mesmo ações emergenciais acontecem no seio da sociedade. Além disso, as publicações de artigos científicos no Brasil — e a ciência brasileira que se produz — são na maior parte das vezes produzidas em programas de pós-graduação.

⁴³ Apesar da pandemia não ter se encerrado completamente no período estabelecido pelo nosso recorte temporal, o mesmo justifica-se pelo fato de que o fim/início da emergência sanitária significou mudanças relevantes nas medidas sanitárias realizadas pelos estados, as quais envolvem aspectos centrais desta pesquisa.

primeiro “afunilamento” (ou grande recorte) empírico. Para realização desta *Primeira Etapa Quantitativa* os critérios de inclusão/exclusão⁴⁴ foram os seguintes:

- a) Ser periódico científico brasileiro⁴⁵.
- b) Ter classificação Qualis/CAPES igual a A1 (Quadriênio 2013–2016), na área de avaliação “Sociologia”.
- c) Publicações realizadas entre fevereiro de 2020 a abril de 2022.
- d) Periódicos de Sociologia ou de Ciências Sociais⁴⁶.

O Quadro 3 a seguir tem a finalidade de apresentar os periódicos pesquisados e o universo quantitativo deles, ou seja, 788 periódicos, conforme os critérios acima apresentados.

Quadro 3 - Periódicos de Sociologia e de Ciências Sociais de Qualis A1 de fevereiro de 2020 a abril de 2022

ISSN (ONLINE)	Nome do Periódico	QUALIS	Artigos Publicados			
			2020	2021	2022	Total
1983-8239	CADERNO CRH	A1	34	40	5	79
1984-7289	CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	A1	43	46	6	95
1678-4588	DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	A1	35	28	22	85
1806-9053	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	A1	56	55	11	122
1980-5462	SOCIEDADE E ESTADO	A1	37	48	15	100
2238-3875	SOCIOLOGIA & ANTROPOLOGIA	A1	44	67	0	111
1807-0337	SOCIOLOGIAS	A1	44	50	0	94
1809-4554	TEMPO SOCIAL	A1	48	44	10	102
Totais parciais e geral			341	378	69	788

Fonte: Autor.

Podemos verificar que 8 (oito) periódicos atenderam às especificidades estabelecidas considerando o nosso recorte empírico. O total de artigos publicados pelos periódicos no período entre fevereiro de 2020 a abril de 2022, conforme o Quadro 3 foram de 788, sendo

⁴⁴ Ver Costa e Zoltowski (2014).

⁴⁵ Salientamos, também, que periódicos têm representatividade em 4 (quatro) das 5 (cinco) regiões brasileiras.

⁴⁶ No Brasil, em termos de graduação, os cursos são denominados Ciências Sociais e não de Sociologia. Essa relação entre Sociologia e Ciências Sociais reflete na produção técnico-científica sociológica. Diversos periódicos científicos sociológicos são intitulados como “Revista de Ciências Sociais”, como demonstrado no (Quadro 3).

todos incluídos na pesquisa, seja quantitativa, seja qualitativa, conforme veremos. O ano com maior número de publicações foi 2021 e as revistas com maior número de publicações em geral foram Revista Brasileira de Ciências Sociais (122), Sociologia & Antropologia (111) e Tempo Social (102).

Para realizar a análise dos 788 artigos publicados no período nos periódicos apontados, realizou-se uma busca pela presença de 12 (doze) termos que consideramos relevantes no debate científico durante a pandemia de Covid-19, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Termos-chave buscados nos 788 artigos, referentes à pandemia de Covid-19, como um segundo refinamento para a posterior análise qualitativa dos dados

	Termos-chave Português	Termos-chave Espanhol	Termos-chave Inglês	Termos-chave Francês
1	Confinamento	Aislamiento	Lockdown	Confinement
2	Quarentena	Cuarentena	Quarantine	Quarantaine
3	Isolamento social	Aislamiento social	Social isolation	Isolement Social
4	Contenção Comunitária	Contención comunitaria	Community Containment	Confinement communautaire
5	Distanciamento Social	Distanciamiento social	Social distancing	Distanciation sociale
6	Aglomeraciones	Agglomeraciones	Agglomerations	Agglomérations
7	Emergência sanitária	Emergencia sanitaria	Health emergency	Urgence Sanitaire
8	SARS-CoV-2	SARS-CoV-2	SARS-CoV-2	SARS-CoV-2
9	Coronavírus	Coronavírus	Coronavirus	Coronavírus
10	Pandemia	Pandemia	Pandemic	Pandémie
11	Covid-19	Covid-19	Covid-19	Covid-19
12	Lockdown	Lockdown	Lockdown	Lockdown

Fonte: Autor.

Nessa etapa — que de certa forma se constitui em um híbrido entre a quantificação e a qualificação dos dados — utilizamos para a busca dos termos-chave a *ferramenta de atalho* “Ctrl + F”, que proporciona uma funcionalidade de pesquisa nos *Portable Document Format* (PDF)⁴⁷ (formato de arquivo disponível para *download* nos periódicos oficiais). O objetivo dessa fase é o de obter uma visão geral do universo de artigos disponíveis sobre o assunto pesquisado.

⁴⁷ Formato de arquivo digital desenvolvido pela Adobe Systems.

4.3.2 Resultados Quantitativos

A partir de um total de 788 artigos pesquisados foram encontrados, através da busca pelos termos pré-selecionados que envolviam o contexto da pandemia de Covid-19 (Quadro 3), 154 artigos científicos que mencionavam, de algum modo, os termos pré-selecionados. Como demonstra a Tabela 3 a seguir, realizamos um *cálculo de prevalência dos artigos que possuem os termos pesquisados*, por periódico. Apenas 19,5% dos artigos publicados citaram algum dos termos selecionados, conforme demonstra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Prevalência de artigos que continham os termos pesquisados sobre a Covid-19 nos periódicos selecionados (n=788)

PERIÓDICO	Artigos publicados	Artigos com os termos sobre Covid-19	Prevalência de artigos sobre a Covid-19 nos periódicos
CADERNO CRH	79	31	39.2%
CIVITAS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	95	18	18.9%
DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	85	8	9.4%
REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	122	8	6.5%
SOCIEDADE E ESTADO	100	28	28.0%
SOCIOLOGIA & ANTROPOLOGIA	111	24	21.6%
SOCIOLOGIAS	94	21	22.3%
TEMPO SOCIAL	102	16	15.6%
TOTAL	788	154	19.5%

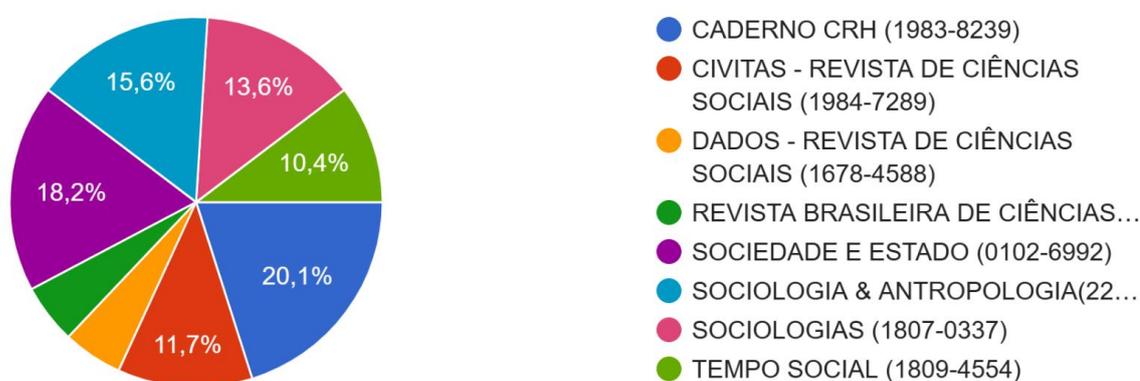
Fonte: Autor.

Com relação à Tabela 3, observamos primeiramente que a maior porcentagem de publicações que citam a Covid-19 está no periódico Caderno CRH (39.2%), seguido pelo periódico Sociedade e Estado (28.0%). Durante a pesquisa, notamos que foram desses periódicos as primeiras publicações científicas sobre a pandemia. Ainda, nos periódicos pesquisados, chamou a atenção Sociologia & Antropologia, sendo o único que publicou uma

edição especial⁴⁸ sobre a Covid-19 durante o período pesquisado, ou seja, durante o próprio momento pandêmico. Além disso, com base nos dados presentes na Tabela 3, podemos notar que não foi dado o mesmo destaque à pandemia entre os periódicos. Houve periódicos que, durante o período de crise, citaram os termos referentes à pandemia em quase 40% de seus artigos e, outros, que não atingiram 10%.

A seguir apresentamos o Gráfico 6 que traz a proporcionalidade percentual de artigos publicados com a presença dos termos pesquisados entre os periódicos selecionados. Logo, foi considerado apenas o resultado desta etapa, os 154 artigos.

Gráfico 6 - Proporcionalidade entre os periódicos quanto aos artigos encontrados que citam os termos selecionados sobre a Covid-19 (n=154)



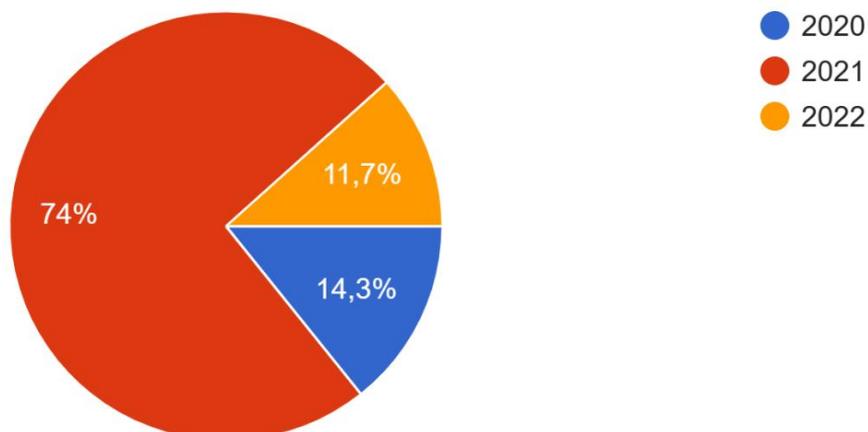
Fonte: Autor.

Ao avaliar o Gráfico 6, que apresenta a distribuição percentual das publicações que continham pelo menos 1 (um) dos 12 (doze) termos selecionados conforme o Quadro 4 anteriormente apresentado, verificamos que a maioria dos artigos foram publicados pelo periódico Caderno CRH (20,1%), seguido pelo periódico Sociologia & Antropologia (15,6%). Não houve periódico sem qualquer publicação de algum termo em seus artigos. Os periódicos responsáveis pelas menores porcentagens de artigos, citando termos da Covid-19 foram a Revista Brasileira de Ciências Sociais (5,2%) e a Revista Dados (5,2%), demonstrando uma considerável discrepância considerando os números de publicação citando a Covid-19 entre os periódicos.

A seguir apresentamos nosso Gráfico 7 referente a temporalidade da produção ao analisar o seu ano de publicação, aspecto fundamental em um período de crise.

⁴⁸ A edição especial, “Mundo Social e Pandemia”, foi publicada em 18 de agosto de 2021, contendo 18 textos.

Gráfico 7 - Distribuição percentual, por ano, considerando os anos da pesquisa (2020, 2021, 2022), da publicação dos 154 artigos que apresentaram pelo menos um dos termos-chave pesquisado



Fonte: Autor.

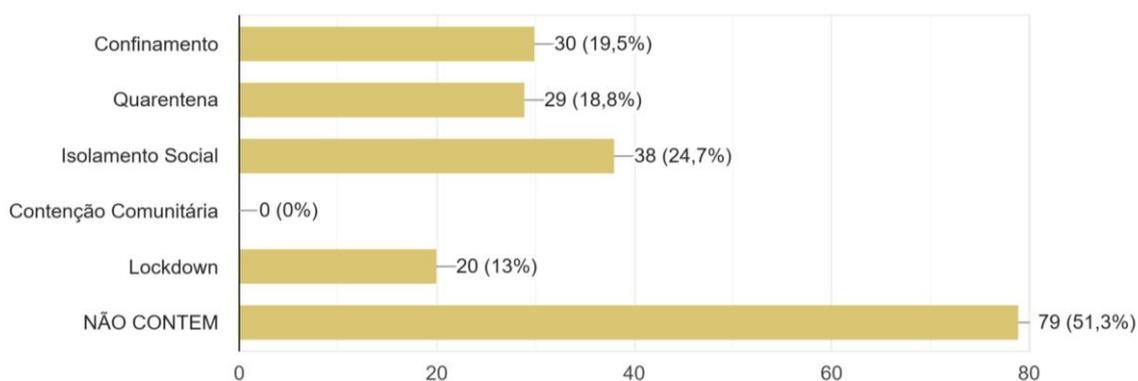
Os artigos publicados no ano de 2021 representam a maior parte do número de artigos, sendo 74% do total de artigos. Chamamos atenção ao fato de que mesmo havendo uma produção menor no ano de 2022 (11,7%), em comparação com 2020 (14,3%), o nosso marco temporal teve como data limite o dia 22 de abril de 2022. Logo, cabe salientar, que os 11,7%, representam, apenas, aproximadamente 1/3 (um terço) do ano que questão. Já a baixa produção no ano de 2020 muito provavelmente indica a falta de agilidade da produção científico-sociológica em resposta a uma crise mundial iminente. Esse fato não é reflexo apenas de empenho ou não de pesquisadores/autores, mas também das limitações técnico-burocráticas editoriais dos periódicos, considerando-se o tempo entre o recebimento e a publicação dos artigos submetidos – que mesmo em tempos de pandemia não conseguiu ser superada pelos editores. Um caso que se destacou durante a análise foi o artigo “Pandemia da Covid-19: Mediação para Entender a Espiral Economia-Saúde” de Diego Souza (2021). O artigo recebido pelo Caderno CRH no dia 20 de março de 2020 (uma contribuição/avaliação consideravelmente “ágil”) foi aceito pelo periódico na data de 6 de julho de 2021 e publicado apenas no dia 20 de agosto daquele ano, demonstrando o curto lapso entre “envio e publicação” presente nos periódicos científicos pesquisados. Também, é possível notar que houve uma produção considerável referente ao tema Covid-19, em 2022, em seus primeiros meses, todavia, neste período a pandemia já estava “controlada”. Lembremos que a primeira pessoa vacinada foi em 17 de janeiro de 2021 (BADDINI; FERNANDES, 2021). Sendo assim, acreditamos que a tendência crescente de publicações, já no ano de 2022, não exercia a mesma relevância, em aspectos sócio-científica para o período de crise.

Na segunda etapa da pesquisa quantitativa (ainda de caráter mais quantitativo que propriamente qualitativo) desta dissertação foi realizada uma *redução ou especificação* do número de termos-chave, com o intuito de *afunilar os resultados obtidos na etapa anterior*, direcionando nossa pesquisa para o tema *lockdown* – *Lembremos que tal tema constitui-se em nossa questão central de pesquisa*. Nessa fase, foram quantificados apenas os artigos que citam os termos: confinamento, quarentena, isolamento social, contenção comunitária e *lockdown*. Essa seleção, mais criteriosa, permite a obtenção de um conjunto de artigos específicos para uma análise mais aprofundada do tema desta dissertação: *as contribuições da sociologia científica para as políticas sanitárias de isolamento social (lockdown)*.

Gráfico 8 - Distribuição dos termos referentes às políticas sanitárias de isolamento nos artigos que falam sobre a Covid-19 (n=154)

ESPECIFICAMENTE LOCKDOWN: PALAVRAS COM RELAÇÃO À IMPOSSIBILIDADE DOS INDIVÍDUOS REALIZAREM DESLOCAMENTOS.

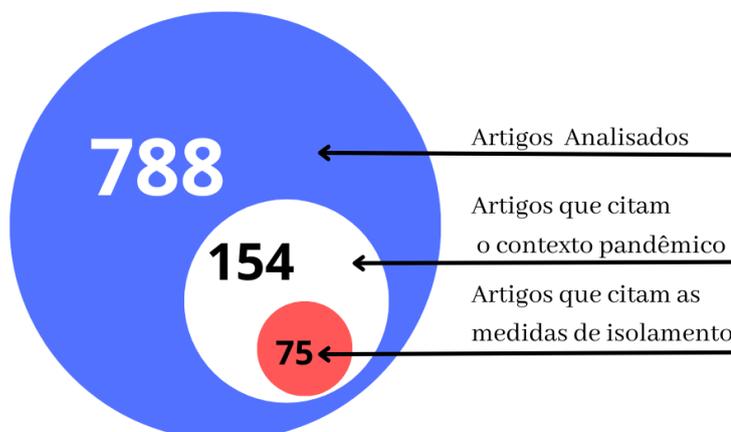
154 respostas



Fonte: Autor.

Dos 154 artigos resultantes da primeira etapa da nossa pesquisa quantitativa (Quadro 3), 79 artigos — mais que a metade dos artigos pesquisados — não citam nenhum dos termos referente às políticas sanitárias de isolamento social. 75 artigos citam pelo menos um dos cinco termos selecionados. O termo “Contenção Comunitária”, utilizado pela infectologia para as políticas de cerceamento de movimentação, não foi citado nenhuma vez nos artigos científicos sociológicos. Já o termo “Isolamento Social” apareceu em 38 dos 75 artigos encontrados, demonstrando uma “familiaridade” maior com o termo. Em resumo, exemplificamos nossos achados na Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Número de artigos pesquisados em periódicos de Ciências Sociais e Sociologia CAPES A1, entre o período de fevereiro de 2020 a abril de 2022, e a ocorrência de termos-chave (n=788)



Fonte: Autor.

Nossa pesquisa, em um primeiro momento, realizou uma análise quantitativa das publicações técnico-científicas sociológicas. Além de trazer dados relevantes para essa dissertação, a etapa quantitativa exerce um papel fundamental para etapa qualitativa. Sendo assim, nesta dissertação, a partir de um universo quantitativo (numérico), iremos aprofundar a análise para extrair outro universo: o universo qualitativo.

4.4 A PESQUISA QUALITATIVA: USO, FERRAMENTAS E RESULTADOS

Conforme já mencionado anteriormente, tanto na temática de pesquisa como no problema por nós desenvolvido e proposto nesta dissertação, essa dimensão estritamente qualitativa da pesquisa busca o aprofundamento no conhecimento das publicações científicas sociológicas em periódicos considerados de excelência pela CAPES (Qualis A1). Ela poderia ser vista como uma continuidade da dimensão por nós designada como quantitativa, anteriormente apresentada. O que pretendemos aqui é conhecer a atuação da sociologia, considerando o seu *status* de Ciência, no decorrer da pandemia de Covid-19 e sua efetiva contribuição técnico-científica referente ao “confinamento social”, de forma mais específica. Para tal, é indispensável que se busque conhecer de forma também qualitativa, através de uma Análise de Conteúdo, os aspectos indissociáveis (sua contribuição, tipo de contribuição, achados, proposições, orientações, indicações etc.), ao campo pesquisado. Lembremos que esta pesquisa qualitativa deverá se debruçar sobre um ponto específico da pandemia, que utiliza o “isolamento social” e seus correlatos, uma questão cuja natureza também é eminentemente uma “questão sociológica”.

Foi a partir da consolidação do que consiste uma pesquisa qualitativa, após os anos de 1970, que as pesquisas desse tipo superaram as principais resistências, dentro da própria ciência, sobre os seus aspectos hermenêuticos (CRESWELL, 2007). Logo, para realizar a dimensão qualitativa da nossa pesquisa, utilizaremos o resultado da *segunda etapa da pesquisa quantitativa*: os 75 Artigos que citaram termos referentes às políticas de isolamento social.

4.4.1 As Especificidades do Método de Análise de Conteúdo a ser Empregado

Considerando que a presente etapa de pesquisa desta dissertação é de caráter eminentemente qualitativo, o método que utilizamos para ter acesso aos dados necessários, a Análise de Conteúdo, coaduna-se não apenas com a característica do nosso objeto empírico — *o conteúdo científico dos artigos mencionados, referentes ao isolamento social* —, como também é um importante aliado às exigências técnicas da investigação qualitativa. A Análise de Conteúdo visa a conhecer de forma mais sistemática e analítica o material que é informado ou transmitido por algum meio de comunicação (livros, programas de rádios ou TV, entrevista, artigos etc.) (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Para realizar o estudo de um objeto, utilizando o método de Análise de Conteúdo, é necessário que haja uma sistematização e organização dos documentos que serão estudados, além da formulação de indicadores (categorias analíticas) para o exame do material que será o objeto específico dessa etapa da investigação. Também se faz necessário que o empírico pesquisado seja verificado como unidades de análise, codificando os dados coletados e, logo após, categorizados. A parte final da Análise de Conteúdo é realizada com a inferência, etapa em que são formuladas deduções lógicas e, assim, a interpretação do fenômeno a partir dos dados observados, com base no confronto entre o achado e o arcabouço teórico escolhido (BARDIN, 1977).

O caráter descritivo da Análise de Conteúdo auxilia na categorização de possíveis regularidades contidas no objeto verificado, enriquecendo a compreensão e a leitura objetiva dos dados. Nesta dissertação, as categorias analíticas geradas para pesquisa e para a interpretação do nosso objeto, buscam encontrar os *núcleos de sentido contido na produção científica sociológica* durante a pandemia sobre o tema *lockdown e as possíveis proposições sociológicas sobre o tema*.

4.4.2 Recorte Empírico Qualitativo e Critérios de Inclusão e de Exclusão de Dados e efetiva análise de conteúdo

Na etapa qualitativa desta dissertação os textos selecionados anteriormente na etapa quantitativa, presente na Figura 5 (75 artigos que citam alguma política de isolamento social), foram, agora, analisados em termos de *seu conteúdo e contexto*. Realizamos uma pesquisa detalhada dos artigos e de trechos que contenham os termos-chave mencionadas no Gráfico 8 (*Lockdown*, Quarentena, Isolamento Social e Confinamento). Nessa análise, o foco será identificar as efetivas (possíveis) *proposições técnico-científicas da Sociologia como ciência e avaliá-las em termos substantivos*.

Para a Análise de Conteúdo-foi selecionado um conjunto de artigos a partir da amostra obtida da pesquisa quantitativa (artigos que citavam a Covid-19). Agora, para esta nova etapa de análise, adotamos os seguintes *critérios de inclusão*:

- a) Ser um dos 75 artigos encontrados na etapa quantitativa desta dissertação⁴⁹.
- b) Citar dois ou mais dos termos que demonstram o contexto⁵⁰ de “isolamento social”, presente nas políticas sanitárias de *lockdown*⁵¹;
- c) Ter na autoria/coautoria um(a) sociólogo(a) com pós-graduação (doutorado) em Sociologia ou em Ciências Sociais.
- d) Debater o isolamento social (*lockdown*) no Brasil⁵².

A seleção foi realizada em etapas: leitura de título; leitura de resumos, leitura de parágrafos que citam os termos pesquisados e leitura do artigo na íntegra. O resultado da aplicação dos critérios supramencionados está exposto no Quadro 5, *perfazendo 9 (nove) artigos para Análise de Conteúdo*.

⁴⁹ Logo, todos os critérios de inclusão/exclusão pertencentes a pesquisa quantitativa estão presentes na pesquisa qualitativa, já que são resultados dos mesmos.

⁵⁰Os termos foram analisados no contexto do parágrafo — não foram incluídos artigos no qual os termos que estavam nas referências, notas ou comentários, e palavras isoladas que não se referiam ao contexto da pandemia da Covid-19 (a exemplo o “confinamento” quando referido à confinamento prisional).

⁵¹Os termos da segunda etapa da pesquisa quantitativa foram: “confinamento”, “quarentena”, “isolamento social”, “contenção comunitária” e “*lockdown*”.

⁵² Não foram incluídos artigos que abordam o *lockdown* no contexto *específico* de um país que não seja o Brasil. Por exemplo, um artigo científico que debata somente a realidade da Argentina sem realizar uma comparação com outros países ou regiões.

Quadro 5 — Artigos selecionados para Análise de Conteúdo, após a aplicação do critério qualitativo no universo de 75 artigos

Nº	Título do Artigo	Autor (ANO)	Periódico (Volume)
1	“Na medida do impossível”: covid-19 e o cotidiano em uma periferia fluminense	Silva e Belmont (2021).	Civitas Revista de Ciências Sociais (21).
2	Crise dentro da crise a pandemia da violência de gênero	Malta <i>et al.</i> (2021).	Sociedade e Estado (36)
3	Impacto da pandemia de covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann	Rodrigues e Costa (2021).	Sociologias (23).
4	Repensando o espaço público em tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de a condição humana	Nagamine e Vitale (2020).	Caderno CRH (33).
5	Auxílio emergencial em tempos de pandemia	Marins <i>et al.</i> (2021).	Sociedade e Estado (36).
6	Deglobalize covid-19: the pandemic from an off-center perspective	Barria-Asenjo <i>et al.</i> (2021).	Sociedade e Estado (36).
7	As ideias voltaram ao lugar? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital	Cesarino (2021).	Caderno CRH (34).
8	Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional	Valeriano e Tosta (2021).	Civitas - Revista de Ciências Sociais (21).
9	Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?	Monticelli (2021)	Sociedade e Estado (36).

Fonte: autor.

4.4.2.1. Categorias analíticas e a Análise de Conteúdo

Para que possamos conhecer nosso objeto empírico, *agora de forma estritamente qualitativa* e, conseqüentemente, darmos respostas à dimensão mais central do problema de pesquisa, qual seja: *em que medida (quanto) e de que forma (como) a Sociologia assumiu uma “postura técnico-científica”, com vistas a mitigar os efeitos causados pela pandemia, mais especificamente o que se refere ao “distanciamento social” ou “lockdown” (?)*. Isto porque, por certo que o isolamento de pessoas de seu mútuo convívio social, mesmo em se tratando de uma necessidade biomédica, *também é uma medida que “invade” as competências de uma “ciência do social”*. Os artigos elencados no Quadro 5, acima apresentado, serão analisados, escrutinados à luz das categorias que se seguem, no Quadro 6. Destacamos que as categorias estão apresentadas, numeradas e realçadas tendo em vista aquelas *mais específicas* em relação ao nosso problema (as categorias 1, 2 e 3), até aquelas *menos específicas* (categorias 7, 8, 9 e 10), passando por um *agrupamento intermediário de especificidade relativa* (categorias 4, 5, 6)

Quadro 6 - Categorias analíticas *a priori* quanto aos conteúdos, informações, indicações ou temas, presentes nos artigos analisados e vinculados à questão central de pesquisa

Nº	Categorias analíticas <i>a priori</i> — Se o artigo de algum modo...
1	Defende que as medidas sanitárias de <i>isolamento social (lockdown)</i> são objetos de pesquisa do campo sociológico tanto quanto das áreas biomédicas.
2	Indica maneiras que auxiliem a adesão às políticas de <i>isolamento social (lockdown)</i> , por parte da população em geral, mitigando a resistência ou não de tal adesão às mesmas.
3	Propõe ações governamentais, a partir de uma perspectiva sociológica, para a melhoria da eficácia do <i>isolamento social (lockdown)</i> .
4	Debata os efeitos sociais ou “colaterais” do <i>isolamento social (lockdown)</i> na sociedade de forma em uma perspectiva crítico-sociológica.
5	Indica condutas específicas para minimizar efeitos (sociais) não desejados do <i>isolamento social (lockdown)</i> .
6	Reflete sobre o <i>isolamento social (lockdown)</i> , relacionando-o com os objetos de pesquisa históricos-sociológicos como violência de gênero, desigualdade social, relações de trabalho, economia, saúde, lazer etc.
7	Sugere diferentes ações em contraponto ao <i>isolamento social (lockdown)</i> , ou mesmo como torná-lo mais eficaz, de diferentes formas.
8	Debata as ações quanto ao <i>isolamento social (lockdown)</i> em nível governamental, buscando conhecer condutas/procedimentos da tomada de decisões de agentes públicos durante o período pandêmico, e como suas ações podem agravar ou amenizar os impactos das políticas sanitárias.
9	Realiza contribuições teórico-científicas, utilizando o estado da arte da sociologia, para debater o <i>isolamento social (lockdown)</i> .
10	Busca antecipar, antever, prevenir prejuízos aos diferentes setores da sociedade, no que se refere direta ou indiretamente ao <i>isolamento social (lockdown)</i> .

Fonte: O autor.

4.4.3 Análise dos Dados Qualitativos dos 9 (nove) artigos selecionados à Análise de Conteúdo

Artigo 1 - “Na medida do impossível”: Covid-19 e o cotidiano em uma periferia fluminense

Autores(as): Luciane Silva e Yann Belmont

Resumo Publicado: Tomando como contexto de pesquisa o Conjunto Habitacional Matadouro, popularmente conhecido como Portelinha, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, o presente artigo apresenta o resultado de pesquisas realizadas junto aos moradores com o objetivo de compreender o impacto da Covid-19. Interrogamo-nos sobre os casos de contaminação; se existiam, como eram tratados e como a queda de empregos formais e informais afetava essa população. Como metodologia de coleta de dados realizamos entrevistas semiestruturadas, mediadas por uso de tecnologia de comunicação, incursões de observação e entrevistas presenciais, principalmente com pessoas que não possuíam acesso à internet. Nesse sentido, pudemos concluir que a forma de segregação urbana experimentada pelos moradores colaborou para o baixo número de contaminação, maior dependência das políticas de assistência social e dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e informal.

Um dos achados laterais de nossa pesquisa corrobora o quadro de insegurança alimentar vivido no Brasil desde o início da pandemia.

Excertos destacados e analisados

Uma população de ex-escravos se metamorfoseia no trabalhador informal precarizado e a realidade dos grandes conjuntos habitacionais reflete uma modalidade bastante conhecida no Brasil: a segregação espacial por raça (p. 502).

Como não é possível pensar em isolamento social sem pensar as condições de alimentação e de moradia, expandimos nossa análise partindo da reflexão sociológica sobre gueto, para pensar como a segregação pode explicar diferentes formas de contaminação — ou a sua ausência (p.505)

No que tange a roupas e máscaras, quando doações foram realizadas tudo é disputado de modo agonístico e evidencia as muitas faltas. A circulação de crianças contrasta com a circulação de jovens bem-vestidos (talvez dos condomínios de muros muito altos colados ao conjunto). Às quatro da tarde de um domingo, esta é uma cena interessante. Passando em meio a 50 crianças recebendo doces, estes jovens iam na direção da “boca” indiferentes ao cenário local. Parece-nos que essa é a melhor cena para ilustrar como ocorrem as relações (ou não relações) entre moradores de dentro e de fora. Em um espaço cercado por muros, 100 pessoas caminham, observam, trocam chamados e pedidos. Nenhuma delas está de máscara além daquelas que entregam os doces (p. 507).

O artigo, ao estudar o contexto pandêmico, realiza uma reflexão sociológica utilizando a teoria dos guetos, desenvolvida nos Estados Unidos, para analisar a realidade brasileira durante a crise de Covid-19. O caso da comunidade de Portelinha é destacado como um caso de segregação espacial por raça. A distinção da vida cotidiana de uma comunidade em que o Estado não chega, o turismo não adentra e o Covid também foi pouco presente. Destacam como pessoas externas eram facilmente reconhecidas pelo uso dos EPI's, medida não adotada pela comunidade.

Entre os entrevistados o auxílio emergencial e a bolsa família são as únicas fontes de renda utilizadas no sustento familiar. Se o quadro anterior era de informalidade (diaristas, motoristas, pintores e outros serviços sazonais), a pandemia intensificou a situação de precariedade com o fechamento de comércios e a evitação da interação por parte de famílias que dispensaram suas trabalhadoras domésticas. Sueli tem três filhos, é solteira e está desempregada. Márcia tem sete filhos, e três moram com ela. (p. 507-508).

O artigo demonstra como antigas realidades já estudadas dentro da Sociologia, como a relações de trabalho e a informalidade, se agravaram de modo acentuado durante as políticas de isolamento social e, conseqüentemente, fechamento dos comércios. Aqui é enfatizado o auxílio emergencial como uma das medidas para diminuir os efeitos do isolamento social.

Ao coletarmos os dados, percebemos o pouco deslocamento dos moradores fora dos limites do conjunto e seu entorno. Ao mesmo tempo, a circulação externa ocorre pela compra de drogas feita em carros, sem contato físico com os moradores, que, em sua maioria, estão em suas casas durante o horário de pico do movimento. que implica tanto o isolamento sócio-moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes. (WACQUANT, 2004, 155) (p. 508).

Embora não se possa falar de nenhum impedimento legal quanto à circulação de pessoas entre o espaço e outros bairros da cidade, é certo observar que o grau de deslocamento dos moradores é baixíssimo. Ao longo destes anos de observação seria correto dizer que o deslocamento ocorre entre casa e trabalho (informal em boa parte dos casos) e no entorno do Conjunto (p. 509).

A circulação desta população é rarefeita fora deste espaço. Contando com biroschas, escolas, pequenas lojas e mercados, os moradores recorrem à avenida principal para farmácias, supermercados e outros serviços. Essa população vive “entre” limites físicos muito concretos além dos muros altos em torno do conjunto habitacional de 14 prédios com quatro andares e, aproximadamente, mais de duas mil pessoas (p. 502).

[...]as formas de segregação na Portelinha colaboram para este quadro de números muito baixos quanto à contaminação por Covid-19. Ao saírem do bairro apenas para o básico, ao não circularem pela cidade e não receberem circulação (levando em conta os limites geográficos descritos no artigo) esta população manteve-se em situação distinta do restante da cidade (p. 510).

O artigo salienta que a comunidade não tinha casos de infectados entre os moradores. Ao observar a situação da comunidade, fechada em si, podemos avaliar os fatores que levaram à baixa contaminação: o isolamento social individualmente não foi realizado de forma eficiente, mas foi realizada, até certo nível, uma contenção comunitária pelo pouco contato que houve entre os moradores da comunidade e o exterior. Ao mesmo tempo, demonstra as chagas da marginalização dessa comunidade com o relato da venda de entorpecentes. Logo, houve uma “contenção comunitária” no contexto geral daquela comunidade, não somente dentro da própria casa e do seu núcleo familiar.

Artigo 2 - Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero

Autores(as): Renata Barreto Malta; Tatiana Güenaga Aneas; Aline Lisboa; Iasmim de Araujo Vieira.

Resumo Publicado: Este artigo se propõe a analisar como textos informativos publicados em sites brasileiros apresentam a violência de gênero no contexto da pandemia de Covid-19, partindo do pressuposto de que o isolamento social e suas consequências políticas e econômicas ampliam o processo de ameaça aos direitos das mulheres. Como método, optamos pela análise de conteúdo do corpus e a discussão dos resultados, embasadas em estudos de gênero e na teoria feminista. Os principais resultados apontam para a predominância de conteúdos jornalísticos e com diferentes linhas discursivas, mesmo que a violência doméstica seja central. A ausência de fontes advindas dos movimentos de mulheres e de uma discussão centrada nas causas da violência de gênero que questione a estrutura familiar e o lar como ambiente seguro para mulheres em confinamento é sintomática do atual cenário de retrocesso, ainda que a pandemia tenha dado visibilidade ao problema.

Excertos destacados e analisados

O cruzamento entre dados oficiais concernentes ao aumento de casos de agressão e feminicídio durante a quarentena e de outros materiais de análise foi central e direcionou os artigos a diferentes enfoques. A universalização da violência de gênero refletida a partir da pandemia como fenômeno global conduziu algumas das produções a relativizar marcadores sociais relacionados a gênero, como classe e raça/etnia. Os resultados dessas pesquisas indicam que o isolamento social por imposição política e epidemiológica é o ambiente propício para a ocorrência de atos de violência e mortes de mulheres, com notícias de feminicídio em países de realidades sociais díspares (MARANHÃO, 2020; PISANI, 2020) (p. 847).

Com olhar voltado às especificidades que complexificam as relações de gênero no contexto da pandemia e baseados em dados que evidenciam as vulnerabilidades de determinados grupos sociais — como os de mulheres pobres e negras —, alguns estudos fazem uma forte crítica à debilidade de políticas públicas no Brasil para o enfrentamento da violência de gênero (Pessoa & Nascimento, 2020; Tchalekian & Paiva, 2020). As autoras referenciam esse modelo de gestão como necropolítica termo cunhado por Achille Mbembe (2018) —, com a total negligência do Estado e a responsabilização da própria sociedade (p. 847).

É certo que a universalização das desigualdades de gênero não consegue abarcar as diferenças marcadas por intersecções alicerçadas em raça/etnia e classe, por exemplo, e que esses nós revelam especificidades da dominação/exploração de mulheres. Assim, a geopolitização do debate feminista é prerrogativa para uma construção de conhecimento concernente à materialidade das múltiplas vivências. A omissão dessa discussão nos textos analisados também nos parece sintomático de uma sociedade machista, classista e racista, como a brasileira. Ainda assim, entendemos que a confluência entre as variadas realidades se caracteriza pela violência que em tantas regiões e países do mundo se acentua — ou se revela com maior evidência — em tempos de isolamento social. (p. 862).

Nesse excerto identifica-se como a política de isolamento social expôs mulheres ao risco, confinando-as com seus agressores. Para isso, apontam para o aumento de violência contra a mulher, não só em número de agressões, mas também de mortes — o feminicídio. Esse efeito foi intensificado por outros problemas já conhecidos da Sociologia, como questões envolvendo a desigualdade, a etnia e a raça.

Dentre as ações mais frequentes, estão a aplicação de medidas protetivas e sua renovação automática, canais de denúncia por aplicativo e realização de boletins de ocorrência on-line. Apesar de se tratar de importantes canais de denúncia, é pertinente ressaltar que nem todas as mulheres têm acesso à internet e à telefonia. Ademais, neste período de isolamento social, houve restrição de atendimento em setores de assistência social, segurança pública e saúde, limitando a rede de apoio às vítimas. Para Brenna Pessoa e Elaine Nascimento (2020), não houve prioridade em se buscar soluções por parte do poder público, e os canais on-line, além de não universalistas, não se mostraram suficientemente efetivos. Mais além, para as autoras, a tática do Estado brasileiro de combater o índice de feminicídio por vias civis não mostra resultados – somos o quinto país do mundo que mais mata mulheres – e é uma forma de “atribuir boa parte da responsabilidade à sociedade civil, minimizando a do poder público” (Pessoa & Nascimento, 2020: 38) (p. 855).

Especificamente sobre denúncias, pouco menos de 20% evidencia a importância de se denunciar e informa sobre o Disque-denúncia 180, sendo que pouco mais de 3% noticiaram casos de agressão contra mulheres e feminicídio associados à quarentena (p. 855).

No excerto verificamos a discussão crítica sobre as medidas de políticas de proteção. Os autores realizam algumas proposições para diminuir os efeitos nocivos do isolamento social em relação à violência de gênero, como renovação de medidas protetivas⁵³ e denúncias via *online*. Entretanto, ressalvam as limitações relacionadas ao acesso a esses mecanismos, evidenciando a pouca discussão sobre a relação entre pandemia e violência de gênero.

Ademais, outros vocábulos como “macho” e “misógino” foram utilizados em títulos e subtítulos do corpus, referindo-se ao presidente da República Jair Bolsonaro ao defender o fim do isolamento

⁵³ Medidas protetivas são ordens judiciais, geralmente determinando distanciamento do agressor com a vítima, com intuito de proteger a vítima, em situação de risco.

social porque, segundo ele, “tem mulher apanhando em casa”. A afirmação relaciona a suposta violência doméstica à fome e ao desemprego e não ao machismo, busca servir de justificativa para o fim do isolamento social, como defende abertamente Bolsonaro. Ao fazer esse tipo de comentário, o presidente, como líder nacional oculta a violência de gênero como problema estrutural e afirma que o lugar dos homens não é o espaço doméstico. Nas palavras de Francisco Ortega e Michael Orsini (2020: 1258, tradução livre), a resposta do governo Bolsonaro à crise sanitária tem sido “uma mistura virulenta de desconfiança populista da ciência, preconceito e masculinidade tóxica, transformada em um fervor nacionalista”, o que se torna mais um entrave na luta pela igualdade de gênero (p. 857).

O artigo debate a atuação do Governo Federal, que utilizou a pauta da violência de gênero como motivação para a não adesão ao isolamento social. Em contraponto, afirmam que essa posição exclui o caráter histórico do problema social, usando a falta de “ocupação” do homem como causa simplória da violência.

Desde a formação colonial do Brasil, o esquema político e econômico que se ergue apresenta a família como sua base. E a casa é justamente este local que historicamente não é apenas inseguro para as mulheres, mas que se organiza como estrutura que produz a insegurança. Como determinar essa mesma casa como espaço ideal para o confinamento tão necessário no combate ao vírus que provoca a atual pandemia? Esse é provavelmente o maior paradoxo que a pandemia impõe quando direcionamos nosso olhar às violências de gênero. *Sem a inclusão das experiências das mulheres em todos os debates que busquem soluções para as problemáticas do mundo social, pouco se pode avançar.* (p. 863 [grifos nossos]).

Potencialmente, essa crise deixa como lição — ou possível legado — um olhar para a invisibilidade que historicamente desvaloriza o trabalho do cuidado. O chamado *home office* e a presença ininterrupta de crianças no espaço do lar, ao menos para uma parcela da população, materializou as conexões entre as duas esferas, escancarando que a economia considerada produtiva se sustenta no trabalho do cuidado. Como proposição, inspiradas por Karina Batthyáni (2020), secretária executiva do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso)³, a pandemia clama que é o momento de começar a pensar em novas formas de organização social em que o cuidado seja protagonista e as instituições sejam universais, públicas e gratuitas em prol do coletivo. “Recuperar a dimensão política da vida cotidiana parece ser um caminho a transitar” (Batthyáni, 2020: 4, tradução livre). Trata-se, no caso brasileiro, de um desafio que tem o cenário político como complicador. A crise democrática, que é uma crise dos direitos humanos, torna o ambiente social menos permeável a esta discussão. Os ataques contra os direitos das mulheres, duramente conquistados, devem ser desvelados e ocupar o centro do debate público. Como afirma Joana Maria Pedro (França, Priori & Galinkin, 2020), precisamos muito do feminismo para a garantia de direitos já estabelecidos em um cenário de tantos retrocessos (p. 862).

Na perspectiva da análise sobre a violência de gênero e a pandemia, o artigo ressalta outros temas sociológicos, como o *home office* e a crise política e democrática do Brasil, incentivando o debate sobre os emergentes obstáculos que a sociedade enfrenta. Ainda, de forma breve — uma frase —, o artigo faz uma proposição para soluções de problemas do “mundo social”: as mulheres com um papel de protagonismo mulheres na elaboração de políticas públicas.

Artigo 3 - Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann

Autores(as): Léo Peixoto Rodrigues; Everton Garcia da Costa.

Resumo Publicado: Este artigo tem como objetivo tecer algumas reflexões, a partir de uma abordagem sociológica, acerca do impacto da pandemia de Covid-19 sobre o funcionamento dos sistemas e subsistemas sociais. Para levar a cabo esta proposta, nos ancoramos nos pressupostos teórico-epistemológicos da teoria social desenvolvida pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann, principal expoente do pensamento sistêmico nas Ciências Sociais. Defendemos o argumento de que a pandemia do novo coronavírus causa uma perturbação sistêmica que impacta profundamente o funcionamento de toda a sociedade global, bem como, por seus sistemas e subsistemas sociais, impõe uma série de desafios à reprodução da vida social.

Excertos destacados e analisados

O distanciamento social, entretanto, ao se considerar os principais elementos da teoria sistêmica luhmanniana, traz inúmeras consequências, isto é, perturbações comunicativas que afetam diretamente o funcionamento dos diversos sistemas sociais, dadas as relações de acoplamento estrutural existentes entre eles, já destacadas anteriormente. A depender do regime político de cada região, considerando que os sistemas políticos estão organizados em subsistemas com regimes políticos distintos mais ou menos democráticos (mesmo ao se considerar as diferentes democracias liberais), mais ou menos autoritários (mesmo ao se considerar os regimes socialistas, ditatoriais e aqueles híbridos, com economia de mercado muito forte, mas com escassas liberdades individuais), as experiências de distanciamento social ocorreram de forma distinta com relação à sua eficiência. Na China, por exemplo, se os dados oficiais divulgados pelo governo chinês são verdadeiros, o isolamento completo da região de Wuhan durante mais de dois meses conseguiu controlar o avanço da pandemia. No Brasil, no entanto, onde as medidas de isolamento foram adotadas quase como “conta gotas” por estados e municípios, sem um planejamento em nível nacional, gerando um efeito sanfona de abre/fecha as atividades econômicas, a pandemia fugiu ao controle (p. 324).

Trazendo o distanciamento social à luz de uma teoria sociológica, o artigo demonstra a utilização do estado da arte da sociologia para pesquisar a Covid-19. O artigo ressalta a especificidade do enfrentamento à Covid-19 na realidade brasileira com a falta de articulação política nacional ao utilizar o termo “conta gotas”. Verificamos uma crítica sobre como se realizou o isolamento social nacionalmente, com uma desarticulação entre as decisões de abertura e de fechamento dos comércios.

A pandemia de Covid-19, com efeito, conseguiu perturbar, profunda e simultaneamente, o funcionamento de praticamente todos os sistemas sociais, alastrando-se pela sociedade, da mesma forma como um vírus se alastra pelo organismo. Há estudos que apontam que o confinamento domiciliar gerado em virtude do novo coronavírus está relacionado, por exemplo, ao aumento de casos de violência doméstica contra a mulher [...] É importante frisar que a violência contra a mulher é um problema crônico na história do Brasil. No entanto, com as medidas de distanciamento social, muitas mulheres acabam ficando mais tempo dentro de casa em companhia de seus agressores, o que aumenta o risco de sofrerem algum tipo de violência. Além disso, justamente por terem de ficar em confinamento domiciliar, muitas delas acabam por não ir até uma delegacia para fazer a denúncia — situação esta que constitui um obstáculo a mais às autoridades do sistema de segurança pública que lutam para combater esse grave problema social (p. 329 – 330).

No debate sobre o distanciamento social, o artigo relaciona o tema com o objeto sociológico histórico: a violência de gênero. O excerto ressalta como o confinamento da vítima com o agressor e a falta de acesso às delegacias foram potencializadores do problema social.

No cenário pós-pandêmico, caberá aos cientistas sociais mobilizar ferramentas teórico-metodológicas para avaliar até que ponto a pandemia levou a um reordenamento dos sistemas sociais. Que mudanças de fato ocorreram no seu funcionamento? Que dinâmicas sociais surgiram ao longo da pandemia e permaneceram ao seu término (como o home office, por exemplo)? Como a pandemia alterou a vida social ao redor do globo? Enfim, essas e outras questões precisarão ser respondidas. A teoria dos sistemas sociais, a nosso ver, constitui um rico modelo teórico, cujo arcabouço conceitual poderá auxiliar no desenvolvimento de pesquisas futuras relacionadas aos reflexos da pandemia. Principalmente, quando consideramos que a Covid-19 não apenas afeta a sociedade como um todo, mas também gera uma rede sistêmica de mútuas perturbações entre os sistemas sociais (p. 332)

O artigo instiga a Sociologia como agente para reavaliar os sistemas sociais à luz da teoria luhmanniana, avaliando que o período pandêmico provavelmente causou modificações profundas no funcionamento e dinâmicas da sociedade. Ainda, reforça a capacidade sociológica em contribuir com análise dos reflexos pandêmicos.

[...] a não aplicação do distanciamento social, de forma rígida, pode igualmente ter efeitos tão ou até mais devastadores sobre a economia, do que sua não aplicação. Podemos tomar a Itália como exemplo. Em 28 de fevereiro de 2020, quando menos de 20 mortes haviam sido oficializadas naquele país e quando muitas cidades sequer haviam registrado casos de Covid-19, prefeitos e governadores começaram a adotar as primeiras medidas de distanciamento social, como suspensão das aulas presenciais e a proibição de aglomerações em locais públicos, para tentar conter o avanço do novo coronavírus. Todavia, prevendo o impacto que essas decisões teriam sobre a economia italiana e sobre o sistema econômico global (não podemos esquecer, por exemplo, que a Itália faz parte da União Europeia), o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, criticou duramente as medidas, conseguindo inclusive derrubar algumas delas judicialmente. A não adoção do único remédio então conhecido, o distanciamento social, refletiu imediatamente no aumento exponencial do número de mortes a cada dia. Menos de duas semanas depois, no dia 9 de março, quando o número de óbitos na Itália chegava a quase 500, Conte determinou o fechamento de todas as atividades não essenciais em todo o país.¹⁸ Mas a decisão foi tomada tarde demais: dez dias depois, o país contabilizava 3.405 mortes por Covid-19 (p. 327).

O artigo critica a tomada de decisão de governos na pandemia, tanto pela aplicação do distanciamento de forma transigente quanto pela não aplicação da medida. No excerto é destacada a política italiana como exemplo de posicionamento contra o *lockdown*, por parte do primeiro-ministro, e os resultados no aumento de mortes exponencial, dias após a flexibilização das medidas.

Artigo 4 - REPENSANDO O ESPAÇO PÚBLICO EM TEMPOS DE PANDEMIA: Hannah Arendt, 60 anos depois de A condição humana

Autores(as): Renata Nagamine; Denise Vitale

Resumo Publicado: Este ensaio reflete sobre a ideia de espaço público no pensamento de Hannah Arendt, tal como apresentada em A condição humana, elaborando sobre a pandemia de Covid-19, ocorrida no ano de 2020. O artigo a toma como uma experiência que nos convida a pensar as

reconfigurações do espaço (e do tempo) olhando para o esvaziamento das cidades, a paralisação da economia, a circulação de notícias falsas e o revigoramento de certas formas de interação. Entendemos que Arendt nos fornece elementos para pensar os desafios postos pela pandemia.

Excertos destacados e analisados

Entendemos que a compreensão da experiência da pandemia requer um olhar crítico para ideias e práticas da modernidade, como aquele que Arendt lança para ela em *A Condição Humana*. Neste livro, Arendt reflete sobre a transformação da manutenção da vida como ocupação de primeira ordem e se debruça sobre seus efeitos na política. Pensamos que a pandemia, uma experiência compartilhada de paralisação da economia e retirada dos espaços de circulação, encontro e deliberação, por força de um vírus que reinsere a morte na vida, explicita os desafios de um mundo cada vez mais complexo, marcado pelo consumismo, a destruição do meio ambiente, a desigualdade crescente, o ressurgimento do autoritarismo sob vestes populistas, o esvaziamento físico dos espaços e a importância crescente das mídias sociais. O pensamento de Hannah Arendt pode ser útil para pensar esses desafios (p.1).

Outros elementos para a compreensão dessa demorada resposta seriam o caráter sem precedente da paralisação da economia que a questão sanitária impunha e a relação entre as penosas medidas para o enfrentamento da pandemia, a invisibilidade do vírus e a evolução exponencial do contágio. Estes últimos elementos podem ter cumprido um papel importante porque, como Arendt (1973) argumenta, as pessoas tendem a insistir na continuidade da vida habitual, na ‘normalidade’, diante de situações disruptivas. Não custa imaginar que a visibilidade apenas microscópica do vírus e o desafio que o entendimento de dados científicos, como a dispersão exponencial da doença, representava podem ter tornado o sacrifício da continuidade da vida em nome de algo por vir difícil de compreender e aceitar (p.9).

A teoria sociológica, neste caso ao utilizar as contribuições de Hannah Arendt ao meio científico, o artigo debate o esvaziamento dos espaços públicos. Utiliza da teoria supramencionada para pesquisar as “fugas” das medidas de isolamento devido a “invisibilidade” do vírus. O uso do termo “imaginar” no artigo — pouco usual na ciência — demonstra como a cientificidade, no período pandêmico, necessitou de um grau de “imediatismo” pela falta de dados, uma “ousadia” bem-vinda já que a ciência, muitas vezes, é resultado da relação entre tentativa e erro.

A partir de seu espaço físico e de sua conexão de internet, tornaram-se frequentes as conversas sobre a pandemia e assuntos do mundo, a morte e angústias pessoais durante a quarentena; performances de indignação, no caso do Brasil, *contra a condução da pandemia pelo governo federal e falas do presidente da República*; a crítica em massa de determinadas postagens ou tuítes; as transmissões para compartilhar conhecimento sobre a pandemia e de distintas áreas do conhecimento, para buscar entendimento da questão sanitária, econômica, social ou política, para entretenimento, para a articulação de ações de solidariedade e de engajamento, como aquela que observamos no Brasil em torno do auxílio emergencial. Esses usos das mídias sociais e do YouTube não são um fenômeno novo, mas ganharam dimensão inédita com a pandemia, suscitando uma série de questões (p.10).

O vírus afinal encontrou no Brasil uma sociedade desigual e empobrecida — aspectos de que não nos ocuparemos aqui, mas que sua evolução cuidou rapidamente de evidenciar — e terreno fértil à propagação de mentiras e desinformação. No que se refere à propagação de mentiras e desinformação, ela se insinua na forma que o debate público sobre a pandemia assumiu já ao início, com o presidente e empresários buscando organizá-lo em torno de pares como distanciamento/isolamento — emprego e proteção da vida — manutenção da vida, contrariando inclusive o entendimento de economistas a respeito. Esses pares distorceram o debate por criarem uma falsa dicotomia, ancorada na equivalência de valores que economistas, por exemplo, afirmavam não serem concorrentes (p. 11).

O excerto critica a atuação do governo junto à posição dos empresários que buscavam, utilizando inclusive notícias falsas por meio da produção de informação massiva, colocar no debate público a falsa ideia de que o isolamento social era um contraponto ao emprego e a proteção da vida.

O intuito primordial do presidente e seus apoiadores parecia ser apelar “[a]o sexto e mais elevado sentido” (Arendt, 1998, p. 274), o senso comum, que ajusta o homem (sic) à realidade a ele circundante, para validar sua tese de que a fome pela paralisação da economia mataria tanto quanto a doença, dispondo as pessoas contra a ciência e abrindo espaço para a contestação da necessidade da adoção do conjunto de medidas já implementadas em outros países e que governadores e prefeitos buscavam implementar no Brasil. Essas medidas visavam, por um lado, controlar o ritmo do contágio pelo vírus para evitar a sobrecarga do sistema de saúde e, por outro, evitar a completa deterioração das condições de vida e de retomada da atividade econômica passada a fase aguda da pandemia (p. 12).

O artigo realiza uma crítica aos governos, não somente por apoiarem suas ações no senso comum, mas por se posicionarem em contraponto à ciência, não adotando as medidas de isolamento social. Baseando-se em uma tese de que a fome seria uma causa de morte igualável à Covid-19, o governo ignorou as medidas de controle do contágio do vírus.

Formulando o problema em termos arendtianos, a propagação de mentiras, desinformação e distorção do debate, com consequências potencialmente mortais, diz respeito à relação entre opinião e conhecimento, verdade e mentira. O conhecimento científico sobre o vírus e a doença é produzido enquanto ela evolui ao redor do mundo, ou seja, em locais diferentes, o que lhe imprime um caráter contingente. Mas, nesse caso, a contingência concorre para desestabilizar uma imagem comum da ciência como instância de verdades, se não perenes, ao menos duradouras. Essa desestabilização tem se mostrado importante no Brasil, um país em que o próprio processo de produção científica é desconhecido da maioria da população. Ela facilita aos interessados, se não desacreditar a ciência e outros especialistas, cuja autoridade repousa em conhecimento técnico, no mínimo igualar o que falam sobre a doença e a pandemia à opinião de não especialistas (p. 12).

Pensando com ela, o papel do conhecimento é, contudo, instrumental, ou seja, ele deve estar a serviço do público. É certo que, para que esse papel chegue a se cumprir, é preciso que o conhecimento seja compreensível, isto é, tenha sentido para pessoas comuns e importância no mundo. A condição humana tem a técnica e a ciência como objeto de preocupação. Em 1958, elas já eram mais presentes e potentes do que nunca, a ponto de se poder produzir a vida em laboratório e lançar satélites ao espaço, e também já eram inacessíveis a leigos, pois, segundo Arendt (1998), cientistas se moviam cada vez mais em um mundo sem discurso e, portanto, ou rigorosamente sem sentido ou de sentido incomum, isto é, compartilhado apenas entre especialistas e distante do senso comum. A popularidade de divulgadores científicos, que aparecem no debate público como organizadores do conhecimento acumulado sobre a doença e mediadores empenhados em levar esse conhecimento a audiências de não especialistas, faz pensar no diagnóstico de Arendt. Empiricamente, a circulação de informações falsas sobre a doença, o contágio e seus efeitos podem ser pensados considerando uma série de fatores: (i) a forma científica que seus autores lhes imprimiram, facilitando o reconhecimento do que comunicavam e a eficácia de sua palavra; (ii) a oferta abundante de certezas; (iii) o aceno com saídas fáceis e imediatas para uma situação difícil compreensão e que interrompe a rotina da vida, a vida habitual. Como vimos no caso da cloroquina, remédio prescrito para malária e para artrite reumatoide, mas que teria tido eficácia comprovada contra a Covid-19 em estudo rapidamente contestado, a publicação de um único artigo, sem os rigores e o tempo próprio da ciência, é usada para invalidar todo o conhecimento científico e para validar políticas convenientes, que compreendem desde a fabricação e a prescrição do medicamento de ineficácia comprovada até a reabertura de estabelecimentos comerciais ainda na ascendente da

pandemia no país. Grandes veículos de comunicação, como o canal de TV por assinatura GloboNews, deram espaço a adeptos de notícias falsas em nome da pluralidade de perspectivas na democracia. Em contrapartida, programas como o Jornal Nacional, tradicional e de larga audiência, trabalham para estabelecer os fatos básicos acerca da pandemia, recuperando falas do presidente, e para retratar dramas e mortos, dando espaço a suas histórias, projetando sua imagem ao fundo da bancada dos apresentadores. Com isso, contribuem para conter o descrédito nos próprios sentidos em que mentiras e falsificações os lançam (o que é especialmente perigoso em um momento em que não se podem ajustá-los em interações face-a-face), dão dimensão visível e audível à tragédia, e permitem que ela se projete na cena nacional (p. 13).

Os excertos, ao focar na dimensão do conhecimento, debatem a relação entre a ciência e suas controvérsias, colocadas em pauta no debate público durante a pandemia. O artigo expõe a situação já estudada dentro da Sociologia do Conhecimento Científico: a desestabilização da ciência como produtora de “conhecimento” ou de “verdades”. Nesse contexto, são niveladas as opiniões de especialistas e não especialistas sobre o vírus e a doença.

Artigo 5 - Auxílio Emergencial em tempos de pandemia

Autores(as): Mani Tebet Marins; Mariana Nogueira Rodrigues; Jéssica Maldonado Lago da Silva; Karen Cristina Martins da Silva; Paola Loureiro Carvalho.

Resumo Publicado: Este artigo investiga o panorama internacional da implementação do Auxílio Emergencial no contexto da pandemia do Coronavírus. Para tanto, utilizamos: i. a base de dados do *Social Protection and Jobs Responses to Covid-19* (Banco Mundial), produzida a partir do levantamento em cinco continentes; ii. os dados provenientes de matérias de jornais ao redor do mundo; e iii. dados dos sites oficiais dos governos locais em diferentes regiões do globo. Em particular no Brasil, encontramos várias adversidades dessa política emergencial: i. as longas filas para cadastramento do benefício, gerando aglomeração; ii. as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado; iii. a demora na tomada de decisão para o pagamento do auxílio; iv. a precariedade dos recursos humanos; v. o limitado conhecimento com as tecnologias digitais entre a população mais vulnerável; e vi. os problemas de ineficiências horizontal e vertical. Por fim, este estudo pretende trazer contribuições à relação conflituosa entre Estado e sociedade em tempo de crise sanitária.

Excertos destacados e analisados

Diante desse cenário, as estratégias de quarentena, o isolamento/lockdown provocaram consequências graves para a economia mundial e, certamente, para as populações mais vulneráveis. Apesar de ser ainda cedo para mensurar qual será o real impacto econômico, social e geopolítico de todas essas transformações, organismos internacionais fazem projeções bastante desanimadoras para o futuro. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI)³, uma profunda recessão para países europeus já é um dado confirmado. De acordo com um levantamento do Fundo, cada mês inativo para os setores não essenciais equivale a uma queda de 3% no PIB anual. O cenário se agrava ainda mais quando nos debruçamos sobre os dados do Relatório da Organização Internacional do Trabalho de 2019, que apontam 61% da força de trabalho mundial em empregos informais ou mal remunerados, com baixa proteção social e pouca garantia de direitos trabalhistas⁴. Soma-se a isso o alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a possibilidade de que a pandemia leve mais de 265 milhões de pessoas para uma situação de miséria e fome (p. 570).

De acordo com o levantamento realizado por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2019)⁶, a informalidade afeta a população de modo geral, mas se apresenta de maneira mais nociva entre as populações preta ou parda, entre as mulheres, entre os

menos escolarizados e entre a população dos estratos de renda mais baixos. É nesse ponto que a ideia, muitas vezes divulgada pela mídia, de que a doença e a crise provocadas pelo Coronavírus seriam “democráticas”, pode ser refutada. A partir dos dados divulgados recentemente pelos Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde, até 14 de junho de 2020, 55% das mortes causada pela doença são de pretos e pardos, enquanto o percentual de morte de brancos é de 37%. Além disso, a Baixada Fluminense é o território que mais sofre com a doença, sendo as cidades de Caxias e Nova Iguaçu aquelas que apresentam os números mais elevados de óbitos por Covid-19. De acordo com Ugo Gentilini e equipe (2020), aqueles que enfrentavam maiores obstáculos em termos de acesso a serviços de saúde, emprego formal, estabilidade financeira, condições mais dignas de alimentação e moradia estavam mais expostos às consequências da crise sanitária (p. 671).

Além do mais, é preciso dizer que, em 2018, apenas 43,4% da população brasileira tinha um rendimento proveniente de trabalho (IBGE, Rendimento de todas as fontes, 2018: 3). Em janeiro de 2020, a taxa de desocupação da população brasileira era de 11,2%. Ademais, estima-se que 54,45% dos empregos formais existentes no Brasil estão sob risco elevado ou muito elevado de automação até 2046. Soma-se a isso, a estimativa de que 17 milhões de postos de trabalho sejam destruídos por mês de isolamento no Brasil, e que, caso o isolamento seja mantido por três meses mais, haja uma redução de 21,6% no emprego total e uma elevação na taxa de desemprego a mais de 30% (Brancher, Magacho & Leão, 2020). O Secretário Geral da ONU, António Guterres, afirmou, em Assembleia das Nações, em setembro de 2018, que as mudanças no mundo do trabalho no século XXI exigem que os governos ao redor do mundo fortaleçam sua rede de proteção social, levando em conta a possibilidade de adotarem uma renda básica universal (p.687).

O artigo destaca diversos “efeitos colaterais” da utilização do *Lockdown* na economia. Discute o tema apropriando-se dos problemas sociais históricos debatidos dentro do campo sociológico: as relações de raça, de emprego e de vulnerabilidade social. Os excertos ainda enfatizam como a falta de proteção social já era percebida como um problema antes da crise econômica gerada pelo período pandêmico, intensificando-se na crise.

Ao resgatarmos a arena de disputa em torno do debate que instituiu a Auxílio Emergencial no Brasil, em meio a pandemia do Covid-19, precisamos compreender que as propostas eram diversas. O governo federal, através do Ministério da Economia, apresentava formalmente a proposta de uma renda de R\$ 200 (US\$ 40,16) para 38 milhões de trabalhadores informais e autônomos, no período de três meses, desde que já estivessem no Cadastro Único e não estivessem recebendo nenhum outro benefício social. No Congresso Nacional, as bancadas apresentaram diferentes projetos que variavam em torno do valor e do público, mas pressionavam o governo federal para não aprovar a proposta inicial (p. 681).

Apesar da amplitude histórica desse novo programa assistencial, há diversos problemas no âmbito de sua implementação. A estes problemas da implementação, somam-se ainda as dificuldades de acessibilidade digital como: uso do aplicativo, que exige familiaridade com a tecnologia, acesso à internet e posse de smartphones. Além disso, a falta de um canal de atendimento e orientação por telefone, ou mesmo on-line, dificultou a comunicação direta e de possíveis soluções simples de adequação do cadastro. A decisão de implementar o Auxílio Emergencial sem a articulação de estados e municípios, em uma perspectiva de pacto federativo e de descentralização das políticas públicas, também prejudicou ainda mais aqueles que necessitavam do benefício. Outro ponto importante observado no âmbito da implementação foi a ausência de esforços, em nível local, para a busca ativa das pessoas mais vulneráveis nos municípios (p. 683).

As problemáticas de execução e de implementação do Auxílio Emergencial no Brasil prejudicaram enormemente os cidadãos vulneráveis. As longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado, a demora no pagamento do Auxílio Emergencial, a instabilidade do site para cadastramento, a falta de recursos humanos no Centro de Referência de Assistência Social e a dificuldade de acessibilidade digital da população

pobre indicam obstáculos relativos à garantia da cidadania e do acesso ao direito à assistência em momento de crise sanitária, econômica e social. A partir do conhecimento dessas adversidades, os governos (em particular, os governos municipais) podem melhorar sua capacidade de gestão, seja diminuindo a burocracia para o recebimento do auxílio assistencial, seja suprimindo arbitrariedades e possíveis preconceitos dos profissionais da ponta com a população pobre atendida (p. 688).

O artigo demonstra os problemas na implementação do auxílio emergencial no Brasil ligados às dificuldades de acessibilidade digital por parte da população brasileira. Destaca, ao nível governamental, dois fatores: a crítica ao valor proposto pelo governo federal, R\$ 200 — alterado pelo congresso nacional — e a falta de articulação entre as esferas executivas (federal, estadual e municipal).

Importante salientar que o governo federal sempre se posicionou contrário tanto em relação ao valor aprovado para o auxílio quanto em relação à cobertura vigente de beneficiários, além do fato de o presidente da República ter manifestado, por diversas vezes, sua opinião sobre a não necessidade do isolamento social. O ministro da Economia afirmou, no dia 20 de maio de 2020, em coletiva de imprensa, que esse tipo de renda, se ampliada por mais três meses: “[...] aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos porque a vida está boa, está tudo tranquilo.” Essa frase atualiza imputações classificatórias e julgamentos morais dirigidos frequentemente aos beneficiários dos programas de transferência de renda ao redor do mundo. Esses enquadramentos estigmatizantes subentendidos — “preguiçosos”, “vagabundos” e que “mamam nas tetas do Estado” — já foram analisados por diversos autores em diferentes contextos (Small, Harding & Lamont, 2011; Lipsky, 1980; Hill & Hupe, 2003; Maynard-Moody, 2003; Dubois, 1999; Paugam & Duvoux, 2008; Marins, 2017; 2019a) (p. 685).

O excerto destaca atitudes do governo federal. Enquanto o presidente da República expressou, repetidamente, sua opinião contrária ao isolamento social — medida defendida pelas ciências biomédicas —, o ministro da economia demonstrou como aspectos morais ligados a estigmas dos termos como “preguiçosos” e “vagabundos” adentraram a discussão pandemia. Os julgamentos morais de caráter retórico, frequentemente atribuídos a beneficiários de programas de transferência de renda, era frequentemente utilizado, todavia foram renovadas as políticas de transferência de renda.

Tendo em vista a volatilidade dos governos e levando em consideração que vivenciamos um momento de mal-estar social (Foot Hardman, 2019), de abate social (Cohn, 2020) e de um Brasil em Colapso (Solano, 2019), essas organizações passam a discutir a possibilidade de implementação de uma política não apenas emergencial, mas contínua de renda básica (incondicional, universal e permanente) no pós-crise (p. 689).

Nesse excerto é colocado a proposição de renda básica como um possível mecanismo de política social pós-crise, não se retendo apenas ao momento emergencial, já que as realidades de vulnerabilidade eram presentes antes da pandemia e persistem.

Artigo 6 - Deglobalize Covid-19: the pandemic from an off-center perspective

Autores(as): Nicol A. Barria-Asenjo; Slavoj Žižek; Hernán Scholten; Gonzalo Salas; Alba Ximena Zambrano Constanzo; Jairo Gallo Acosta; Esteban Gómez Muzzio; Jamadier Uribe Muñoz.

Resumo Publicado: Após quase um ano desde que a Organização Mundial da Saúde declarou a Covid-19 como pandemia, este artigo propõe um olhar retrospectivo que procura refletir sua ampla diversidade. Neste sentido, ao investigar seu impacto recorrendo a pesquisas realizadas em várias áreas do globo, propõe-se um panorama que mostra a vasta complexidade do fenômeno. Por outro lado, procura rever muitas das análises e debates que foram propostos a partir do marco da filosofia política, e que se concentram quase exclusivamente no contexto europeu. Isto é para mostrar que os diagnósticos, modelos e conceitos sugeridos não podem ser aplicados sem crítica à situação de regiões como a América Latina, Ásia ou África. É neste sentido que se propõe “desglobalizar” a pandemia da Covid-19 e se convida a pensar sobre ela a partir de outro lugar.

Excertos destacados e analisados⁵⁴

As diferenças óbvias na forma como a pandemia afeta as diferentes classes também devem ser levadas em consideração. É fato que os pobres foram muito mais afetados do que os ricos, mas esse impacto não se reduz simplesmente a um maior risco de adoecer, mas também inclui os efeitos negativos das medidas implementadas por diferentes países para enfrentar a pandemia, como mostram alguns estudos (Bidisha, Mahmood & Hossain, 2021; Tavares & Betti, 2021; Bottan, Hoffmann & Vera-Cossio, 2020). Por outro lado, várias investigações dão conta do impacto da Covid-19 em determinados grupos étnicos, particularmente em negros e asiáticos (Marshall, 2020; Sze et al., 2020). Embora pesquisas específicas sobre indígenas latino-americanos² sejam escassas, alguns estudos mostram que a causa do impacto da Covid-19 na saúde dessa população se refere principalmente a causas econômicas (Economic Commission for Latin America and the Caribbean et al., 2020; Ocha, 2020). O gênero é também uma variável importante a ter em conta: não só as mulheres foram afetadas a níveis e aspectos diferentes dos homens (Chang, 2020; Chauhan, 2020; D’Annibale et al., 2020; Estrela et al., 2020), mas, a evidência internacional tem mostrado que há efeitos maciços da pandemia na disparidade do tempo dedicado ao trabalho de cuidado, com uma sobrecarga significativa para as mulheres: quarentenas e teletrabalho, ou no sentido contrário, desemprego, têm significado colocando várias atividades no espaço privado da casa, gerando uma crise de cuidado (Malherbe, 2020; Rodríguez-Bailón, 2020)³. Obviamente, as diferenças mencionadas também se estendem entre as próprias mulheres que estão em diferentes condições sociais, culturais e/ou econômicas, bem como em relação às pessoas transgênero e à comunidade não binária em geral (Woulfe e Wald 2020) (p. 970).

O artigo evidencia que a pandemia teve diferentes efeitos, considerando as classes sociais e grupos étnicos. Destacam como as diferenças econômica e a de gênero foram fatores que não deveriam ser negligenciados durante a pandemia.

Neste contexto, é ainda surpreendente que, até agora, as políticas implementadas tenham privilegiado um conjunto de medidas bastante verticais, nem sempre tendo em conta os diferentes pontos de vista que as populações representam. Uma parte importante destas medidas está associada ao controlo social, concedendo pouco ou nenhum espaço às iniciativas cidadãs, e claramente menos centradas na prevenção do contágio e das consequências derivadas dos bloqueios ou quarentenas (solidão social, desemprego, sobrecarga, para citar algumas) (p. 973).

O excerto acusa as medidas de isolamento como “verticais” (sem participação da

⁵⁴ Foi realizada uma tradução livre dos excertos analisados para uso exclusivo desta dissertação.

população), criticando a falta de inclusão dos cidadãos na elaboração das medidas de enfrentamento ao vírus. O artigo defende que uma política “horizontal” poderia ter resultados diferente.

Relativamente à saúde mental das crianças e adolescentes, o impacto da Covid-19 apresenta proporções muito superiores às inicialmente calculadas face ao confinamento forçado (Dagnino et al., 2020), à perda de relações e trocas sociais após o encerramento das escolas, que é uma das principais áreas de atenção à saúde mental da população infanto-juvenil (Golberstein, Wen & Miller, 2020), bem como ao forte impacto da pandemia na dinâmica familiar e stress laboral das suas figuras de vinculação (Guess oum et al., 2020; Wigg et al., 2020; Yeasmin et al., 2020). Além disso, é necessário considerar os casos de crianças que foram separadas de seus pais ou cuidadores significativos por terem sido infectadas pelo Covid-19, permanecendo sob os cuidados de organizações sociais ou instituições governamentais (Liu et al., 2020), uma vez que essas experiências são “eventos potencialmente traumáticos” (Mancini & Bonano, 2010) e foi documentado que 30% das crianças isoladas por quarentena em desastres de saúde pública apresentam critérios compatíveis com transtorno de estresse pós-traumático (Sprang & Silman, 2013) (p. 971).

— Em relação à saúde mental, hoje pode-se dizer, retrospectivamente, que a reação das pessoas no início da pandemia aparece como um pânico mais ou menos saudável e normal diante de uma ameaça: inicialmente, a atenção estava voltada para evitar o contágio e a preocupação com seus efeitos na psique foi relegada para segundo ou terceiro lugar. A verdade é que, a estas primeiras reações normais de adaptação a um contexto incerto e ameaçador, juntaram-se posteriormente os impactos do distanciamento social prolongado e outros efeitos associados à crise económica, cujas repercussões significativas no campo da saúde mental deveriam ter recebido assistência. Nesse sentido, embora a literatura sobre Covid-19 e saúde mental tenha proliferado globalmente e várias instituições tenham formado grupos de pesquisa e divulgação científica, a forma como as pessoas se relacionam com a epidemia é uma estranha mistura de elementos díspares. Apesar do crescente número de infecções, na maioria dos países a pandemia não é levada muito a sério: em algum sentido estranho, “a vida continua” (p. 973).

E se as vacinas não impedirem uma terceira onda, pode ter certeza que ela se concentrará na saúde mental, nas consequências psíquicas devastadoras do desaparecimento do que percebíamos como vida social normal. Portanto, embora a maioria das vacinas já tenha percebido sua eficácia e segurança, será necessário estar atento à persistência da crise mental (p. 974).

Os excertos destacam os impactos das medidas de *lockdown* na saúde mental como crianças separadas dos seus pais, devido infecções, e como essa situação foram potenciais eventos traumáticos. O confinamento forçado, a perda de interações sociais com o encerramento das escolas e o estresse familiar foram impactantes na saúde mental durante a pandemia. O artigo destaca que a crise mental poderia persistir e exigir mais atenção no futuro pós-pandêmico.

Por fim, uma última questão que interessa abordar aqui refere-se à possibilidade de aplicar, à escala mundial, esta diversidade de modelos e conceitos forjados pelos filósofos europeus. É verdade que na aula de 8 de abril de 1986 do seu curso não publicado “Sur Foucault: le pouvoir”, Deleuze analisa os desenvolvimentos foucaultianos sobre a biopolítica das populações, assimilando-os à questão do controle. Estas reflexões não foram incorporadas nas poucas intervenções sobre as sociedades de controle publicadas por filósofos de Deleuze e inspirados quase exclusivamente no panorama do velho continente ou dos países centrais. Como demonstrado em várias ocasiões ao longo deste artigo, acreditamos que o caso da pandemia demonstra claramente que não. Tal como as medidas de saúde, estes modelos podem ser pertinentes em determinados contextos, ou durante um determinado

período de tempo, mas são impossíveis de aplicar, ineficazes ou mesmo contraproducentes noutros contextos por diversas razões (geográficas, sociais, culturais, económicas, etc.). Como implementar o distanciamento social no caso de uma população vivendo em superlotação? Como sustentar um lockdown no quadro de uma comunidade que se sustenta na economia informal? Nessa perspectiva, pode ser necessário descentralizar e “desglobalizar” a Covid-19 ou, formulando de forma mais radical, considerá-la como uma pandemia “inglobalizável”: embora o vírus tenha se espalhado por todo o planeta, a forma como afeta as diversas populações e indivíduos é extremamente diversa (p. 978-979).

Deve-se notar que a desglobalização não significa que devemos nos limitar a analisar os diferentes países um a um e descrever a forma específica que a pandemia assumiu neles. A diferença de Hegel entre universalidade abstrata e concreta deve ser introduzida aqui. Quando falamos de uma pandemia global, tendemos a usar “pandemia” como uma noção universal neutra que se aplica a todos os países. No entanto, é claro que essa noção universal não é realmente neutra: ela secretamente privilegia a forma que a pandemia assumiu em alguns países selecionados (geralmente o Ocidente desenvolvido) - isso é o que Hegel chamou de “universalidade abstrata”. O que você precisa fazer é analisar as formas que a pandemia assumiu em diferentes partes do mundo em sua interação com ela. A forma da pandemia na Europa Ocidental, no Brasil, na China etc. não reflete apenas a particularidade daquela parte do mundo: essa particularidade surgiu por si mesma através da interação global. Por exemplo, as formas da pandemia nos países latino-americanos não podem ser entendidas sem analisar a forma como a América Latina está presa no capitalismo neoliberal, a forma como é vítima da exploração neocolonial. Essa rede concreta de interdependências é o que Hegel chamou de “universalidade concreta” (p.979).

O texto destaca a necessidade de abordar a pandemia de forma contextualizada, considerando as diferentes realidades e as interações de cada região, em vez de aplicar modelos de maneira universal e abstrata. Sob à luz de Hegel com os modelos de universo concreto e abstrato, o artigo destaca a parcialidade em considerar a pandemia um mal igual a todos os países, que diferem em aspectos sociais, culturais e econômicos, ressaltando a superlotação de cidades e trabalho informal como obstáculos para aplicação do isolamento. O uso de estrangeirismo, frequentemente referido nesta dissertação, “*lockdown*” demonstra como as influências internacionais podem ser importadas sem um olhar crítico sobre a realidade nacional.

Artigo 7 - AS IDEIAS VOLTARAM AO LUGAR? Temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital

Autores(as): Letícia Cesarino

Resumo Publicado: O artigo aborda como a inflexão populista-autoritária do neoliberalismo global tem ganhado tração no Brasil ao se friccionar com sua densidade histórica pós-colonial, marcada pela disjunção entre ideais liberais, igualitários e universalistas, e uma realidade social desigual e particularista. Volta-se especialmente à convergência infraestrutural entre neoliberalização e plataformização, que, ao consolidar uma temporalidade paradoxal de crise permanente, abre espaço para ressonâncias com “forças e poderes” que também operam de forma não linear, segundo a metafísica da desordem, como os diversos modos de nostalgia, milenarismo e tradicionalismo que acompanham a ascensão da direita radical pelo mundo. Argumento a partir de dois momentos do bolsonarismo: o messianismo populista nas eleições de 2018 e sua rotinização paradoxal enquanto governo parasítico na pandemia da Covid-19, que opera numa temporalidade de exceção. Sugere-se que, diante da deriva

oliberal do neoliberalismo contemporâneo, o bolsonarismo lança o Brasil à vanguarda, colocando as ideias “de volta no lugar”

Excertos destacados e analisados

Como resultado, o período da crise pandêmica no Brasil tem sido marcado por uma sucessão de medidas *ad hoc* desvincilhadas de qualquer fundamento técnico-científico coerente (Casarões; Magalhães, 2021). No lugar de medidas coordenadas de isolamento social, por exemplo, Bolsonaro inventou um “isolamento vertical” que responsabilizasse as famílias pela (impossível) proteção dos seus membros mais vulneráveis, como idosos e pessoas com comorbidades. Mesmo suas referências ao chamado tratamento precoce sempre foram ambíguas. Ao mesmo tempo em que fazia propaganda das caixas de cloroquina diretamente aos seus seguidores, ele os direcionava a recorrerem a seus médicos para a decisão. Quando fez o exame de Covid-19, se recusou durante vários dias a mostrar o resultado. Após inicialmente negar ou minimizar a vacina, passou a alegar que sempre a buscou. Afirmou que seria o último brasileiro a ser vacinado e, por fim, decretou sigilo sobre a informação. E os exemplos se sucedem num padrão bastante previsível (p.13).

Há, finalmente, um outro sentido em que a abordagem do presidente para a pandemia encontra forte ressonância com a configuração neoliberal de viés autoritário, no qual crise permanente e estado de exceção se tornam a regra. Muitas de suas falas, como de que os brasileiros devem enfrentar o vírus sem “mimimi” ou “frescura”, parecem buscar incutir na população disposições e afetos de estados de guerra (TV Brasil, 04/03/2021). Ou seja, os brasileiros, especialmente os mais vulneráveis, devem estar preparados para morrer, ou para verem seus familiares morrerem, se preciso for. A agência do vírus aparece aqui como um híbrido de força evolutiva, militarista e de mercado, que separa vencedores de perdedores numa luta pela existência cuja justiça é imanente e, em última instância, impenetrável. Em vez de um combate plasmado em intervenções amplas e planejadas, a luta contra o vírus torna-se, assim, uma guerrilha caótica, sem comando central, em que indivíduos e famílias devem desenvolver suas próprias estratégias de sobrevivência e, em última instância, a única agência capaz de mudar o rumo global das causalidades é a vontade inescrutável de Deus, energias positivas ou outras forças invisíveis que possam influenciar a imunidade e o processo de cura (p. 14).

Temos, aqui, uma confluência talvez única entre a naturalização da desigualdade e da luta pela existência do neoliberalismo de base spenceriana e o antagonismo amigo-inimigo em que se ancoram os populismos da direita radical, o punitivismo, o militarismo, vertentes dispensacionistas do cristianismo, e mesmo a estrutura básica de storytelling da indústria cultural de modo geral (Andrade, 2021; Comaroff; Comaroff, 2004; Connolly, 2017;). No contexto de crise aguda da pandemia, todos esses parecem se confundir numa metafísica vitalista na qual é esperado que apenas os mais aptos vençam ou sobrevivam – e não há nada que o Estado possa ou deva fazer para redistribuir a justiça biopolítica. Nas palavras do presidente, após lamentar a marca de 200 mil mortes: “temos que enfrentar isso daí”, pois “a vida continua” (p. 15).

O artigo traz uma crítica à conduta do governo federal, mais especificamente à retórica inconstante sobre o posicionamento de incentivo ou não às medidas de isolamento. Ressaltam a proposição de isolamento vertical, terceirizando a responsabilidade de contenção comunitária pelo Estado; a propaganda ao uso do medicamento cloroquina, sem comprovação de eficácia, e as posições transitórias em relação à vacina. Os excertos definem a atuação governamental como “caótica”, desprovida de planejamento e enraizada em ideias militaristas e punitivistas, banalizando a morte e defendendo a “sobrevivência do mais forte”.

Com efeito, essa atuação por delegação a partir de um pano de fundo de crise permanente, que pode parecer paradoxal na perspectiva da política tradicional, tem se mostrado uma forma eficaz de

defletir responsabilização pelos efeitos devastadores da pandemia. Mesmo com o acirramento das mortes, tanto de “CPF” quanto de “CNPJ”, persiste um patamar significativo de brasileiros que parecem incapazes de traçar qualquer causalidade à figura do presidente. Entretanto, aqui como na campanha de 2018, essa eficácia não advém apenas dos vieses infraestruturais da plataformização e de uma boa estratégia comunicacional. Para funcionarem, táticas precisam ganhar tração no substrato social existente. E, nesse sentido, o presidente-influenciador parece de fato encontrar fortes ressonâncias (Connolly, 2021) com o conjunto de seus seguidores: assim como parte da população brasileira pareceu nunca ter demonstrado a expectativa de uma política pública bem planejada, universalmente justa e que lhes oferecesse condições para sustentar medidas de contenção do vírus, como o isolamento social (Cesarino e Silva [2022]), Bolsonaro nunca cogitou tal plano de combate à pandemia (p. 13).

Ao utilizar o termo “presidente-influenciador” o artigo critica a figura do presidente que dificultou a aplicação de isolamento na realidade brasileira. O excerto destaca a falta de responsabilização do governo por parte da população sobre o aumento de mortes e empresas falindo, mais especificamente por parte dos “seguidores” da figura presidencial. Quando “CPF” e “CNPJ” morrem, morre também fontes de renda familiar, a pessoa que trazia o alimento ou a empresa que gerava renda.

Artigo 8 - Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional

Autores(as): Marta Maria Valeriano; Tania Ludmila Dias Tosta.

Resumo Publicado: Este artigo discute a intersecção de raça, gênero e classe na produção das desigualdades vividas por trabalhadoras domésticas no Brasil e como essas desigualdades se acirram em contexto de crise pandêmica. Com base em uma análise de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) e de entrevistas com trabalhadoras domésticas na região metropolitana de Goiânia, examinamos as desigualdades na relação trabalho e família, considerando aspectos relacionados às condições de trabalho, aos usos do tempo e aos arranjos domésticos. Os resultados indicam que a pandemia, precedida e intensificada por um duro contexto de recessão econômica e de ampliação de políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas, acentuou desigualdades historicamente estruturantes da ocupação. Esses elementos incidem sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas, reorganizando os arranjos domésticos e suas vivências temporais.

Excertos destacados e analisados

As trabalhadoras domésticas, que tornam possível a articulação trabalho e família em muitos lares brasileiros, foram historicamente estigmatizadas, suas reivindicações invisibilizadas e o seu trabalho não reconhecido socialmente. Com a pandemia e as necessárias medidas de distanciamento social para contenção do vírus, o trabalho doméstico foi colocado no centro do debate público, defendido por alguns segmentos e atores políticos como atividade essencial e que, portanto, não podia ser paralisada (Pizzinga 2021). Na medida em que esse debate se desenvolvia no sentido de não inclusão na lista de serviços essenciais, casos que denunciavam a extrema vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas vinham à tona. Poucas foram as trabalhadoras que puderam ficar em casa. Entre as formalizadas houve a recusa dos empregadores em oferecer isolamento remunerado; na informalidade, a grande maioria seguiu trabalhando (p. 413).

Desamparadas pelo governo e sem medidas legais específicas para tratar as múltiplas vulnerabilidades que lhes acometem: risco de contágio, desemprego, queda de renda, aumento do percentual de trabalhadoras na extrema pobreza e evasão escolar (Tokarski e Pinheiro 2021), as trabalhadoras domésticas tiveram acesso a duas medidas: uma que cobria as trabalhadoras

domésticas empregadas formalmente (25% da categoria) e outra exclusiva para trabalhadores(as) informais e desempregados(as) (p. 418).

O excerto traz os efeitos da pandemia para trabalhadoras domésticas, grupo historicamente marginalizado. Desprotegidas pela relação do trabalho com o patrão, que não permitiu isolamento remunerado, e pelo Estado, que não criou mecanismos para evitar o trabalho informal e o desemprego, as trabalhadoras domésticas foram expostas aos riscos da pandemia, obrigadas a não adotarem o isolamento social.

O governo de Bolsonaro amplia ainda mais essa agenda de flexibilização das relações trabalhistas e retirada de direitos. Nesse sentido, o que se observa no contexto de pandemia é a acentuação desses processos precarizantes já em curso. Sem um projeto de enfrentamento à pandemia e de medidas eficazes que visem a redução de seus impactos, observa-se um grave cenário de desemprego, informalidade e queda na renda das trabalhadoras. (p. 420).

A falta de creches e escolas, o aumento dos afazeres domésticos e a perda de rendimentos provocaram diferentes movimentos em torno dos arranjos domiciliares das trabalhadoras, que se acomodam conforme seus marcadores sociais, composição familiar e vínculo de trabalho. Esses movimentos, identificados a partir dos relatos das trabalhadoras entrevistadas, aparecem em suas falas como necessários e provisórios, constituindo-se em uma espécie de arranjo temporário, até a volta da “normalidade”, para que possam atravessar esse período de forma menos dura e se restabelecerem em um emprego (p. 419).

Em nível governamental, o texto ressalva como o impedimento de escolas e as creches foram penosos para as domésticas, além de demonstrar como políticas anteriores de precarização do trabalho foram agravadas durante o período de isolamento social.

Ressalta-se a importância de políticas públicas direcionadas às trabalhadoras domésticas, a exemplo da Argentina que instituiu a obrigatoriedade da licença remunerada para as trabalhadoras domésticas durante o isolamento social, além da efetivação da legislação trabalhista para a categoria. Por fim, destaca-se a necessidade de promoção de políticas que visem a socialização e a desgenerificação dos custos do cuidado, ou seja, que as atividades do cuidado, nunca tão requeridas quanto agora, possam ser compreendidas não como uma habilidade ou obrigação das mulheres, mas como uma atividade vital e direito de todas(os) (p. 420).

No excerto é colocado de forma clara a importância das políticas públicas articuladas para as trabalhadoras domésticas. Sem uma terceirização intelectual, para um debate futuro, em um único parágrafo o artigo sinaliza ações específicas para resolver o problema apresentado. Ainda, salientamos que diferentemente de outros excertos, as possíveis proposições não são só desenvolvidas de forma transversal durante o texto, tendo que ser interpretada pelo leitor.

Artigo 9 - Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?

Autores(as): Thays Monticelli

Resumo Publicado: O objetivo do artigo é analisar como as mulheres lidaram com o período de isolamento social, sem suas tradicionais redes de apoio no processo de conciliação entre “casa” e “trabalho”: trabalho doméstico remunerado, creches e escolas, arranjos familiares. Através de entrevistas semiestruturadas com mulheres pertencentes às classes médias, percebem-se poucas alterações nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho, aumentando a sobrecarga e, conseqüentemente, as desigualdades vivenciadas no período. Observa-se que, a partir dessa experiência, as instituições educacionais tomam um lugar privilegiado na percepção dessas mulheres, contrapondo com uma visão menos valorativa do trabalho doméstico remunerado. Para além disso, o Estado aparece diretamente conectado com a percepção de “caos” em suas vidas, trazendo novos pontos de compreensão sobre políticas públicas voltadas ao cuidado e ao âmbito doméstico.

Excertos destacados e analisados

As mulheres entrevistadas tiveram muitas dificuldades no compartilhamento das tarefas domésticas com os parceiros e filhos/as. Das 12 entrevistadas, cinco relataram que podiam contar, de forma igualitária, com a divisão das demandas da casa com seus companheiros. No entanto, essa divisão não significou que o casal teve mais tempo para se dedicar aos respectivos trabalhos ou até mesmo constituiu uma dinâmica menos intermitente entre o trabalho reprodutivo e o produtivo. Nas entrevistas surgiram relatos de casais que só conseguiam trabalhar depois que os filhos dormiam, tendo que passar a noite se dedicando aos seus trabalhos, somando uma rotina de mais de 18 horas de trabalho por dia. Em relação às entrevistas, outras sete mulheres disseram que não havia divisão das tarefas ou que conseguiam dividir minimamente com seus parceiros e filhos/as adolescentes, mas que elas ainda eram as principais responsáveis ou faziam os trabalhos mais pesados, dedicando mais tempo a essa dinâmica (p. 90).

Assim, essas narrativas consolidam as “previsões” de maior sobrecarga para as mulheres durante a pandemia, que para além de uma responsabilização maior pela demanda doméstica, ainda relataram desgastes em suas vidas conjugais para o estabelecimento de uma dinâmica menos cansativa (p. 91).

Nesse sentido, é aparente o quanto a realidade da pandemia foi consideravelmente estressante para essas mulheres, que estavam vivenciando, para além de uma sobrecarga de trabalho, o desafio de administrar de forma totalmente interposta, e por vezes simultaneamente, o trabalho reprodutivo e o produtivo. É importante lembrar que os estudos feministas e de gênero têm se debruçado, há anos, na desconstrução da dicotomia “público e privado”, demonstrando que o “lar” não pode ser compreendido apenas como lócus dos mais singelos e harmoniosos afetos (Zelizer, 2011). O “lar”, sobretudo para as mulheres, é igualmente o espaço de violências, trabalho e desigualdades (Aboim, 2012). Durante a quarentena, a ideia enrijecida dessa suposta dicotomia foi totalmente desfeita. As mulheres entrevistadas nessa pesquisa relataram que o período de isolamento social piorou suas saúdes físicas, mentais, seus momentos de lazer com a família, a relação conjugal e a vida sexual, proporcionalmente nessa sequência. Podemos dizer, assim, que a pandemia se caracteriza como momento dramático, de cansaços e desgastes intermitentes vivenciados pelas mulheres (p. 92).

Contudo, essa realidade não foi agente de “novas” percepções sobre o trabalho doméstico remunerado e as instituições educacionais. As mulheres entrevistadas passaram a relativizar as exigências com as tarefas domésticas, com padrões de limpeza de como deveriam estar suas casas, no momento em que passaram a fazê-las. No início da pandemia, algumas hipóteses foram levantadas em relação a essa proximidade, correlacionando-a com uma possível demissão em massa das trabalhadoras domésticas remuneradas, uma vez que as mulheres de classe média passariam a ver essa contratação como dispensável. De fato, essa pesquisa nos mostra justamente o contrário. O trabalho doméstico remunerado não se tornou dispensável, sendo um dos primeiros a serem flexibilizados, trazendo diversas vulnerabilidades para essas trabalhadoras. A proximidade com a casa tampouco trouxe “novas” percepções sobre esse trabalho em si, as exigências feitas para essas

trabalhadoras, a valorização de seus trabalhos e uma relação menos hierarquizada não foi estabelecida. Ao passo que as instituições educacionais, tais como creches e escolas, foram compreendidas como os verdadeiros apoios na vida cotidiana dessas mulheres, reafirmando uma ligação que a classe média tem com a política educacional (p. 101).

Nesses excertos é destacado como a política de isolamento social modificou a vida das mulheres, independentemente de sua classe social. A ideia de que “ficar em casa” era um sinônimo de segurança foi confrontada com problemas sociais como o machismo e a violência de gênero. O isolamento social realizado devido a um vírus intensificou um problema estrutural já estudo pela sociologia, o patriarcado, agravando a saúde física e mental das mulheres. O artigo ressalta que nesse contexto a rede de apoio foi prejudicada pela piora das relações familiares, dos momentos de lazer e da relação conjugal/sexual.

O Estado aparecia na narrativa dessas mulheres por meio dos questionamentos sobre o retorno às aulas, na vulnerabilidade das escolas públicas, na eficácia – ou não – do isolamento social enquanto política pública, como condicionantes que aprofundavam ansiedades, angústias, tristezas e medos, essas mulheres não suportavam ter que acompanhar o noticiário e traçar parâmetros de cuidado a partir da instabilidade política, mesmo as que ideologicamente acompanhavam o atual governo. Assim, durante o governo de Jair Bolsonaro, as mulheres não só estavam mais vulneráveis, como passaram a não contar com Estado para assegurar um isolamento social seguro, com decisões consolidadas sobre o processo educacional e para os próprios processos de flexibilizações em seus trabalhos, como foi percebido nas entrevistas realizadas. Isso significa dizer que essas mulheres conectavam diretamente o “caos” de suas vidas, com as insuficiências do Estado. E, talvez, o que essa pesquisa nos mostra é que essa percepção foi possibilitada através da experiência da quarentena, em casa, responsabilizando-se por diversas tarefas, sem poder delegar as demandas do âmbito doméstico (p. 99).

O que essa pesquisa traz como ponto instigante é a compreensão dessas desigualdades propiciadas pelas insuficiências do Estado. A classe média, por conseguir fazer os processos de delegação e conciliação por contratações de trabalhadoras domésticas, através da rede privada de ensino, solucionando essas questões de forma mais individualizada, foi barrada de seu acesso a essa estrutura pela política de isolamento social. Isso fez com que o “governo” estivesse na narrativa de quase todas as entrevistadas, conectando os aspectos de desigualdades de suas vidas cotidianas, com a ideia da necessidade de fazer políticas públicas relacionadas aos cuidados e ao âmbito doméstico, sem compreendê-las como destinadas somente às classes populares. Se a pandemia não trouxe novas práticas ou transformações em como se estruturam a lógica da divisão sexual do trabalho, ela pode trazer novas formas de pensar as políticas do âmbito doméstico e do cuidado (p. 102).

No artigo é evidenciada a relação entre governos e a classe média no contexto do isolamento, evidenciada pela crítica ao fechamento de escolas. A privação dos recursos como escola e trabalhadoras domésticas, adquiridas antes de forma individual pela classe média, provocou relatos de insatisfação pessoal como Estado. Assim, buscando antever o período pós-pandêmico, o artigo faz uma reflexão sobre como poderia ser modifica a percepção da relevância do estado pelas mulheres da classe média.

4.5 CONSIDERAÇÕES À ANÁLISE DOS RESULTADOS

Não há dúvidas de que a Ciência foi muito requisitada durante o período pandêmico. Entretanto, esse fato pode ser questionado quando analisamos somente a Sociologia publicada em periódicos A1. Atentemo-nos para o Quadro 3 (ele destaca a produção nos periódicos selecionados), o qual demonstra que apenas 19,5% dos artigos publicados no período de emergência sanitária citaram a pandemia.

Nos periódicos “Revista Brasileira de Ciências Sociais” e “Dados”, durante o período de emergência sanitária, o tema Covid-19 não chegou a representar 10% do total das publicações considerando-se esse mesmo extrato. Já os periódicos “Revista CRH”, “Estado e Sociedade” e “Sociologias” destacam-se com números mais significativos: 39,2%, 28,0% e 22,3%, respectivamente. O Quadro 3 (ele apresentou os periódicos e o número de artigos analisados) destaca que a “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, a “Sociologia & Antropologia” e a “Tempo Social” continham os maiores números de artigos publicados no período pesquisado, 122, 111 e 102, respectivamente. Todavia, na “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, a com maior número de publicações analisadas, apenas 6,5% das suas publicações mencionaram os termos selecionados. Ainda, ao sairmos o aspecto numérico (quantitativo) e observarmos os artigos válidos para a etapa qualitativa desta pesquisa, destacados no Quadro 5 (artigos analisados), os periódicos científicos que mais publicaram sobre o tema *isolamento social* — assunto central desta dissertação — foram: “Estado e Sociedade”, com 4 (quatro) artigos, seguido pelos “Caderno CRH” e “Civitas”, ambos com 2 (dois) artigos, e pelo o periódico Sociologias, que publicou 1 (um) artigo, totalizando 9 (nove) artigos analisados qualitativamente.

O reduzido número de artigos publicados (154), considerando um universo de 788 artigos, também pode ter sido influenciado pelo tempo “exíguo” da emergência sanitária, como demonstramos no Gráfico 7 (distribuição por ano das publicações). Todavia, mesmo considerando as dificuldades de realizar publicações “no calor do momento”, essas contribuições eram, em um momento de crise, extremamente necessárias. Logo, seria necessário, considerando a excepcionalidade do caso, que os periódicos sociológicos A1 pesquisados apresentassem (assumissem ou desenvolvessem) uma rotina de publicação mais ágil, a fim de contribuírem para a superação das dificuldades inerentes do período. Nesse sentido, atendendo à necessidade de haver respostas “rápidas”, na pesquisa qualitativa, destacou-se um caso específico. O quarto artigo analisado, “Repensando o espaço público em

tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de ‘A condição humana’”, publicado em 2020, foi uma pesquisa pouco baseada em dados empíricos — já que estes ainda eram escassos —, todavia, ancorando-se na teoria sociológica, realizou uma reflexão sobre as questões emergentes no período de isolamento social à luz da Ciência do Social.

Com o “afunilamento” dos termos pesquisados direcionando-os para a pesquisa sobre as políticas de cerceamento de movimentação, houve uma significativa diminuição do número de artigos. Na pesquisa foram analisados 788 artigos, 154 citavam a pandemia e apenas 75 citavam algum dos termos relativos ao isolamento social. Dos 75 artigos, apenas 9 (nove) debatiam o isolamento à luz da Sociologia, evidenciando a falta de debate técnico-científico sobre o tema dentro da “Ciência do Social”, ou seja, um tema que deveria, cremos, ser soberanamente atinente à essa disciplina.

Dos 9 (nove) artigos analisados na pesquisa qualitativa, somente dois apresentaram proposições específicas para melhorar a eficácia das medidas de *lockdown*. São eles o segundo artigo analisado, “Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero” e o oitavo artigo analisado, “Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional”). O segundo artigo, de modo muito breve, afirmou que seria crucial, para realização de políticas eficazes de proteção, haver mais mulheres nos espaços de tomada de decisão. Além disso, propôs a renovação automática de medidas protetivas entre as vítimas e seus agressores e a criação de delegacia *online* como alternativa durante o isolamento. Já o oitavo artigo, de forma mais significativa — um parágrafo —, destacou diversos pontos que precisavam ser alterados nas políticas de seguridade para trabalhadoras domésticas, enfatizando a importância da licença remunerada durante o isolamento social, além da efetivação da legislação trabalhista para a classe dessas trabalhadoras.

Chamamos a atenção para o fato de que nos artigos analisados, em sua maioria, destacaram-se uma tendência somente descritiva dos problemas, sem que houvesse reais proposições para a solução das adversidades apresentadas. Nos artigos analisados foram elencados diversos problemas, já pré-existent à pandemia, que foram intensificados pelas políticas de isolamento social, tais como os debates sobre gênero, raça, segregação urbana, desemprego, informalidade, desigualdade social, entre outros. Entretanto, ao buscarmos algum direcionamento, para contribuir efetivamente para que houvesse uma diminuição dos problemas ou mesmo avanços nas políticas públicas, deparamo-nos com uma considerável ausência. Por exemplo, o quinto artigo analisado, “Auxílio Emergencial em tempos de pandemia”, demonstra os diversos problemas na elaboração/aplicação do auxílio emergencial, porém, não propõe ações de forma direta como, cremos, deveria ser necessário.

Na “Sociologia” que se pesquisou, a mesma que no escopo da boa prática científica pretende-se (também) Ciência, houve apenas 2 (dois) artigos com direcionamentos técnico-científicos para uma efetiva contribuição na superação das adversidades geradas pelas políticas de isolamento social (aproximadamente 1,2% dos 154 artigos que mencionaram a Covid-19), matéria central desta pesquisa, posto que entendemos que o “isolamento social”, além de seus efeitos comprovadamente positivos à contenção da contaminação, também é, por suas óbvias características, um objeto que deveria estar no centro das preocupações dos pesquisadores sociólogos. Apenas um artigo pesquisado, o sexto artigo, “Deglobalize Covid-19: the pandemic from an off-center perspective”, não realizou críticas ao governo federal, em exercício, durante a pandemia da Covid-19. A escassez de proposições da Sociologia, ao mesmo tempo em que critica os responsáveis pela gerência do Estado, demonstra que a área já analisa, critica, debate e dá importância à administração pública, todavia, falta-lhe formular ou, ao menos, defender ações específicas.

CONCLUSÃO

A pandemia — mesmo pós-crise — apresenta-se como um objeto de pesquisa abstruso. A rápida disseminação do vírus SARS-CoV-2 apresentou uma série de desafios únicos para governos, instituições de saúde e cientistas. A globalização dos meios de transporte, conectando pessoas e mercados, em diferentes partes do mundo, gerou uma multiplicação de peculiaridades no enfrentamento ao vírus, devido à especificidade de cada continente, país e região que o vírus penetrou. A adesão às medidas de contenção, como *lockdown*, uso de máscaras e distanciamento social, variou significativamente entre países. Além disso, os fatores sociais influenciados por questões socioeconômicas se mostraram-se tema central na pandemia. No Brasil, por exemplo, onde a desigualdade de renda é acentuada, as medidas sanitárias levantaram uma questão difícil de ser respondida: o isolamento é uma “necessidade” ou um “luxo”? Um debate complexo, todavia, envolvendo uma gama de temas já estudados historicamente pela Sociologia, uma ciência com grandes contribuições sobre o problema da desigualdade social.

A complexidade da pandemia foi enorme na realidade brasileira, havendo particularidades vinculadas a diversos setores da sociedade; no Brasil (e não somente), todavia, destacou-se a uma verdadeira querela sobre legitimidade/não-legitimidade das contribuições científicas. Questões políticas e ideológicas se sobrepuseram à questão de saúde pública, criando um cenário de polarização em torno das medidas de contenção e, posteriormente, de vacinação. Foi nesse cenário de disputa que “a pandemia” reenfaticou a importância da ciência, materializando a valorização da ciência no desenvolvimento rápido de vacinas e no compartilhamento de dados sobre a efetividade das políticas de isolamento social.

Ao longo de todo o processo desta dissertação, baseados num referencial teórico da Sociologia do Conhecimento Científico e sobre questões atinentes ao próprio papel da Sociologia não apenas em meio a essa crise sanitária, mas principalmente, buscamos identificar conhecer, analisar e colocar em destaque, pelo menos em parte, a atuação da Sociologia como ciência durante a pandemia da Covid-19. Nosso ponto central, que perpassou todos os momentos da Dissertação, foi focado em suas contribuições perante as *políticas de isolamento social*.

Lembremos *que o problema de pesquisa* desta Dissertação ocupava-se em conhecer como a Sociologia – para além de dimensões menos técnicas ou mais militantes – empreendeu esforços, em termos técnicos-científico para tornar mais efetivo o *distanciamento social* ou

lockdown, proposto pelas Ciências Biomédicas, e por ela mesma defendido como uma medida a ser adotada, considerando-se o fato de que o isolamento de pessoas, a separação de grupos (e mesmo de famílias) do corrente, corriqueiro e costumeiro convívio certamente seria, (também) da competência de uma “Ciência da Sociedade. Entretanto, durante o período pandêmico, a Sociologia brasileira pesquisada parece não ter contribuído, segundo os dados apresentados, de maneira eficaz para que se lograsse maior êxito (eficácia) nas políticas de “contenção social”, embora a Ciência, de modo geral, colocou-se a favor da mesma. Isto fez com que nossa Hipótese Geral – A sociologia, mesmo sendo uma disciplina do conhecimento científico com expertise teórico-metodológica, não atuará junto às demais disciplinas para uma maior eficácia do distanciamento social durante a pandemia – fosse confirmada, haja vista que o número de efetivas proposições para políticas públicas referentes ao *lockdown* foi encontrado em apenas dois (2) artigos, em um universo pesquisado de 788 artigos publicados na área da Sociologia e Ciências Sociais. Notamos, assim, ancorando-se no número escasso de achados, que a Sociologia – aquela de caráter mais técnico-científico – pesquisada não fez proposições práticas, claras e efetivas para contribuir com as políticas públicas de isolamento social, mesmo que essa política sanitária tenha exercido um papel crucial para a diminuição do número de infectados e, conseqüentemente, de óbitos.

A publicação de artigos científicos, objeto de análise desta dissertação, tem suas peculiaridades. Uma delas é uma certa distância dos periódicos científicos do meio político-administrativo, ponto fundamental, que precisa ser enfatizado, para não cairmos em algumas “armadilhas” referentes aos nossos achados. Logo, é claro, e evidente, os/as limites/distancias existentes entre as políticas públicas e a produção de conhecimento científico publicado em periódicos. O presente “zelo” sobre as limitações do alcance da produção científica é prudente, porém não é justificatório. Não há como defender que a publicação científica, via periódicos de excelência (Qualis A1), são, ou poderiam ser, “insignificantes” em um momento de crise. Logo, a perspectiva de que a ciência seria uma “torre de marfim” um “círculo fechado”, uma “dinâmica” solipsista, ou mesmo uma “bolha intelectual” foram confrontadas com o surgimento da Covid-19 e a valorização da ciência no debate público – de certo modo fez com que a ciência tivesse que mostrar publicamente a sua face. Isto leva a crer que nenhuma ciência poderia/deveria ficar “alheia” à doença e seus múltiplos efeitos. A Sociologia brasileira pesquisada *somente citou* a pandemia em apenas 19,5% da sua publicação, investigada número preocupante para um momento de crise. Lembremos que estávamos em um período de *anomalia social* de dimensão global.

Como demonstrado no Capítulo de Análise, a tendência, considerando a porcentagem de artigos publicados nos primeiros meses de 2022, 11,7%, era que naquele ano as publicações referentes ao tema Covid-19 aumentassem, porém, essa contribuição seria fora do tempo oportuno, “tarde demais”. Tarde para a ciência? Não, a ciência está sempre em desenvolvimento, logo, novas visões pós-crise são necessárias e bem-vindas. Todavia, sim, uma resposta tardia para as necessidades iminentes presentes durante o período de crise. Era necessário que os diversos obstáculos — como os demonstrados no primeiro capítulo desta dissertação — fossem denunciadas em âmbito científico e que proposições sociológicas fossem dadas à sociedade de forma mais expressiva.

A Sociologia pesquisada não realizou números significativos de proposições. Entretanto, se olharmos para a segunda questão norteadora desta pesquisa, que abrangia os esforços teóricos que contribuíssem para o entendimento da crise e compará-la com os resultados da análise qualitativa, perceberemos que foram realizadas algumas contribuições, à luz da teoria sociológica, às peculiaridades da pandemia. De forma mais significativa, as contribuições da mesma sobre segregação urbana e racial. Também os debates sobre violência de gênero, enfatizando o aumento dos números de agressões contra mulheres no lugar que deveria ser “sinônimo” de segurança, suas residências. A economia e as relações de trabalho também se fizeram presentes nas contribuições sociológicas, ao criticar a falta de proteção social no trabalho de grupos periféricos. Artigos significativos em seu conteúdo, porém, analisando-os considerando o panorama geral dos periódicos pesquisados, tornam-se a exceção e não a regra.

A partir do elencando, fica mais clara a importância da nossa escolha por uma metodologia mista de pesquisa – quantitativa/qualitativa. Se analisássemos apenas os nove (9) artigos, utilizando para a seleção apenas a busca por títulos, palavras-chaves e resumos, não teríamos um dado abrangente para comparar a “quantidade” com a “qualidade”. Seria um trabalho dignamente científico, metodologicamente válido, porém, não iria expor de forma tão acentuada a atuação da Sociologia na pandemia. A combinação de métodos e a triangulação de dados tornou-se um esforço metodológico para a obtenção de resultados mais “completos” — no melhor sentido epistemológico do termo, considerando os apontamentos contemporâneo pós-positivista.

Ainda considerando as contribuições teóricas pesquisadas, destacou-se uma tendência somente “descritiva” do problema, sem haver reais proposições para a solução dos problemas apresentados. Foram elencadas diversas demandas sociais, já existentes e estudadas pela Sociologia há décadas, ou seja, pré-pandemia, todavia, intensificadas pelas políticas de

isolamento social. Mesmo com o fato desses temas (como gênero, raça, segregação urbana, desemprego, informalidade, desigualdade social, entre outros) serem conhecidos, isto é; todos interligados direta ou indiretamente com os problemas sociais já historicamente pesquisados na Sociologia, não houve número significativo de direcionamentos ou proposições de políticas públicas. Salientamos, ainda, que, infelizmente, essas proposições não são comumente realizadas na praxe sociológica.

A Sociologia, comumente, deixa as possíveis proposições de forma *transversal* em seus escritos, sem preocupar-se em desenvolver alguns parágrafos para dar luz a, ou mesmo propor, possíveis proposições efetivas. Essa característica dificulta a elaboração de possíveis políticas públicas, pertinentes para a superação dos problemas por ela analisados. Logo, os possíveis “remédios” não são elaborados e, posteriormente, debatidos e desenvolvidos. A Sociologia prefere “codificar” sua produção em vez de traduzi-la. Em outras palavras, para a elaboração de possíveis proposições, quem busca a Ciência do Social precisa: ler, interpretar e quase que deduzir possíveis soluções para os problemas apresentados.

Dando sequência à verificação dos temas debatidos pela Sociologia, verificamos que o assunto mais exposto nos artigos analisados foi as ações e posicionamentos do Governo Federal vigente à época. Os efeitos do governo Bolsonaro na gestão da pandemia da Covid-19 foi objeto de intenso debate e críticas desde o início da crise sanitária. O Brasil, assim como muitos outros países, enfrentou um desafio sem precedentes ao lidar com a propagação do coronavírus, mas a resposta do governo brasileiro foi controversa e polarizadora, questionando a eficácia das medidas, como o distanciamento social e o uso de máscaras. Essa postura negacionista e cética em relação à ciência teve um impacto significativo no comportamento de parte da população. Entretanto, essa polarização abriu espaço para um debate mais aprofundado sobre a importância da ciência, culminando em uma valorização da mesma.

Intrigantemente a Sociologia pesquisada, pouco propositiva, dá grande ênfase para o setor responsável por executar as políticas públicas, os governos e o Estado. A escassez de proposições da Sociologia, ao mesmo tempo em que critica os responsáveis pela gerência do Estado, é um fato curioso. A Sociologia, ao mesmo tempo em que parece se distanciar da Administração Pública, aproxima-se ao realizar diversos diagnósticos sobre essa administração. Todavia, falta-lhe formular de forma técnico-científica, ou ao menos defender, proposições já elaboradas. Em outras palavras, utilizando os termos subsequentes no melhor sentido epistemológico, a Sociologia necessita afastar-se da esfera *somente* “crítica” e aproximar-se da efetiva “prática” administrativa a partir de proposições técnicas.

Há limites na atuação técnico-científica da Sociologia. Ela, em si, não consegue garantir a eficácia de uma medida sanitária por meio de artigos científicos. Entretanto, é a partir de suas pesquisas científicas, “materializadas” em artigos, que é possível conhecer profundamente os problemas sociais. Logo, a Sociologia tem o potencial de demonstrar os caminhos para a resolução dos problemas sociais. Esses direcionamentos podem se tornar objetivos de políticas e programas públicos. Essa “nova” ação técnico-científica sociológica auxiliaria na garantia da eficácia dos programas sociais. Sabemos que esse fenômeno, de certa forma, já ocorre. Todavia, há ainda um *gap* — como demonstramos nesta dissertação — que é de responsabilidade da Sociologia e precisa ser preenchido.

A Sociologia, como toda ciência, deve ter limites metodológicos de cientificidade firmes e claros. Entretanto, as delimitações inerentes da cientificidade não podem gerar um suposto “receio”, em que o ato de empreender contribuições sociológicas mais ágeis é cerceado pela dificuldade de realizar de ciência “no calor do momento”. É necessário que haja uma ponderação dos riscos de realizar produção “imediatista”, porém, esse fato, em momentos de crise, não pode resultar em inação científica. Como afirmamos nesta Dissertação, a Sociologia, quando não assume um papel proativo, torna-se pouco útil frente às necessidades da sociedade – Assumir apenas um papel militante, sem as devidas produções e direcionamentos para mudanças, não é suficiente! Em outras palavras, com termos mais populares, no que tangem às questões científicas, a Sociologia não pode se tornar “engenheira de obra pronta”.

Como enfatizamos, propositalmente, nos primeiros parágrafos desta conclusão, os objetos da Sociologia são complexos. Questões morais, éticas, valorativas, ideológicas e políticas influenciam no objeto de estudo sociológico, tornando-o peculiarmente mais dinâmico que os de outras ciências, porém, essa complexidade não é um aspecto novo na Sociologia, foram escritos “rios de tintas” sobre essas problemáticas. Os sociólogos “navegam” nesse oceano de complexidades e buscam entender como elas moldam a sociedade desde seus primórdios. Afirmamos e reconhecemos a dificuldade de produzir conhecimento científico, ainda mais em um momento em que havia a necessidade de ficar “distante” do meio pesquisado. Contudo, como demonstramos na nossa análise qualitativa, esse empenho foi realizado com a elaboração de algumas respostas ágeis e significativas. Logo, “tempo”, “limites metodológicos”, “complexidade do tema” etc., foram fatores dificultantes, porém não impossibilitante.

O principal ponto que afirmamos aqui é que, apesar dos problemas epistemológicos da ciência, a Sociologia é uma ciência relevante que pode, de maneira mais significativa, afirmar sua legitimidade para entender, diagnosticar e propor medidas efetivas para a superação dos

problemas sociais. Não realizamos esta dissertação com intuito de realizar uma “denúncia” contra a Sociologia, e sim propor novas formas de produzir conhecimento sobre o social e seus problemas. Uma ciência só tem legitimidade quando delimita sua função social (de forma clara), tornando-se socialmente relevante para o meio em que está inserida, gerando contribuições empírico-teóricas. O papel do sociólogo, na contribuição teórica para a execução de políticas, é extremamente necessário em períodos de crises, como na pandemia da Covid-19, mas também fora das crises.

A Sociologia tem um potencial, pouco explorado, de demonstrar diversos caminhos para a transformação social. A distância entre o ato de pesquisar os problemas sociais das medidas que podem garantir que esse problema seja resolvido é injustificável.

É necessário, também, em análises futuras, uma pesquisa mais aprofundada sobre as dinâmicas burocráticas editoriais dos periódicos científicos sociológicos, buscando de forma mais direcionada analisar a dinâmica entre a “função” social-científica desses e suas efetivas práticas. Como demonstrado nessa pesquisa ficou evidenciado uma separação em demasia desses periódicos com a pandemia, problema extremamente relevante.

Realizamos uma pesquisa da Sociologia “na” crise, quando houve uma valorização da ciência e uma necessidade dela explicar os novos fenômenos emergentes do período. A pesquisa demonstrou certa “inércia” da Ciência do Social. O Brasil enfrentou desafios significativos em sua resposta à pandemia, e os impactos sociais dessa crise continuarão a ser analisados e debatidos por muitos anos. É essencial que a Sociologia de forma geral, mas de modo especial seus periódicos, compreenda sua importância para conceder melhores respostas em futuras crises sanitárias.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. **Uberização: uma era do trabalhador na hora certa?** *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>, 2020. Acesso em: 08 abr. 2023.
- AGGER, B. **Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their Sociological Relevance.** *Annual Review of Sociology*, v. 17, p. 105–31.1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2083337>
- ALEXANDER, J. C. **A Importância dos Clássicos.** In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje.* São Paulo: Editora UNESP, p. 23-81. 1999.
- AQUINO, E. M. L. *et al.* **Medidas de Distanciamento Social no Controle da Pandemia de Covid-19: Potenciais Impactos e Desafios no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25 (Supl.1), p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- BENAVIDES-ROSETO, M. F. **COVID-19 y la Pandemia Global Causada por un Nuevo Coronavirus.** *Univ. Salud, Pasto*, v. 22, n. 3, supl. 1, p. 299-314, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22267/rus.202203.203>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- BERGER, P. L. **Whatever Happened to Sociology?** *First Things*. 2002. Disponível em: <https://www.firstthings.com/article/2002/10/whatever-happened-to-sociology>
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: Tratado da Sociologia do Conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLOOR, D. **Wittgenstein and Mannheim on the Sociology of Mathematics.** *Studies in the History and Philosophy of Science*, v. 4, n. 2, p. 173-191. 1973.
- BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia Básica.** 2.ed. São Paulo, Santos. 2010.
- BOUDON, R. **A Sociologia como Ciência.** Tradução de Francisco de Morás. Petrópolis, RJ: Vozes. 2016. ISBN 978-85-326-5234-8.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand. 1989.
- BRASIL. **Boletim Epidemiológico Especial - COE-COVID-19 - 15.** Semana Epidemiológica 19. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2020/boletim-epidemiologico-covid-19-no-15.pdf/view>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- BRASIL. **Boletim Epidemiológico Especial - COE-COVID-19 - 16.** Semana Epidemiológica 21. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/covid-19/2020/boletim-epidemiologico-covid-19-no-16.pdf/view>. Acesso em: 8 abr. 2023.

epidemiologicos/covid-19/2020/boletim-epidemiologico-covid-19-no-16.pdf/view . Acesso em: 8 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Diário Oficial da União, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 8 abr. 2023.

BRASIL. **Painel do Coronavírus**: Banco de dados. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BURAWOY, M. **Por uma Sociologia Pública**. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n. 25, p. 9-50. 2006. ISSN 0104-8015

BURGOS, M. T. B. **Segregação Urbana e Segregação Institucional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14. Anais... Rio de Janeiro: CBS, 2009.

CARVALHO, I. M. M. **Segregação, Vulnerabilidade e Desigualdades Sociais e Urbanas**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 270-286. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892020000200270&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2021.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, R. B. **Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública**. Salvador: ANPAD. 2006.

COHN, G. **Sociologia: Como entender um mundo movediço**. Outras Palavras. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/sociologia-como-entender-um-mundo-movedico/>

COLE, S. **Introduction: What's Wrong with Sociology?** Sociological Forum, Special Issue: What's Wrong with Sociology? v. 9, n. 2, p. 129-31. 1994. DOI: 10.1007/bf01476358.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Auguste Comte; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Disponível em: https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/colecao_os_pensadores_auguste_comte_-_obra_e_vida.pdf

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020**. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Brasília: Ministério da Saúde,

Conselho Nacional de Saúde, 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 28 jun. 2021.

COSTA, A. F. **Será a Sociologia Profissionalizável?** In: GONÇALVES, C. M.; RODRIGUES, E.; AZEVEDO, N. *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, p. 35-58. 2004.

COSTA, E. G.; RODRIGUES, L. P. **Impacto da Pandemia de Covid-19 ao Sistema Social e seus Subsistemas:** reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 56, p. 302-335, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-102859>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CUPANI, A. **Sobre a Ciência: Estudos de filosofia da ciência**. Florianópolis: UFSC, 2018.

DA SILVA, L. L. S., et al. **Social distancing measures in the fight against covid-19 in brazil:** Description and epidemiological analysis by state. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(9), 1–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>.

DAVIS, J. A. **What's Wrong with Sociology?** *Sociological Forum*, Special Issue: What's Wrong with Sociology? v. 9, n. 2. p. 179-197. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/685041>

DICKENS, B. L., et al. **Institutional, not home-based, isolation could contain the COVID-19 outbreak.** *The Lancet*, 395(10236), 1541–1542. 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31016-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31016-3).

DUARTE, M. Q. *et al.* **COVID-19 e os Impactos na Saúde Mental: uma Amostra do Rio Grande do Sul.** *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>. Acesso em: 28 jun. 2021.

DURÃES, B. R. **Do trabalho informal tradicional ao uberizado: história, inovação e pandemia.** *Revista NAU Social*, v. 11, n. 21, p. 361-375, 2021.

FERNANDES, N. **Quanto o COVID-19 abalará a economia mundial?** *Revista Amazônia* 81, v. 15, n 79, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/revistaamazonia/docs/amazonia81>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA, L. E. O. **Social Distancing and Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 Transmission:** A case study from Araraquara, São Paulo, Brazil. *Journal of the Brazilian Society of Tropical Medicine*, v. 54, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0037-8682-0197-2021>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: <https://gambiarre.files.wordpress.com/2011/01/foucault-nascimento-da-biopolc3adtica1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FOUREZ, G. **A Construção das Ciências:** Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995. ISBN 8571390835.

FREITAS, M. C. S.; PENNA, P. G. L. **Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Rev. Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/tes.v8iSuplemento.18903>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FRIGERI, M.; MONTEIRO, M. S. A. **Qualis Periódicos: indicador da Política científica no Brasil?** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 19, n. 37, p. 299-315. 2014.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Para Abrir as Ciências Sociais**. Revisão Maria de Lourdes de Almeida, Eliana Martins. São Paulo, SP: Editoria Cortez. 1996.

GALSTER, C.; KILLEN, S. **The Geography of Metropolitan Opportunity: a reconnaissance and conceptual framework**. Housing Policy Debate, v. 6, n. 1, p. 7-43, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10511482.1995.9521180>. Acesso em: 8 abr. 2023.

GHANI, A. C. *et al.* **Methods for Estimating the Case Fatality Ratio for a Novel, Emerging Infectious Disease**. American journal of epidemiology, v. 162, n. 5, p. 479-486, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/aje/kwi23>. Acesso em: 8 abr. 2023.

GHS. **Global Health Security Index**: Banco de dados. Disponível em: <https://www.ghsindex.org/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora UNESP. 1999. ISBN 85-7139-261-7.

GILLESPIE, T. **The relevance of algorithms**. A relevância dos algoritmos - Tradução por Amanda Jurno mediante autorização do autor e da editora. Revisão: Carlos d'Andréa. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5971548/mod_resource/content/1/722-2195-1-PB.pdf

GIORDANO, P. **Coronavírus, a Linha Temporal que Foi Negligenciada, por Paolo Giordano**. Literatura Italiana Traduzida, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/209568/GIORDANO%20Paolo.%20DEGANI%20Francisco.%20Coronavi%CC%81rus%20a%20linha%20temporal%20que%20foi%20negligenciada.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GLUSZEVICZ, A. C.; MARTINS, S. **Conceito De Centralidade Urbana: Estudo no Município de Pelotas, RS**. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: A DINÂMICA DAS CIDADES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, 2. Anais SEURB, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/gluszevicz-ana-cristina.pdf Acesso em: 28 jun. 2022.

GOES, G. S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. A. S. **Trabalho Remoto no Brasil em 2020 sob a Pandemia do Covid-19: quem, quantos e onde estão?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 52, nota de conjuntura, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210714_nota_trabalho_remot_o.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022.

HARARI, Y. N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM. 2017.

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, (5), 7–41. Recuperado de (2009) <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HILÁRIO, C. M. *et al.* **A contribuição de Robert Merton e Thomas Kuhn para a visão auto-organizada da colaboração científica: um estudo metateórico.** Informação & Informação, v. 23, n. 3, p. 17-37, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/108419>. Acesso em: 08 jun. 2020.

HONNETH, A. **Teoria Crítica.** In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, p. 503-552. 1999.

HORKHEIMER, M. **Eclipse of Reason.** New York: Seabury Press. 1974.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialectic of Enlightenment.** New York: Seabury Press. 1969.

HOUVESSOU, G.; SOUZA, T.; SILVEIRA, M. **Medidas de Contenção de Tipo Lockdown para Prevenção e Controle da COVID-19: estudo ecológico descritivo, com dados da África do Sul, Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Itália e Nova Zelândia, fevereiro a agosto de 2020.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/ress/2021.v30n1/e2020513>. Acesso em: 03 fev. 2022.

HUSSERL, E. **Die Krisis Der Europäischen Wissenschaften Und Die Transzendente Phänomenologie.** Holanda: Martinus Nijhoff, The Hague. 1954.

ILO. **Contagion or starvation, the dilemma facing informal workers during the COVID-19 pandemic.** ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_744005/lang--en/index.htm. Acesso em: 8 abr. 2023.

KNORR-CETINA, K.; MULKAY, M. **Science Observed.** London: Sage. 1983.

KRÜGER, E. **Contágio versus Condição Climática: análise correlacional entre casos e fatalidades pela COVID-19 em capitais brasileiras.** In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIADO AMBIENTE CONSTRUÍDO. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2020.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACERDA, M.; RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. **Ciência, pandemia e lockdown: o lugar vago da Sociologia.** Simbiótica, ed. esp., v. 8, n. 3, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i3.36811>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMO, E.; GONZÁLEZ, J. M.; TORRES, C. **La sociología del conocimiento y de la ciencia.** Madrid: Alianza Editorial, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em Ação.** São Paulo: UNESP, 2012.

LEAL, J. **Máscaras Covid-19 e Outras Máscaras**. Registros de Pesquisa, Rio de Janeiro, 11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp8>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LENOIR, T. **Instituindo a Ciência**. A Produção Cultural das Disciplinas Científicas. Tradução Alessandro Zir. Editora UNISINOS. 2004. ISBN 85-7431-223-1.

LIEDKE FILHO, E. D. **A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios**. Dossiê Sociologia na (en) América Latina, ALAS. Sociologias, v. 14. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014>

LITTLE, D. **Objectivity, Truth and Method: A Philosopher's Perspective on the Social Sciences**. Anthropology News, v. 36, p. 42-43. 1995. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/an.1995.36.8.42>

LOPES, J.; SILVA, I.; SILVA, V. R. **Impacto do Confinamento em Doentes com Esquizofrenia Durante a Pandemia de COVID-19**. Gazeta Médica, n. 3, v. 8. 2021. Disponível em: <https://www.gazetamedica.pt/index.php/gazeta/article/view/430/328>. Acesso em: 20 set. 2022.

LYND, R. **Knowledge for What? The Place of Social Sciences in American Culture**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1939.

MAGALHAES, R. C. S. **Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais**. Hist. cienc. saúde, Manguinhos, n. 28, v. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>. Acesso em: 25 maio 2022.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MARICATO, E. **Planejamento Urbano No Brasil**. Cadernos IPP UR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1-2, p. 113-130, 1997. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/cadernos-ippur.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARINS, M. T. *et al.* **Auxílio Emergencial em Tempos de Pandemia**. Soc. Estado. v. 36, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MATTEDI, M. A. **Sociologia e Conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento**. Editora Argos. 2006. ISBN 85-98981-57-5.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo - do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010. Disponível em: <http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/historia-das-agriculturas-no-mundo-mazoyer-e-roudart.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MERTON, R. K. **Science, Technology and Society in Seventeenth Century England**. New York, N. Y: Harper & Row, Publishers, Inc. 1970.

MILLS, C. Wright. (1959). *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press.

MONIZ, J. B. **Covid-19 Em Portugal: A Liberdade Religiosa na Era Secular**. Forum Sociológico, v. 39, p. 9-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.9832>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. [S.I.]: 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

MUELLER, J. **War, Presidents and Public Opinion**. New York: John Wiley. 1973.

OLIVA, A. **O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica**. In: PORTOCARRERO, V. (Org). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Orientações para a aplicação de medidas de saúde pública não farmacológicas a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade no contexto da COVID-19**. OPAS/IMS/FPL/COVID-19. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53194/OPASIMSFPLCOVID19200021_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em 06 abril. 2023.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Medidas Não Farmacológicas de Saúde Pública para Mitigação do Risco e Impacto de Epidemias e Pandemias de Influenza**. [S.I.]: OPAS, 2020a. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52044>. Acesso em: 24 jun. 2022.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **OMS Afirma que COVID-19 é Agora Caracterizada como Pandemia**. OPAS, 2020c. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lis-47063>. Acesso em: 24 jun. 2022.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Reorganização e Expansão Progressiva dos Serviços de Saúde para Resposta à Pandemia de COVID-19**. Versão 1.0. [S.I.]: OPAS, 2020b. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52068/OPASBRACOV1920030_por.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 24 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**: Banco de dados. Disponível em: <https://covid19.who.int/table/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

OSTERMANN, F. **A Epistemologia de Kuhn**. Cad. Cat. Ens. Fis., v.13, n.3, p.184-196. 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5166082.pdf>

OUR WORLD IN DATA. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

- PASSOS, L. *et al.* **Impact on Mental Health due to Covid-19 Pandemic**: cross-sectional study in Portugal and Brazil. *Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32957702/>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- PELOTAS. **Decreto nº 6.378, de 5 de Março de 2021**. Pelotas, Diário Oficial de Pelotas, 2021. Disponível em: <http://leismunicipa.is/luhyv>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- PENTEADO, C. S. G.; CASTRO, M. A. S. **COVID-19 effects on municipal solid waste management: What can effectively be done in the Brazilian scenario?** *Resources, Conservation and Recycling*. 164, 105152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.105152>.
- PHELAN, A. L.; KATZ, R.; GOSTIN, L. O. **The Novel Coronavirus Originating in Wuhan, China**: Challenges for Global Health Governance. *JAMA - Journal of the American Medical Association*, 323(8), 709–710, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.2020.1097>.
- POPPER, K. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, SP: Editora Pensamento-Cultrix LTDA. 1972. Disponível em: [https://www.ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/POPPER,%20K.%20\(1972\)%20A%20l%C3%B3gica%20da%20pesquisa%20cient%C3%ADfica.pdf](https://www.ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/POPPER,%20K.%20(1972)%20A%20l%C3%B3gica%20da%20pesquisa%20cient%C3%ADfica.pdf)
- POPPER, K. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.
- RAMOS, A. G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995. ISBN 85-7108-128-X
- RHOADES, L. (1981). **A History of the American Sociological Association, 1905–1980**. Washington, DC: American Sociological Association. "Apathetic, Active, or Antagonistic": A History of the American Sociological Association's Involvement in High School Sociology on JSTOR
- RODRIGUES, L. P. **A controvérsia científica em torno da cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19**: a importância dos estudos sociais da ciência na sociedade complexa. Edição Especial sobre Covid-19. *Simbiótica Revista Eletrônica*, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i1.30988>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- RODRIGUES, L. P. **Introdução à Sociologia do Conhecimento**, da Ciência e do Conhecimento Científico. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- RODRIGUES, L. P.; MENDONÇA, D. **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: Pós-Fundacionismo, Abordagem Sistêmica e as Organizações Sociais**. Porto Alegre: EDIPUC, 2006.
- RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M. **A Sociologia de Niklas Luhmann**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M.; ANJOS, J. C. **A Contribuição da Sociologia à Compreensão de uma Epistemologia Complexa da Ciência Contemporânea**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n.41, p. 24-53. 2016.

ROSA, C. A. de P. **História da ciência: a ciência moderna.** 2ª ed. Brasília: FUNAG, 3 v. 2012. ISBN: 978-85-7631-394-6. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1020-Historia_da_Ciencia_-_Vol.II_Tomo_I_-_A_Ciencia_Moderna.pdf

ROSER, M. et al. **World Population Growth.** Published online at OurWorldInData.org. 2013. Disponível em: <https://ourworldindata.org/world-population-growth>

ROSSI, T. R. A. *et al.* **A Resposta da Coreia do Sul à Pandemia de COVID-19: lições aprendidas e recomendações a gestores.** Cad. Saúde Pública, n. 38, v. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00118621>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTOS-PINTO, C. B.; MIRANDA, E. S.; OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. O “**Kit-Covid**” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-5, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/KbTcQRMDhjHSt7PgdlLNJyg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SEGATA, J.; MASTRANGELO, A. **As Biosseguranças e suas Antropologias.** Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 7-25, 2020.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021).** Relatório Final. Brasília, Distrito Federal. 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>.

SHANKAR, A., et al. **Cancer care delivery challenges amidst coronavirus disease -19 (covid19) outbreak:** Specific precautions for cancer patients and cancer care providers to prevent spread. Asian Pacific Journal of Cancer Prevention, 21(3), 569–573; 2020. DOI: <https://doi.org/10.31557/APJCP.2020.21.3.569>.

SILVA, L.; BELMONT, Y. “**Na medida do impossível**”: Covid-19 e o cotidiano em uma periferia fluminense. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, p. 501-511, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40558>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, M. J. S.; SCHRAIBER, L.B; MOTA, A. **O conceito de saúde na Saúde Coletiva:** contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, e290102??? 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/physis/2019.v29n1/e290102/pt>

SILVA, S. M. **Fatores de virulência microbianos e terapias emergentes.** Vol. 3: Vírus. São José dos Pinhais: Latin American, 2022. Disponível em: <https://latinamericanpublicacoes.com.br/assets/ebooks/vCeX473P0HhuLz7VcD0K62k69mT8yB59.pdf> Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVEIRA, S. A. **Governo dos algoritmos.** Revista de Políticas Públicas. v. 21, n. 1, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v21n1p267-281>.

SINGLETON JUNIOR, R. A. **Is Sociology a Science?** A Classroom Exercise for Promoting Discussion. San Francisco: American Sociological Association. 2005.

SIQUEIRA, C. A. S. **Pandemia por COVID-19 no Brasil e Espanha:** tendências, fatores políticos e contextuais. 2021. 144f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45497>. Acesso em: 20 maio 2022.

SOUZA, D. de O. **Pandemia da COVID-19:** mediação para entender a espiral economia-saúde. Caderno CRH, v. 34, e021013, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3476/347669841013/html/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19.** STF, 2020. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/832218003/stf-reconhece-competencia-concorrente-de-estados-df-municipios-e-uniao-no-combate-a-covid-19>. Acesso em: 20 maio 2022.

TAMBOSI, O. **A Cruzada Contra as Ciências:** quem tem medo do conhecimento? Florianópolis: Editora da UFSC. 2010. ISBN 978-85-328-0491-4.

TANG, Y., et al. **Epidemiology of COVID-19 in Brazil:** using a mathematical model to estimate the outbreak peak and temporal evolution. *Emerging Microbes and Infections*, 9(1), 1453– 1456; 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/22221751.2020.1785337> .

THE LANCET RESPIRATORY MEDICINE. **Face masks:** all for one and one for all. *The Lancet Respiratory Medicine*, 9(4), 319, 2021. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(21\)00136-3](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(21)00136-3) .

THORPE, N. et al. **Coronavirus:** Is pandemic being used for power grab in Europe? BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-52308002>. Acesso em: 20 maio 2022.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

VALERIANO, M. M.; TOSTA, T. L. D. **Trabalho e Família de Trabalhadoras Domésticas em Tempos de Pandemia:** uma Análise Interseccional. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 412-422, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40571>. Acesso em: 20 maio 2022.

VANDENBERGHE, Frédéric. A relação como operador mágico. In: **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.07.02:, agosto; 2017. p 341-370

VIEIRA, F. S. **Gasto federal com políticas sociais e os determinantes sociais da saúde:** para onde caminhamos? *Saúde debate*, v. 44, n. 127, p. 947-961, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012701>. Acesso em: 20 maio 2022.

WACQUANT, L. **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WHO. World Health Organization. **COVID-19**. 2021. Disponível em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-09mar2020-\(1\).pdf](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/who-audio-emergencies-coronavirus-press-conference-full-09mar2020-(1).pdf)

WILDER-SMITH A.; FREEDMAN, D. O. **Isolation, Quarantine, Social Distancing and Community Containment**: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **J Travel Med.**, v. 13, n. 27(2), p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/jtm/article/27/2/taaa020/5735321>. Acesso em: 20 maio 2022.